



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV Nº 187, SEXTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2020



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

(cargo vago)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 108^a SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2020

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Discutir a apresentação do Plano de Vacinação do Governo Federal e dos Governos Estaduais contra a Covid-19, nos termos do Requerimento nº 2861/2020, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores.	8
1.2.1 – Fala da Presidência (Senadora Leila Barros)	8
1.2.2 – Oradores	
Senador Esperidião Amin	9
Senador Marcelo Castro	10
Senadora Mara Gabrilli	14
Sr. Eduardo Pazuello, Ministro / Ministério da Saúde	15
Sr. Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde	19
Sra. Nísia Trindade Lima, Presidente / Fundação Oswaldo Cruz	22
Sr. Marco Krieger, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde / Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ	23
Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Presidente / Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS	26
Sra. Cristiane Martins Pantaleão, Vice-Presidente / Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS	28
Sr. Wilames Freire Bezerra, Presidente / CONASEMS	31
Sra. Alessandra Bastos Soares, Diretora da Área de Análise Vacinal / Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	32
Senador Jorge Kajuru	34



Senador Esperidião Amin	35
Senador Dário Berger	36
Senador Tasso Jereissati	37
Senador Izalci Lucas	38
Senador Cid Gomes	39
Sr. Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde	40
Sra. Nísia Trindade Lima, Presidente / Fundação Oswaldo Cruz	41
Sr. Eduardo Pazuello, Ministro / Ministério da Saúde	42
Sr. Marco Krieger, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde / Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ	44
Senador Wellington Fagundes	45
Sra. Cristiane Martins Pantaleão, Vice-Presidente / Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS	46
Senador Esperidião Amin	46
Senador Jorge Kajuru	47
1.3 – ENCERRAMENTO	48
2 – ATA DA 109^a SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2020	
2.1 – ABERTURA	50
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a debater o aumento das queimadas e o desmatamento na Amazônia, nos termos dos Requerimentos nºs 2771/2020, do Senador Luis Carlos Heinze e outros Senadores, e 2820/2020, do Senador Randolfe Rodrigues.	50
2.2.1 – Fala da Presidência (Senador Luis Carlos Heinze)	50
2.2.2 – Oradores	
Sr. Carlos Eduardo Sturm, Assessor da Presidência / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	52
Sr. Gilberto Câmara, Diretor / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil - INPE, no período de 2005 a 2012	56
Sr. Rafael Pinto Costa, Diretor-Geral / Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM	58
Sr. Raoni Rajão, Coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais e professor do Departamento de Engenharia de Produção / Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	61
Sra. Eyde Cristianne Saraiva Bonatto, Pesquisadora / Universidade Federal do Amazonas e doutora em bioenergia	64
Sra. Ane Alencar, Diretora de Ciências / Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	67



Sr. Alfredo Kingo Oyama Homma, Pesquisador / Embrapa Amazônia Oriental	70
Sr. Carlos Souza Júnior, Coordenador do Sistema de Alerta de Desmatamento / Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - AMAZON	75
Sr. Paulo Artaxo, Professor titular do Instituto de Física / Universidade de São Paulo - USP	79
Sr. Olímpio Magalhães, Diretor de Fiscalização / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	82
Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas no período de 2003 a 2008 e Coordenador do Plano de Ação Para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia / Ministério do Meio Ambiente	83
Senador Esperidião Amin	90
Sr. Raoni Rajão, Coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais e professor do Departamento de Engenharia de Produção / Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	91
2.3 – ENCERRAMENTO	92

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Indicação

Nº 85/2020, do Senador Jaques Wagner, que sugere, ao Ministério da Economia, que adote imediatas providências sobre o anúncio da Mercedes-Benz, do encerramento da produção de automóveis em sua fábrica de Iracemápolis, no Estado de São Paulo.	94
--	----

3.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 742/2020, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 6549/2019, sancionado e convertido na Lei nº 14108/2020.	98
---	----

3.1.3 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 565/2020, do Senador Rogério Carvalho, que prorroga a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.	101
--	-----

3.1.4 – Projetos de Lei

Nº 5575/2020, do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999, para permitir o uso desse programa, de forma permanente, como política oficial de crédito, dando o devido tratamento diferenciado e favorecido as micro e pequenas empresas, visando consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, transformação e desenvolvimento da economia nacional.	106
---	-----

Nº 5584/2020, do Senador Jaques Wagner, que dispõe sobre o pagamento de auxílio emergencial e a tributação de lucros e dividendos.	113
---	-----



PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	119
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	122
6 – LIDERANÇAS	123
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	125
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	129
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	133
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	173



Ata da 108^a Sessão, de Debates Temáticos,
em 17 de dezembro de 2020

2^a Sessão Legislativa Ordinária de 56^a Legislatura

Presidência da Sra. Leila Barros.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 14 minutos e encerra-se às 13 horas e 34 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As mãos serão abaixadas e, neste momento, serão iniciadas as inscrições.

A presente sessão de debates temáticos remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, e em atendimento ao Requerimento nº 2.861, de 2020, do querido e eminente Senador Esperidião Amin e outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Esta sessão é destinada a debater a apresentação do Plano de Vacinação do Governo Federal e dos Governos Estaduais contra a Covid-19.

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Sr. Eduardo Pazuello, Ministro de Estado da Saúde; Sra. Francieli Fantinato, Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde; Sr. Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Sr. Marco Krieger, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Sra. Cristiane Martins Pantaleão, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Sr. Antonio Fernando Barreto Miranda, médico infectologista; e Sra. Alessandra Bastos Soares, Diretora da Área de Análise Vacinal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento desta sessão. Será inicialmente dada a palavra a cada convidado por dez minutos. Em seguida, terão a palavra os Senadores e Senadoras inscritos, organizados em blocos, dispondo cada Senador e Senadora de cinco minutos para as colocações. Os convidados disporão de três minutos para responderem ou comentarem as ponderações dos Senadores em cada bloco.

Sras. e Srs. Senadores, saúdo de igual modo as ilustres autoridades convidadas, participantes desta sessão de debates, assim como todas e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Senado e pelas mídias sociais.

Início esta sessão fazendo uma menção especial ao Senador Esperidião Amin, idealizador desta audiência pública, que tem por finalidade lançar luz ao Plano de Vacinação do Governo Federal e dos Governos Estaduais, para juntos debelarmos a pandemia da Covid-19, que tanto nos afeta e tanto nos preocupa.

Com efeito, a presente sessão resulta dos graves desdobramentos da moléstia em nossas vidas individuais e na vida social do País. Lamentavelmente, caminhamos céleres para o assustador patamar de 200 mil brasileiros mortos pela Covid-19 e com prejuízo humano, social, econômico e emocional sem paralelo no tempo de nossas vidas.

Além disso, a economia nacional ainda enfrenta uma situação de extrema dificuldade: o desemprego cresce em patamar nunca visto, a inflação para os mais pobres assusta e o fim do pagamento do auxílio emergencial deverá reconduzir milhões de famílias à pobreza.

Perdemos milhares de profissionais vitimados pela Covid, muitos deles da área de saúde, outros tantos da segurança pública e da educação; vidas interrompidas que lutavam para salvar e atender nossa população em momento de tamanha gravidade; perdas que provocam uma lacuna insubstituível em familiares e amigos e que farão muita falta ao nosso País.

Infelizmente, estamos em meio a uma tragédia ainda sem data para acabar e cujas consequências são irreparáveis. Segundo estatísticas atualizadas, o mundo contabiliza algo como 70 milhões de contaminados até o mês de dezembro de 2020 e mais de 1,5 milhão de mortos. O ânimo brasileiro encontra-se abalado



ante esses ruinosos estados de coisas que acontecem.

É nossa obrigação, como representantes do povo, minorar esse sofrimento, criando as condições para que vacinas seguras e eficazes cheguem a todos os Municípios do nosso País. Temos que conter o avanço da pandemia e reduzir drasticamente as mortes até controlarmos essa triste situação. Nossa maior arma é implementar com a maior urgência possível o Plano de Vacinação, priorizando a saúde de nossa população e deixando de lado questões político-partidárias, eleitorais ou ideológicas. As decisões devem ser pautadas pela ciência e por critérios técnicos que o nosso País já conhece e domina, afinal o Brasil é reconhecido mundialmente pela eficiência em campanhas de vacinação.

Estamos numa corrida para salvar vidas, em que decisões ágeis e eficazes podem evitar inúmeras mortes e, além disso, enfim, permitir a retomada segura da economia nacional. Por isso é tão importante que o debate sobre o Plano de Vacinação seja responsável e construtivo.

Estamos aqui para ouvir as autoridades a quem coube combater a pandemia falarem sobre as estratégias de implementação e as que já são adotadas.

O Congresso Nacional tem demonstrado ao longo dos anos, e sobretudo desde o início da pandemia, que não deixará de cumprir o seu papel no que for necessário. Vamos trabalhar juntos e de forma harmoniosa para que, no espaço mais breve possível, o Brasil possa imunizar sua população e se livrar da calamitosa pandemia do coronavírus.

Era o que eu tinha a dizer, nobres amigos.

Eu gostaria de, neste primeiro momento, conceder a palavra ao nosso querido Senador Esperidião Amin, que foi o autor do requerimento desta sessão.

Com a palavra o Sr. Senador Esperidião Amin.

Bom dia, Senador!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.)
– Muito bom dia, Senadora Leila!

Eu quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes e registrar também que já vislumbro aí o nosso Senador Marcelo Castro – eu não sei se ele está igualmente presente aí no *bunker* –, que é coautor e foi o primeiro que se solidarizou com esta ideia. Quero registrar isso. Ainda na reunião da Covid do dia 2 de dezembro, e, depois, do dia 4 de dezembro, foi o primeiro querido amigo que percebeu a necessidade de nós encerrarmos o ano fazendo esta reunião. E eu me considero satisfeito pelo seu início. Quero cumprimentar de maneira muito efusiva a minha querida amiga, Senadora Leila Barros, que trouxe a contribuição do seu trabalho, do seu dinamismo e da sua experiência como paciente da Covid para nos iluminar neste dia, junto com nossos Senadores presentes também e com as autoridades.

Acho que o lançamento do plano nacional de operacionalização da vacinação contra a Covid ontem é uma resposta muito importante, e acho mais oportuna ainda a nossa reunião, porque está sendo realizada no dia seguinte ao anúncio, e também ao anúncio do próprio Presidente da República, convidando todos nós para seguirmos o que a Senadora Leila falou: deixarmos as divergências e peculiaridades de lado e nos irmarmos para sermos o País campeão da capacidade de desenvolver e concretizar um plano nacional de vacinação, assim como fazemos há tantos anos. O Ministro Eduardo Pazuello ontem nos lembrou isso.

O meu Estado, Santa Catarina, tem 40 anos de experiência em vacinação contra a poliomielite. Fomos visitados pelo Albert Sabin em 1980, e hoje estamos conseguindo, na vacinação, índices menores do que os de 40 anos passados.

Então, nós temos a capacidade, mas temos que nos mobilizar e nos conscientizar, e o sentido desta reunião é nos imanarmos para preencher aquelas omissões que ainda existem no plano. E uma delas, só para concluir, é o dia do início. Eu estava comentando aqui com a Dra. Alessandra: isso é mais ou menos como a Operação Overlord. Estava tudo certinho: quantos homens, quantos soldados, quantos tanques,



quantos aviões. E o dia em que vai começar? "Bom, isso depende das condições climáticas."

Então, no nosso caso, depende de ter a vacina. Toda a logística só pode ser realizada para a vacina – seringa para as pessoas que vão operar, agulha, enfim, marcar a segunda dose – depois de iniciar. E nós temos que estar juntos e solidários, concertando os elos que ainda estão frágeis nessa grande cadeia, que eu espero seja mais uma demonstração da nossa competência.

Muito obrigado, Senadora Leila.

Eu quero, mais uma vez, registrar a presença de todos vocês com muita satisfação e a do Marcelo Castro com a solidariedade fraterna, ele que foi talvez a voz que tenha viabilizado este requerimento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Então, vou passar a palavra para o coautor, a cabeça, a pessoa que teve realmente a ideia e que nos ajudou na realização desta sessão, o nosso querido eminente Senador Marcelo Castro.

Por favor, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discursar.)

– Eu quero dar meu bom-dia a todos, cumprimentar a nossa Presidenta Leila, os nossos colegas e os convidados: o Ministro Eduardo Pazuello; a Francieli Fantinato, Coordenadora Nacional do Programa de Imunização do Ministério da Saúde; o Arnaldo Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde; o Dimas Covas, Diretor do Instituto Butantan; o Rodrigo Murtinho, Diretor da Fiocruz; Carlos Lula, Presidente do Conass; e Wilames Freire, Presidente do Conasems.

Nós estamos, senhoras e senhores, enfrentando a maior crise sanitária dos últimos anos. Desde que ela surgiu em Wuhan, Hubei, na China, está completando agora, neste mês, um ano. A Organização Mundial de Saúde, já no mês de janeiro, decreta emergência em saúde pública de interesse internacional. E ela chega ao Brasil no início de fevereiro.

Infelizmente, nós começamos, embora muitos cientistas alertassem para a gravidade do problema, com muitas pessoas numa linha negacionista: que seria uma gripezinha que não iria matar mais do que a H1N1 havia matado no ano anterior, o que seriam 780 pessoas; que todo mundo iria pegar esse vírus, que era uma força da natureza, e que o isolamento social seria um desperdício, uma bobagem; e que, por ser uma força da natureza, ela tinha um ciclo autônomo e, com 12 a 13 semanas, findaria.

Qual é a realidade hoje? Em vez de morrerem menos de mil pessoas, já morreram 184 mil; e em vez de 12 a 13 semanas, nós estamos com 12 a 13 meses. Então, vejam as previsões completamente erradas. O pior é que essas pessoas tinham influência perante autoridades e naturalmente influíram para que as medidas não fossem tomadas na hora, na intensidade e na quantidade necessária.

Qual é o quadro, hoje, no mundo? Nós temos 75 milhões de casos, contaminados; temos 1,650 milhão de mortos; temos 700 mil casos diários notificados; e temos 13,5 mil mortes diárias no mundo inteiro. E no Brasil? Nós temos 7 milhões de casos, 183 mil mortes... Ontem tivemos 68 mil casos novos, sem computar os dados de São Paulo, o que nos leva a um patamar superior a 70 mil, o que nunca tivemos durante toda a pandemia – então, estamos no pico máximo da pandemia –, e morreram 968, computados, em São Paulo, sendo lícito supor que a quantidade de mortos, ontem, ultrapassou mil casos. Então, nós estamos no pior momento brasileiro e mundial da pandemia que nos acomete já há um ano.

Mas eu gostaria de analisar aqui com V. Exas.: quando a gente vai utilizar o número de mortos para saber a gravidade e a extensão de uma enfermidade, a epidemiologia sempre calcula em torno de 100 mil habitantes ou em torno de 1 milhão de habitantes, porque, em um país mais populoso, evidentemente que morrem mais se a doença for da mesma intensidade; num país menos populoso, morrem menos. Então, vamos pegar o caso aqui do nosso Brasil, os dados de hoje: morreram, no Brasil, 862 pessoas para cada



milhão de habitantes. Ou seja, se nós pegarmos 210 milhões e dividirmos por 862, nós vamos encontrar 183 mil pessoas que morreram no Brasil. Nos Estados Unidos, já morreram 948 para cada milhão de habitantes; na França, 908; na Itália, 1,101 milhão; e, na Espanha, 1 milhão. Então, vamos botar aqui, Senador Esperidião Amin, uma média; nesses países ocidentais, em que temos culturas muito semelhantes: já morreram, devido à pandemia, mil pessoas para cada milhão de habitantes em média – nuns mais, outros menos, mas, em média, mil. Aí nós vamos para alguns países orientais. Japão, por exemplo: morreram 21 pessoas! Olha, nós saímos da casa de mil para 21 pessoas para cada milhão de habitantes! Na Coreia do Sul, que foi um dos primeiros países acometidos pelo vírus, morreram 12 – 12 pessoas! – por milhão de habitantes. Na China, onde começou o problema, o país mais populoso do mundo, morreram três pessoas – três! – para cada milhão de habitantes. No Vietnã morreu 0,4, que é um país populoso. E em Taiwan, que tem uma facilidade maior, porque é uma ilha, embora populosa, com 26 milhões de habitantes, morreu 0,3 pessoa por milhão de habitantes. Então, aqui há um corte nítido: países ocidentais *versus* países orientais.

O fato é que nós, em algum momento, não fizemos o dever de casa. Não estou criticando A, não estou criticando B, não estou criticando C; mas, se nós somos o segundo país do mundo em número de mortos, e não somos o segundo país do mundo em número de habitantes, evidentemente que nós não tratamos esse problema com a gravidade, com a seriedade, com a urgência com que ele precisaria ter sido cuidado. Não estou aqui jogando pedra em ninguém, nem acusando ninguém, estou constatando fatos.

Os Estados Unidos já têm mais de 300 mil mortes, e nós estamos beirando 200 mil mortes, que são, mais ou menos, dois terços da população de mortos que os Estados Unidos têm.

Agora vem o problema das vacinas. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil tem o Programa Nacional de Imunizações, que foi criado através de uma lei em 1973. E, se há uma coisa no Brasil que verdadeiramente merece aplauso de toda a sociedade é o nosso PNI, que, com a criação do SUS, foi incorporado e hoje faz parte do Sistema Único de Saúde do Brasil, que, é bom que se diga, é um sistema único, mas é interfederativo. O SUS não é só da União, é da União, dos Estados e dos Municípios a um só tempo. E o SUS só funciona bem quando ele tem uma sinergia, uma harmonia entre a União, os Estados e os Municípios, o que significa dizer que é imperiosa a necessidade de uma harmonização entre as ações da União, dos Estados e dos Municípios.

Alguns países já estão vacinando, e nós aqui, infelizmente, ainda estamos envoltos em questões filosóficas, ideológicas, religiosas, morais, se a vacina deve ser obrigatória, se não deve ser obrigatória, se precisa assinar um termo de responsabilidade, se não precisa assinar um termo de responsabilidade, quando os outros países já estão tomando as providências para serem vacinados.

Para os que não são versados no assunto – eu também não sou, mas, como médico, professor universitário, ex-Ministro da Saúde, tenho a obrigação de ter um conhecimento mais específico do assunto –, quando um medicamento novo, uma vacina vai ser lançada no mercado, ela tem que cumprir um protocolo internacional aceito por todas as agências reguladoras do mundo inteiro. Então, primeiro, esse medicamento é testado *in vitro*. Se for eficaz, vai-se para *in vivo*. E aí passa-se a aplicar em pequenos animais e, se se mostrar efetivo, seguro, vai para os primatas, nossos primos na evolução, e, se tudo isso se comprova seguro e eficaz, aplica-se num número muito restrito de pessoas, de seres humanos. Chama-se a Fase I do protocolo.

Nessa Fase I, observa-se, Senador Tasso Jereissati, principalmente a segurança daquele medicamento, daquela vacina. Se ela não se mostra segura, ela já não vai para frente, nada mais interessa daquele medicamento; ele é descartado. Por quê? Porque não tem segurança.

Na Fase II, você já aplica num número maior de pessoas, mais restrito ainda, porque você ainda não tem a segurança absoluta, a segurança com mais garantia – já que em Medicina não existe nada absoluto



–, para poder ir à Fase III. Então, quando você faz essa Fase II, em que o medicamento se apresenta seguro, aí você faz a Fase III.

E, na Fase III, são milhares de pessoas normalmente pesquisadas, em vários países do mundo, como está sendo agora no Brasil. A pesquisa da Pfizer, da AstraZeneca, da Sinovac, da Janssen, que estão sendo feitas aqui no Brasil e em diversas partes do mundo também. E aí, se a vacina cumpre a Fase III, em que se observa, especialmente, a sua eficácia, aí, então, ela vai ser submetida aos órgãos de controle – no nosso caso aqui a Anvisa –, para ela ser aprovada ou não. Se ela cumpriu os requisitos de segurança e eficácia, então ela é aprovada e lançada no mercado. Garantia de 100% de que não vai ter nenhum efeito? Não, isso não existe em Medicina. O alimento universal mais consumido, desde o dia em que a pessoa nasce, é o leite, e há pessoas que não podem tomar leite. Então, nós nunca podemos garantir nada, porque nós não sabemos como cada organismo vai responder, reagir individualmente.

Mas o fato é que, hoje, nós temos que tomar uma decisão. Vamos usar a vacina? Vamos, claro que vamos! Que vacina? A que nós temos à nossa mão é a CoronaVac, duma parceria do Instituto Sinovac com o Butantan, nosso principal centro produtor de vacina, secular, respeitado no mundo inteiro e que todo ano fabrica aí milhões de vacinas, e nós tomamos. Eu mesmo sou o primeiro. Eu tomo a vacina da gripe no primeiro dia. Faz 20 anos em que não sou o primeiro a tomar, mas, no primeiro dia, eu já tomo. E, felizmente, de todas as vacinas, seria aquela que, do ponto de vista teórico, científico, menos questionável quanto à sua segurança. Por quê? Porque é aquela que é feita com a tecnologia mais dominada, mais antiga, que é a do vírus inativado. Não estou querendo dizer que as outras não sejam seguras; são igualmente seguras, mas são tecnologias modernas, como a da Moderna e a da Pfizer, porque, pela primeira vez na história, nós estamos fazendo uma vacina sintética, o que é uma grande vantagem, porque permite fabricar uma grande quantidade de uma vez só.

Então, nós temos hoje a vacina da Pfizer sendo aplicada em grande parte do mundo; a da Moderna, que tudo indica que será aprovada, dentro de poucas horas, nos Estados Unidos; a da Gamaleia, que é a Sputnik, na Rússia; e outras que estão um pouco, um passo mais atrás, que é a da AstraZeneca, que tem uma parceria com a nossa Fiocruz daqui, que é do Ministério da Saúde; a Janssen; a CureVac, da Alemanha; e a Sanofi, que é francesa.

Bom, uma coisa para que eu quero chamar atenção de V. Exas., do Ministro da Saúde, dos palestrantes é a responsabilidade que nós, como seres, como homens públicos, precisamos ter. Há um movimento que não é brasileiro, é mundial, que tem várias causas, mas me parece – pelo menos os cientistas pensam assim – que começou principalmente com um estudo inglês de um cientista que disse que as vacinas causariam autismo. Comprovou-se que o cientista falsificou os números, ele foi expulso da universidade, mas o mal já tinha sido feito. E, no mundo inteiro, existe um movimento antivacina. Então, nós vimos recentemente o Obama, o Bill Clinton, o Bush filho, que vão, nos Estados Unidos, para a fila se vacinar, para mostrar para a opinião pública que a vacina é segura e necessária. É isso que nós precisamos fazer, nós autoridades aqui. Eu, o Amin, que já somos septuagenários – não vamos furar a fila –, podemos dar esse exemplo. O Presidente Sarney, o Presidente Fernando Henrique, o Lula, a Dilma, o Michel Temer, o Collor, eu acho que poderiam também dar o exemplo, junto com o Ministro da Saúde, e fazer um ato para mostrar para a opinião pública que isso é necessário para tirar esse temor.

Por que eu digo isso? Porque esse temor está crescendo no Brasil. O Datafolha fez agora uma pesquisa em que 22% da população brasileira declararam que não vão tomar vacina da CoronaVac – aliás, da CoronaVac, não: não vão tomar vacina contra a Covid, qualquer que seja ela –; e 52% não vão tomar a vacina da China, a CoronaVac. Ora, isso a gente tem que reconhecer que é uma desinformação, porque a vacina da Bio-Manguinhos, da Fiocruz, em parceria com a AstraZeneca, também é chinesa. Os nossos técnicos da Anvisa foram visitar os laboratórios da Sinovac, foram visitar os laboratórios da AstraZeneca



onde? Na China. Por quê? A fábrica da AstraZeneca está na China!

Isso é um preconceito difundido sem a menor finalidade, que só traz prejuízo, que prejudica a saúde da população. Isso é que precisa ser dito em termos técnicos, científicos e humanitários, porque pessoas vão morrer se não tomarem a vacina. E o que é pior: vão provocar a morte de outros. Porque a pessoa pode dizer: "Não, eu não quero me vacinar. Se eu morrer, é problema meu". Se a pessoa se contaminasse e não transmitisse a sua contaminação a outro, nós poderíamos até entender que efetivamente se trata de um assunto particular. Mas, para quem vive em sociedade, é evidente que o seu direito individual tem que estar submetido ao direito coletivo. A sua liberdade vai até onde você esbarra com a liberdade do outro.

Então, nós precisamos é parar com essa questão ideológica, filosófica, religiosa, moral – isso nunca foi e nunca será ciência – e abraçar a ciência, e abraçar o nosso SUS, e fazer o que o Ministro e o Presidente começaram a fazer ontem, que merece todos os nossos aplausos.

Foi lançado o programa de vacinação no Palácio do Planalto com a presença da imensa maioria dos Governadores do Brasil. É isso que nós precisamos fazer: União federal, Estados e Municípios em uma ação só, sinérgica, harmônica, trabalhando no mesmo sentido, porque, senhores e senhoras, nós só temos uma saída, nós não temos duas; nós só temos a vacina. E, porque nós não tomamos as medidas no tempo hábil, as vacinas estão escasseando.

A Pfizer nos ofereceu a vacina logo no início, e nós nunca respondemos se queríamos ou não. Aí, ela vendeu para a Inglaterra, ela vendeu para os Estados Unidos, ela vendeu para o Canadá, ela vendeu para o México, ela vendeu para o Chile, que esta semana já vai começar a vacinar, ela vendeu para o Panamá, vendeu para a Costa Rica, vendeu para a Colômbia, e nós ainda estamos em negociação para comprar ou não comprar. Na hora em que nós dissermos "Vamos comprar", ela vai dizer "Não tenho mais; só tenho para o segundo semestre ou só tenho para 2022". É uma vacina extraordinária, cujo único questionamento sobre ela seria a questão de *freezers*.

E nós temos que lembrar que o Brasil tem uma população, Senador Izalci, urbana. Brasília não tem condições de armazenar, não há *freezers* para armazenar vacina para sua população? São Paulo não tem, assim como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife? Isso não se justifica. Então, se não pode levar vacina para o interior do Brasil, vamos com essa vacina vacinar os centros urbanos mais populosos do Brasil e, com a CoronaVac, que está à nossa disposição, com 46 milhões de doses, podendo ser aumentadas, e que pode ser na temperatura de *freezers* normais, nós, então, vacinariámos o interiorzão do País. É uma questão só de logística, de boa vontade e de tomada de decisão.

Então, finalizo, agradecendo a todos, parabenizando o Ministro Pazuello, que tomou a medida e que ontem foi claro em afirmar que o Brasil vai comprar aquela vacina que estiver disponível e, naturalmente, aprovada pelos órgãos reguladores. Isso é um grande conforto para todos nós, porque, quando nós vamos tomar um medicamento, quando vamos lançar uma vacina, não temos que nos perguntar de onde ela vem; nós temos que nos perguntar é para onde ela vai. A vacina cumpriu os protocolos de segurança e eficácia? Cumpriu. O que vamos fazer dela? Vamos aplicá-la. Qual é o grupo alvo? Qual é a população prioritária? Vamos definir isso e vamos agir.

Só uma observação, um adendo. Essa questão... Eu vi ontem o Governador, nosso correligionário do MDB de Alagoas, Renaninho, Renan Filho, entrando em entendimento com o Instituto Butantan para adquirir a vacina. Não há necessidade. Nós temos que manter o nosso Programa Nacional de Imunizações. Os brasileiros são um só, com os mesmos direitos, com os mesmos deveres, com as mesmas obrigações. O SUS é de todos nós!

Quem tem que bancar essa vacina, como sempre ocorreu no Brasil – e nunca houve questionamento –, é o Governo Federal, que, em harmonia com os governos estaduais e municipais, deve fazer a distribuição, como nós fazemos todos os anos, de milhões de vacinas contra sarampo, pólio, varicela, pneumonia, herpes,



gripe. A gente toma, todo ano, vacinas gratuitas, eficientes, dadas pelo nosso SUS, numa ação sinérgica da União, dos Estados e dos Municípios.

Dito isso, desejo sorte a todas e a todos e a nossa união para salvarmos o Brasil da maior crise sanitária/financeira/social que nós já vivemos e estamos vivendo nesses últimos cem anos.

Muito obrigado a todos.

E me desculpe se exagerei no tempo, nossa Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tudo bem, Senador! Primeiro, agradeço as considerações e, principalmente, a constatação... Eu acompanho o senhor, o senhor que é respaldado pelo seu histórico como médico e também como ex-Ministro da Saúde.

Antes de passarmos a palavra para os nossos convidados, eu gostaria rapidamente de dizer, já lembrando à Senadora Mara Gabrilli, que nós temos três minutos para as considerações de cada Parlamentar. Ela vai passar por uma pequena intervenção agora, neste momento, e eu gostaria de, antes de ela entrar para fazer o procedimento, dar a palavra a ela, que havia pedido.

Por favor, Senadora Mara Gabrilli com a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Senadora Leila. Eu queria cumprimentá-la, cumprimentar o Senador Esperidião Amin e o nosso Ministro da Saúde.

Eu gostaria aqui de fazer uma rápida contribuição, lembrando que, no roteiro, para grupos populacionais de priorização para vacinas contra a Covid-19, a Organização Mundial de Saúde sugeriu que profissionais de saúde com alto risco de infecção, pessoas idosas e alguns grupos de risco, como pessoas com doenças cardíacas, diabetes, doenças raras e pessoas com deficiência, fossem colocados na frente da fila para a imunização.

Nessa primeira versão do nosso plano de imunização apresentado pelo Ministério da Saúde, esses grupos foram elencados como prioritários, em conformidade com o prescrito pela OMS. Alguns desses grupos, no entanto... Quanto aos cuidadores, foram priorizados apenas os cuidadores de pessoas idosas. Como sabemos que as pessoas com deficiência e as pessoas com doenças raras são grupos de extrema vulnerabilidade ao Covid-19 e que podem, em alguns casos, necessitar de cuidadores para desempenharem as suas funções da vida diária, eu queria saber se esses cuidadores de pessoas com deficiência e com doenças raras foram priorizados em algum momento e também, quanto às pessoas com comorbidades conforme descritas no plano, se isso inclui as pessoas com doenças raras e como elas podem se cadastrar no sistema de informação do Programa Nacional de Imunização.

Outra informação que eu gostaria de passar é que um estudo, na Inglaterra, publicado pela *Annals of Internal Medicine*, destacado pela revista *Science*, feito com mais de oito milhões de pessoas, sendo mais de quatro mil pessoas com síndrome de Down, demonstrou que pessoas que têm essa síndrome se infectam pela Covid-19 cinco vezes mais do que outras e que, se elas estiverem infectadas, são cinco vezes maiores as chances de serem hospitalizadas, com dez vezes mais riscos de morrerem em decorrência do Covid. Entre as pessoas com síndrome de Down, ter 40 anos ou mais traz mais riscos, com uma mortalidade de 51%. Essa taxa de mortalidade das pessoas com síndrome de Down é compatível com a de pessoas com 80 anos da população geral. Então, esse grupo tem que ser priorizado.

O plano de imunização priorizou pessoas com deficiência severa permanente, mas a definição desse grupo não inclui as pessoas com deficiências psicossociais e as pessoas com deficiências invisíveis, pessoas com transtorno do espectro autista e com Parkinson precoce, pessoas ostomizadas e outras tantas que não estão nessa lista de priorização e que precisariam ser priorizadas.

Então, eu queria deixar esse alerta aqui, para a gente não se esquecer desses grupos que precisam ter prioridade.



Muito obrigada, Senadora Leila. Bom evento!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senadora Mara Gabrilli. Desejo à senhora sorte no procedimento! Vou agora passar a palavra para os nossos convidados, e, no momento oportuno, com certeza, eles responderão não só às indagações, como também aos questionamentos da senhora feitos no pronunciamento.

Passo a palavra agora para o nosso Ministro da Saúde, o Sr. Eduardo Pazuello.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para exposição de convidado.) – Cumprimento a Exma. Sra. Senadora Leila, que está presidindo esta sessão; o Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, autor do requerimento; todos os demais Senadores presentes.

Aqui eu faço uma observação bem carinhosa para o Senador Marcelo Castro e para o Senador Humberto Costa, que são ex-Ministros e precisam ser sempre por mim lembrados e parabenizados pelo trabalho junto ao ministério e, com certeza, pelo conhecimento sobre o SUS que difundem dentro do Senado.

Senhoras e senhores presentes e todos que nos assistem, bom dia!

Antes de começar a minha explicação lógica do que foi perguntado, eu preciso dizer que fiquei extremamente feliz com o que ouvi do Senador Marcelo Castro, uma explicação clara, direta, que facilitou a minha apresentação. Eu faço eco a tudo que foi colocado ali, são exatamente as observações técnicas e de conhecimento que faltam às vezes para que a gente possa tomar a decisão e explicar. É difícil explicar com essa profundidade e com essa clareza. Só um profissional como ele, com a experiência de Ministro, pode ajudar a gente a mostrar as coisas da forma como foi apresentado.

Agradeço. Muito obrigado, Senador.

Antes de começar, eu também não posso deixar de transmitir nossos sentimentos a todas as famílias que perderam seus entes e que continuam perdendo. Nós estamos realmente numa curva ascendente, como colocou o Senador, e nós temos que estar atentos a isso, nós temos que cuidar de todos, tratar de todos. Não posso também deixar de apresentar o meu respeito aos profissionais da saúde. Não vou iniciar nenhum pronunciamento meu sem colocar essas duas ideias. Peço que os senhores compreendam. Isso é a verdade, isso é o que nos motiva, isso é o que nos faz vir trabalhar, aguentar a pressão que tivermos que aguentar e fazer as coisas acontecerem. Nós temos que salvar as pessoas, salvar vidas e prestigiar quem está à frente se expoendo para salvar vidas. Eu gostaria de colocar, de uma forma clara, que fiquei muito satisfeita ontem, junto com o Presidente Jair Bolsonaro, em nosso evento no Palácio do Planalto. Eu tenho muito prazer em reapresentar aqui algumas ideias e sei que o tempo de todos os senhores é muito precioso.

Aproveito o que foi colocado pelo Senador Marcelo Castro, mas eu coloco também que nós ontem demos um grande passo, fizemos uma coletiva apresentando e depois tirando dúvidas, que talvez ainda houvesse para todos, inclusive para o Senado. Então, nós, ontem, fizemos uma mudança, demos um passo com uma coletiva explicando detalhes, porque eu precisava chegar ao PNI, eu precisava chegar ao plano para a Covid dentro do PNI, que é o programa. E este é o ponto chave para começarmos a falar: o Programa Nacional de Imunizações inclui todos os planos das demais vacinais, e o plano da Covid é específico.

O que falta, neste momento, para concluirmos o anexo? O cronograma de distribuição e imunização. Para esse cronograma, como foi colocado por todos os Senadores – desculpa, a Senadora Leila não sei se colocou, mas isso foi colocado pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Marcelo Castro –, nós estamos realmente com as previsões prontas.

O que nós temos que ter sempre em mente é que nós estamos presos à entrega e ao registro. A nossa grande defesa, como brasileiros, é a nossa agência reguladora, a Anvisa. Na hora em que a Anvisa atestar a eficácia e a segurança e registrar, nós, brasileiros, nos sentiremos seguros. Eu, como gestor, e



todos os gestores que vão distribuir as vacinas estaremos fazendo a coisa correta. Na hora em que nós aplicarmos vacinas, comprarmos vacinas e distribuirmos vacinas sem a garantia de segurança e eficácia, nós vamos expor a nossa população de uma forma como nós nunca fizemos até hoje. Nós precisamos ter essa consciência. Com certeza, eu ouvi isso dos dois Senadores.

De qualquer forma, o cronograma está sendo apontado agora em cima das previsões que nós temos da entrega da CoronaVac, da AstraZeneca e da Pfizer. Nós temos números, e esses números serão trabalhados em termos de percentuais de população por Estado e vão começar a mostrar um planejamento mais detalhado.

Senhores, o plano foi dado ontem, e foi prometido o cronograma. Estamos fechando o cronograma em cima de previsões, e, no final do cronograma, isso vai ficar bem claro, sujeito ao registro, à aprovação da Anvisa e à entrega nos laboratórios.

É preciso reforçar – e peço ao Senador Marcelo Castro que me perdoe por colocar novamente essa ideia – que não há registro atual no mundo de nenhuma vacina de nenhum laboratório. Não há registro efetivo no mundo de nenhuma agência. O que nós temos hoje são autorizações provisórias para a Pfizer na Inglaterra e nos Estados Unidos, com números efetivos que precisam ser ditos: são 20 mil vacinados por dia; não são 2 bilhões, são 20 mil, um grupo pequeno. E, obviamente, é interessante fazer isso, mas é preciso entender que a autorização emergencial não é o registro e que não está concluído o trabalho de testagem das fases. Precisa ser feito para um grupo restrito, e esse grupo é voluntário. Dentro da lógica para esse tipo de processo, o voluntário declara a permissão para a vacina, o termo de consentimento. É assim que funciona na Inglaterra, não é uma invenção do Governo brasileiro ou da Anvisa. Todos os ingleses que recebem a vacina nesse caráter de uso emergencial, em que não há registro – eles são voluntários –, assinam termos de consentimento.

A imprensa, às vezes, pega uma frase aqui e outra ali e não tem a profundidade exata da coisa. Eu acho que ontem, na coletiva, fui muito claro e coloco aqui novamente: quando se fala de voluntário e consentimento é para antes do registro, antes da comprovação da eficácia e da segurança, ainda nas fases de teste.

Quando a gente fala de Rússia, nós temos que compreender que a Federação Russa está vacinando sem a Fase III. Decidiu vacinar apenas com as Fases I e II. É uma decisão de governo ou de Estado, naquele caso. Nós não tomamos essa decisão no Brasil. O representante da Sputnik no Brasil me informou que está enviando à Anvisa solicitação e informação de que iniciará a Fase III no Brasil para depois pedir o registro. Senhores, uma Fase III acelerada não se dá em menos de 90 dias. E aí, quando concluir a Fase III, vai submeter à Anvisa para registro. Essas realidades precisam ser compreendidas por todos nós.

Quando a gente fala de Pfizer – e aqui eu coloco que eu acompanhei a primeira reunião da Pfizer no nosso Ministério –, as colocações do CEO da empresa foram realmente muito duras. E eu fui deixando: “Não, é claro! Vamos fazer!”. Há isenção completa de qualquer responsabilidade de efeitos colaterais da empresa – 100% de isenção. No caso de qualquer pessoa que tenha passado mal com a vacina da Pfizer, a responsabilidade não será da Pfizer, se nós assinarmos o contrato dessa forma. Os senhores sabiam disso? Acho que não.

A Pfizer também não quer ser julgada nos nossos tribunais. Não aceita ser questionada nos nossos tribunais. Nós temos que assinar uma cláusula dizendo que ela só vai responder em tribunais internacionais; não no Brasil. A Pfizer não vai entregar o diluente. Nós temos que fabricar o diluente e, como nós fabricamos o diluente e ela não garante o diluente, também muda a responsabilidade. E os 80, 70 graus negativos, à época, era problema nosso, não havia nem caixinha de distribuição.

Tudo isso aceito, vamos às quantidades. Lá atrás, 20, 25, 30 dias atrás, ou mais. Não! São só 500 mil doses em janeiro, 500 em fevereiro e um milhão em março, em um país de 210 milhões de habitantes.



Essa foi a proposta inicial da Pfizer, exatamente dessa forma, a primeira proposta. E na segunda proposta só mudou a caixa de isopor. Ela quer as mesmas cláusulas de isenção de responsabilidade e julgamento internacional. E, pasmem: nós estamos pensando em aceitar. É uma realidade. E isso, claro, precisa passar pela decisão do Governo e, óbvio, chancela do Congresso. Então, nós fechamos um memorando de entendimento com todas as empresas que nos procuraram – todas as empresas que nos procuraram! – e estamos abertos a todos os laboratórios que estão fabricando, mas é preciso compreender que nós estamos na vanguarda do que está acontecendo lá fora, no mundo. Nós não estamos atrasados, nós estamos na vanguarda.

A primeira autorização de uso emergencial da Pfizer, da Pfizer americana, foi na Inglaterra, há quinze dias; não são três meses. A do americano foi agora, semana passada. E os números são ínfimos em relação à população americana; como é no uso emergencial. Não sou contra o uso emergencial, eu sou a favor. Inclusive, peguei o telefone e falei com o CEO da Pfizer no domingo e pedi para ele estar na Anvisa na segunda-feira para solicitar o uso emergencial, e lá ele foi. E a resposta foi: "Eu pensei que era mais simples, mas a agência é bastante detalhista". Eu falei: "Pois é, tem que se cumprir os detalhes regulamentares".

Estamos vivendo discussões no Legislativo sobre automatizar o uso: o que está autorizado nas agências internacionais, estará autorizado aqui. Senhores, se nós perdermos a nossa última linha de defesa, que é a nossa agência reguladora, e não tivermos atestado de que é seguro e eficaz, como nós vamos colocar isso para a nossa população?

Então, eu coloco aqui, de uma forma muito clara: sim, nós temos um memorando de entendimento com o Butantan há mais de dois meses e meio – não é de agora. Nós temos um segundo memorando de entendimento claro com o Butantan; estamos partindo para um contrato, sempre ressalvado o registro e a entrega, é claro, mas nós estamos prevendo a distribuição de números efetivos. Vou colocar aqui, em tese, para os senhores: nós temos três grandes laboratórios que têm números bastante claros para nós. O primeiro é o da AstraZeneca, com a Fiocruz, o segundo é o do Butantan e o terceiro é o da Pfizer.

Se nós aprofundarmos esses números, nós estamos falando de 500 mil doses da Pfizer em janeiro, 9 milhões de doses do Butantan em janeiro e 15 milhões de doses da AstraZeneca em janeiro. A data exata é o mês de janeiro! Pode ser 18 de janeiro, 20 de janeiro, mas, se nós pudermos compreender que o processo é que vai nos dar a data, como eu disse, da Operação Overlord, o processo diário de decisão e acompanhamento vai nos dar a data, mas já nos dá um novo desenho – isso tudo dependendo o registro da Anvisa. E o processo de registro é o que nos garante a segurança e a eficácia.

Se nós somarmos esses três números, vamos ter 24,7 milhões de doses em janeiro. Janeiro é daqui a 30 dias – o meio de janeiro, eu quero dizer. Quando eu falo de meio de janeiro, para ser um ponto de corte, é daqui a 30 dias; não são seis meses. Para fevereiro, repete-se a Pfizer, aumenta-se o Butantan para 22 milhões e mantém-se a AstraZeneca com 15,2 milhões. Vai para 37,7 milhões de doses. Em março, outras 31 milhões de doses; a partir daí, equilibra-se o número.

Nós temos tratado, além da AstraZeneca, com 100 milhões de doses no primeiro semestre, e a produção de 20 milhões de doses por mês a partir de julho, já com a nossa tecnologia, o que dá 220 milhões de doses só com a AstraZeneca. Nós temos, com o Butantan, o primeiro lote de 46 milhões de doses. Repito, convênio assinado há mais de 60, 70 dias.

Coloco aqui aos senhores que a ampliação do parque fabril do Butantan para produzir a vacina foi contratada, em convênio conosco, há quase 60 dias. Não é hoje nem mudou ontem. Nós contratamos, por convênio, a ampliação do parque fabril para a produção da CoronaVac há 60 dias e temos o contrato inicial de produção para 46 milhões. Da Pfizer eu já coloquei.

Além dessas três, o que nós temos de posição mais óbvia é o consórcio da Covax Facility. Nós temos



dez fabricantes no consórcio. No momento em que o registro sair de uma das dez, nós podemos optar pela compra de uma delas e vamos para 42 milhões de doses entregues.

Como nós formamos todas essas possibilidades e números, nós estamos numa vanguarda. Nós não estamos sendo atropelados, nós estamos numa vanguarda.

E eu acredito que nós temos condições de executar esse plano, porque ele tem uma lógica de um plano macro feito pelo ministério, com o desenvolvimento dos planos logísticos dos Estados a partir de hoje – combinado isso – e os planos de execução nos Municípios a partir hoje – combinado isso. Esse conjunto de trabalho nesse período que nós temos vai nos dar uma execução primorosa, como nós sempre fizemos em nosso PNI. Nós temos essa capacidade. E é com base nessa capacidade que eu afirmo com tranquilidade: nós temos condições de cumprir o PNI planejado.

Quando a gente fala de fases, quero deixar bem claro: quanto ao planejamento, fase inicial do plano macro, com os dados que nós temos em mão hoje, ele é dinâmico, ele vai mudando. No plano, vocês vão ver que nós fechamos o que nós tínhamos em mãos para fazer o primeiro desenho, e ele vai sendo aperfeiçoado o tempo todo. E o que muda bastante? Muda o momento do registro e o momento da entrega. Isso define a manobra.

Trabalhamos hoje com projeções, e a projeção é essa que eu acabei de apresentar. Esta é a primeira fase do plano, planejamento macro; planejamento da logística dos Estados é a segunda fase; planejamento da execução nos Municípios é a terceira fase – todas de planejamento. A quarta fase é a execução propriamente dita, é a distribuição e vacinação, imunização. E a quinta fase é o acompanhamento de tudo, de todos que foram vacinados. Essas são as fases do planejamento. Já as fases que definem os grupos prioritários – e aí eu já faço a primeira resposta ao questionamento da Senadora Mara: sim, os deficientes estão previstos na primeira fase...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu vou dar para o senhor mais três minutos.

Desculpa, por causa do tempo, inicialmente nós tínhamos dado dez minutos, mas todos querem ouvir o senhor, então nós vamos dar mais quatro minutinhos para que o senhor finalize o seu pronunciamento, aliás, as suas explicações e considerações aqui.

Obrigada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito obrigado, Senadora.

Então, os deficientes estão priorizados e receberão a vacina nessa lógica de prioridades. Estão priorizados.

Qual é o grupo? (*Pausa.*)

Em qual grupo? (*Pausa.*)

Não existem só os números da AstraZeneca. Eles vão estar em qual grupo? (*Pausa.*)

Bem, então, os deficientes estão inseridos e, considerando os números que vão entrando de vacinas recebidas, vai-se ampliando o tamanho da prioridade. Essa é a lógica.

Sim, eles estão priorizados e receberão, principalmente os deficientes graves e o pessoal mais...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Os cuidadores também, Ministro? Porque a Senadora Mara também...

O SR. EDUARDO PAZZUELO – Os cuidadores também. Está na primeira fase de trabalhadores de saúde, Senadora.

Então, continuando, essa definição de fases e grupos de prioridade está bem feita e é dinâmica, porque claro que pode vir uma demanda. E aquilo dá para encaixar ou não. Faz parte do processo, que é dinâmico. Mas, como um primeiro ponto de corte, ele está bem abrangente e bastante exequível.

Por fim, eu não vou aprofundar mais quantidade de coisa entregue, leitos... Eu acho que nós estamos



já massificados sobre recursos, bilhões colocados em Estados e Municípios. Senhores, isso tudo é falado insistenteamente. Foram colocados ontem esses números de forma geral.

Eu gostaria de colocar, para concluir minha fala, que, enfim, nós não abrimos mão de nenhuma vacina produzida no Brasil ou com capacidade de ser importada. Não há. Não há. Não abrimos mão de nenhuma.

Ontem, conversando com uma pessoa do Congresso sobre a saúde privada e a possibilidade de ser comprada pela saúde privada: sim, autorizada por nós a partir do que a gente já tenha cumprido o que a gente precisa receber. Claro que se deve comprar também no privado, mas com prioridade para o SUS, com prioridade para o nosso programa nacional, que é para todos. Essa é a realidade que precisa ser colocada.

Ainda concluindo: é um plano só, é um País só; não haverá separação de Estado, nem Município, nem por classe, nada. Todos os brasileiros serão vacinados igualitariamente e todos os Estados receberão dentro da proporção dos grupos a vacina simultaneamente, para que haja a vacinação grátis para todos os brasileiros. Eu acho que essa é a resposta que todos precisavam ouvir.

Eu acho que o Senador Marcelo Castro praticamente abrangeu toda a discussão que se precisava aprofundar, da parte técnica.

Eu estou com os senhores, os senhores podem confiar no Ministério, no SUS e vamos ficar juntos nessa luta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpa, Ministro, interrompê-lo na hora dos seus esclarecimentos. É por causa do tempo aqui mesmo, mas reitero aqui, em nome de toda a Casa, que o senhor e sua equipe continuem conosco nesta sessão, por favor.

Passo agora a palavra para o Sr. Arnaldo Correia de Medeiros.

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senadores, Senadoras. É um prazer muito grande estar falando nesta sessão.

Eu quero, primeiro, saudar a nossa Senadora Leila, a nossa comandante desta sessão, o nosso Senador Esperidião Amin, que fez o requerimento para este debate extremamente importante para a nação brasileira. Quero saudar todos os demais Senadores e agradecer as palavras extremamente esclarecedoras do nosso ex-Ministro Marcelo Castro.

Quero cumprimentar o Conass, o Conasems, que estão presentes aí. Estou vendo a Cris, do Conasems, virtualmente. Estou vendo o Presidente Carlos. E aqui, presencialmente, está o nosso Presidente Wilames; o nosso Secretário-Executivo do Conasems, Mauro; o nosso Vice-Presidente do Conass; e o Secretário de Minas Gerais, Eduardo. É um prazer muito grande estar com vocês. Quero cumprimentar a nossa Presidente da Fiocruz, a nossa querida Nísia, que se faz presente aqui na Opas, na casa da Opas, a casa de Socorro Gross, onde a gente se sente sempre extremamente bem acolhido.

Para não tomar mais tempo, o que eu resolvi falar para os Senadores, Senadoras e todos os que fazem parte desta Comissão é que a gente gostaria de compartilhar basicamente o que nós apresentamos ontem no Palácio do Planalto, é exatamente o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, que, pelo óbvio, é um documento de cem páginas, mas a gente ressaltou talvez os pontos que nós entendemos que são mais relevantes com relação ao plano.

Você pode compartilhar o eslaide, por favor? (*Pausa.*)

Perfeito. Todos estão vendo? Todos os Senadores estão conseguindo ver a tela? (*Pausa.*)

Muito bem.

Então é isto: a operacionalização da vacinação contra a Covid-19.



Eu não estou conseguindo passar... (*Pausa.*)

Aí. Muito bem. Eu peço para vocês passarem, não é? (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, qual é o grande objetivo quando se faz um plano de operacionalização de vacinação? Na verdade, um plano de operacionalização de vacinação procura estabelecer ações estratégicas para uma determinada vacina. No caso, especificamente, a gente está falando da vacina da Covid-19 no Brasil. Ele tem como objetivo apresentar a população e grupos prioritários para essa vacinação; otimizar os recursos existentes por meio de planejamento e programação oportunos, para essa ou para a operacionalização nas três esferas da gestão – Municípios, Estados e Distrito Federal; instrumentalizar os Estados e Municípios para efetivamente realizarem a vacinação contra a Covid-19.

Próximo eslaide, por favor.

Para isso, esse plano foi dividido em dez eixos. A construção desse plano foi feita com toda a sociedade civil, foi feita através de uma câmara técnica, da qual participaram mais de 140 especialistas das mais diversas sociedades científicas, conselhos, Conass, Conasems, Fiocruz, Instituto Butantan, Tecpar.

Inúmeros cientistas participaram dos mais diversos eixos: o eixo que avaliou a situação epidemiológica da doença; o eixo que fez uma análise das vacinas que estão em estudo, como desenvolver o monitoramento e o orçamento; o eixo específico para a operacionalização da campanha; o eixo que procura estudar o que acontece após a vacinação, o que nós chamamos efetivamente de farmacovigilância; os estudos de monitoramento; os sistemas de informação, como serão coletadas as informações da vacinação propriamente dita, ainda mais nesse processo da Covid-19, em que certamente teremos mais de uma plataforma de vacina em análise; um eixo sobre monitoramento, supervisão e avaliação; um eixo da comunicação da campanha propriamente dita; e um último eixo, que será desenvolvido ao final, que é realmente o eixo do encerramento da campanha.

Próximo eslaide, por favor.

Quando a gente pensa numa vacina, quais são as características que uma vacina deve ter? Ela deve conferir proteção contra doença grave ou moderada; ter elevada eficácia, segurança; ser capaz de induzir a uma memória imunológica; ter a possibilidade de uso em todas as faixas etárias e grupos populacionais; e, no mundo ideal, apresentar uma tecnologia de baixo custo de produção, porque, pelo óbvio, teria maior capacidade de distribuição e de acesso a toda a população de maneira mais rápida.

Próximo eslaide.

Como o Ministro já falou anteriormente, qual a adesão do Brasil às vacinas que há no mundo? Nossa País já fez o consórcio do Covax Facility, que é um consórcio em que centenas de países no mundo entraram e que hoje está com dez laboratórios para neles desenvolver vacinas. Nesse consórcio do Covax Facility nós temos uma adesão inicial de aproximadamente 42 milhões de doses.

Fizemos uma encomenda tecnológica com a Oxford/AstraZeneca e o Instituto Bio-Manguinhos, a nossa Fiocruz, que é o exemplo na nossa história de vacinação. Nessa encomenda tecnológica, temos a aquisição de aproximadamente 100,4 milhões de doses, só da encomenda tecnológica.

Fizemos um memorando de entendimento com a Pfizer, se a memória não me falha, de aproximadamente 70 milhões de doses. Fizemos também um memorando de entendimento com a aquisição de doses com o Instituto Butantan de 46 milhões de doses. E estamos tendo contatos com uma empresa india chamada Bharat Biotech, com a Moderna e com a Janssen. A cada uma dessas farmacêuticas, nós estamos pedindo informações fundamentalmente sobre a capacidade de entrega, o quantitativo de doses, que elas possam ter para o Brasil.

De modo que o Ministério da Saúde e o nosso plano preveem, sim, a adesão a toda vacina que esteja devidamente registrada na Anvisa, quer no seu modo emergencial, quer no seu modo regular.



Obviamente, esse registro está vinculado aos seus dados de eficácia e de segurança, aos dados farmacotécnicos extremamente importantes dessas vacinas, bem como à disponibilidade de entrega dessas doses efetivamente ao Ministério da Saúde, para que, dentro do Programa Nacional de Imunizações e dentro do plano de operacionalização, nós possamos, portanto, distribuir as vacinas no País.

Próximo.

Nisso já se vai um investimento de R\$2,5 bilhões de uma medida provisória de crédito extraordinário do programa Covax Facility, um investimento de R\$1,9 bilhão da encomenda tecnológica. Nós já investimos, só neste ano, nos últimos meses, R\$177,6 milhões em investimento e custeio para a melhoria da nossa rede de frio no Brasil e também um investimento de R\$80,5 milhões para aquisições de mais de 300 milhões de agulhas e seringas.

Próximo eslaide. Próximo.

Portanto, quando a gente quer vacinar, o que é que nós pensamos com isso? Contribuir para a redução da morbidade, mortalidade, bem como para a redução da transmissão da doença. E isso, de maneira específica, sim, ao vacinar os grupos prioritários com maior risco de desenvolver complicações e óbitos pela doença e vacinar populações com maior risco de exposição e, consequentemente, de transmissão do vírus.

Próximo eslaide.

E, nesse sentido, nós falamos, Senadores, de um programa nacional de imunização, um programa que cobre 8,5 milhões de quilômetros quadrados, que é o nosso País; um programa que cobre 27 unidades federadas; um programa que cobre 5.570 Municípios; um programa que avalia 212 milhões de brasileiros. É para esses 212 milhões de brasileiros que nós do Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Imunização e desse Plano de Operacionalização, estamos pensando. Estamos pensando em imunizar a população brasileira como um todo.

E esse programa possui hoje uma capilaridade que todos nós conhecemos. Temos 38 mil salas de vacina, que, em épocas de campanha, podem chegar a 50 mil postos, com 52 centros de referência de imunobiológicos especiais.

Próximo eslaide.

E temos uma rede de frio nacional que atua em diversas instâncias. Temos uma central nacional de rede de frio, que é onde nós guardamos, estocamos, por assim dizer, todos os nossos imunobiológicos em São Paulo, mas, a partir daí, começa a nossa capilaridade: temos 27 centrais estaduais de redes de frio, 273 centrais regionais de redes de frio, 52 centros de referência para imunobiológicos especiais e 38 mil salas de imunização. Portanto, temos capilaridade logística para atender toda a população brasileira.

Próximo eslaide.

E quando pensamos nos critérios de definição do grupo, que já está, obviamente, no *site*, já foi publicado o nosso plano, mas, só de maneira bastante clara, quero dizer que, quando nós pensamos em critérios de definição de grupos, a gente pensou em duas grandes estratégias: na manutenção do funcionamento dos serviços essenciais. E, na primeira leva, a gente pensa nos trabalhadores da saúde, que se encontram entre os grupos mais expostos ao vírus, mas não deixando de lado a situação epidemiológica da doença, da Covid-19, em que a gente avalia aqueles grupos que possuem maior risco de agravamento e óbito.

Próximo.

E, para isso, nós começamos, desde ontem, uma campanha de comunicação, a Fase I, que nós chamamos de Fase I da Campanha. E, nessa Fase I, nós temos uma função básica de esclarecimento à população, com o intuito de transmitir a segurança à população em relação à eficácia dos imunizantes, bem como esclarecer, como se deve fazer, como se cuidar, como obter a informação propriamente dita.



E, numa segunda fase, quando nós já tivermos efetivamente o imunobiológico para distribuir e vacinar, é quando vai ocorrer, portanto, a definição de qual vacina, de qual grupo irá tomar, quando tomar, como será feito esse registro.

Nesse sentido, nós estamos fazendo uma campanha de pedir para que toda a população brasileira procure atualizar os seus dados nas suas unidades básicas, porque isto é extremamente importante – a atualização desses dados --, bem como baixar um aplicativo chamado Conecte SUS, e você pode ter, portanto, sua carteira de vacinação na palma de sua mão.

Próximo eslaide.

Já terminando, essa é a nossa campanha, é a vacinação contra a Covid, é o Brasil em ação pela sua proteção. Portanto, nós falamos: baixe, gratuitamente, o aplicativo Conecte SUS, informe-se, prepare-se, cuide-se, porque é assim que nós acreditamos, Senadores, numa vacinação para um país imunizado, porque todos nós somos uma única nação e, como nação, queremos continuar vacinando e protegendo a população brasileira.

Próximo eslaide.

Com isso, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigado, Sr. Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, pelas informações.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Marco Krieger.

O SR. MARCO KRIEGER – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Leila.

Eu queria agradecer, em nome da Fiocruz, o convite. Tomo a liberdade de pedir que a Presidente Nísia, que está acompanhando o Ministro da Saúde e o Secretário Arnaldo, faça uma breve saudação, porque ela está acompanhando também a nossa sessão aqui e representa a Fiocruz com a sua condução nesse processo de enfrentamento à pandemia.

É possível?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Dr. Marco, o senhor está com o vídeo desligado, é só para alertá-lo.

O SR. MARCO KRIEGER – Ah, desculpe, desculpe.

Eu não sei se é possível a Presidente Nísia fazer essa pequena saudação... Senão...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, acho que teremos três minutos. Se os Senadores assim permitirem, acredito que sim.

Por favor, três minutinhos. (*Pausa*.)

A assessoria está dizendo que ela não está presente.

O SR. MARCO KRIEGER – Ah, então, desculpe. É que eu achei... Ela está ali.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ela está? Pois não.

O SR. MARCO KRIEGER – Ela está acompanhando o Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O áudio está desligado. Pois não.

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA (Para exposição de convidado.) – Bom dia. Bom dia, Senadora Leila e todos os Senadores, eu estou aqui junto ao Ministro da Saúde, a equipe e as representações do Conass e Conasems já mencionadas pelo Secretário Arnaldo.

Eu quero agradecer o convite. Fiquei com receio devido a outro compromisso e considerei também que o Marco Krieger, nosso Vice-Presidente de Inovação, poderia muito bem colocar questões que, a meu ver, poderiam esclarecer ao Senado, inclusive com relação a questões técnicas e muita desinformação que



acompanha este momento. Então, eu queria saudá-los e saudar o Senador Esperidião Amin.

O Ministro Eduardo Pazuello já fez as observações das linhas gerais, da opção pelas vacinas a partir do momento em que as farmacêuticas assinaram os memorandos de entendimento e com a expectativa, naturalmente, da apreciação pela Anvisa dos necessários registros. Então, eu vou ser realmente breve, para que o Marco possa explicitar melhor essas linhas de atuação e a questão do papel da Fiocruz, como instituto de ciência e tecnologia do Ministério da Saúde, voltado para essas entregas para o Sistema Único de Saúde.

Então, brevemente, eu quero colocar nossa linha de defesa em relação a vacinas, no plural. Isso é coerente com o que o mundo vem trabalhando; é uma emergência de muita gravidade, como o Senador Marcelo Castro e o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, já bem demonstraram. E, nessa linha, o caminho da Fiocruz será um caminho de sustentação para o Programa Nacional de Imunização, como sempre fizemos, também a médio e longo prazo. Eu acho que isto é muito importante dizer: nós teremos uma vacina Covid-19 Fiocruz a partir desse acordo. Portanto, no segundo semestre, já passaremos a produzir, de forma autônoma, com ingrediente farmacêutico ativo também produzido por Bio-Manguinhos/Fiocruz. Esse é um primeiro ponto que eu gostaria de destacar.

No primeiro semestre – o Ministro já colocou os dados, mas só para frisar –, a Encomenda Tecnológica definiu 100,4 milhões de doses; o Secretário Arnaldo já fez referência a isso. Teremos as primeiras entregas de produção em janeiro, mas é uma produção feita na Fiocruz. Então, a Anvisa também fará a avaliação desse processo.

Aproveito para dizer algo que o Ministro vem reforçando, e o Secretário Arnaldo também, comigo: também estamos em tratativas para tentar, uma vez que essa vacina tenha o registro da Anvisa – a AstraZeneca vai submeter; a Fiocruz também vai submeter, quando tiver essa sua linha pronta –, para que nós possamos até antecipar com vacinas prontas. E isso não foi uma escolha nossa – não é, Ministro? Na verdade, foi uma grande demanda mundial e uma dificuldade mesmo de produção até nos países desenvolvidos, acho que é importante dizer; e o Senador Marcelo Castro fez referência a isso. O Brasil tem dois laboratórios nacionais com grande capacidade de produção de vacinas: a Fiocruz e o Butantan. Eu quero saudar esse elemento como muito importante e, do ponto de vista da Fiocruz, dizer que nós teremos, então, essa produção sustentada, garantindo, assim, o caminho para a imunização de todos os brasileiros, ao lado das outras alternativas já mencionadas.

Por fim, Senadores, eu gostaria muito de falar da necessidade de uma continuidade dos esforços de pesquisa de ciência e tecnologia. Nós temos a fase de farmacovigilância e teremos também a preocupação com o aperfeiçoamento das vacinas, porque é um processo muito novo. Esse é o nosso compromisso. E toda a capacidade da nossa instituição estará voltada, como está hoje, para esse enfrentamento. Entendemos também a urgência do momento e estamos envidando esforços, como o instituto do Ministério da Saúde, para fazer essas entregas como a nossa sociedade espera.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Dra. Nísia Lima, que é Presidente da Fiocruz; obrigada por estar conosco aqui, participando deste debate.

Concedo agora a palavra novamente ao Dr. Marco Krieger, que é o Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Com a palavra, Dr. Marco.

O SR. MARCO KRIEGER (Para exposição de convidado.) – Eu vou detalhar um pouquinho mais o nosso projeto, até para trazer alguns esclarecimentos adicionais, principalmente do ponto de vista técnico.



Eu sempre gosto de salientar, no início das minhas falas, que realmente a gente está fazendo um desafio gigantesco: é uma doença que agora está fazendo seu primeiro aniversário, tínhamos lacuna de conhecimento, mas precisávamos acelerar, de forma inédita, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico, os ensaios clínicos, mas fazendo isso com a segurança do que é necessário para qualquer produto para uso em saúde e também com uma questão muito importante que era nos prepararmos para a produção, mesmo antes de termos um produto. Então, estávamos, desde maio, imaginando o cenário que iríamos viver nos próximos meses. E termos obtido sucesso nesse desenvolvimento tecnológico não significa que tenhamos bilhões de doses de vacinas disponíveis para que a humanidade possa utilizar para esse enfrentamento.

Então, de forma conjunta com o Ministério da Saúde, fizemos uma avaliação tecnológica das opções dos projetos que estavam mais adiantados, avaliando principalmente a transferência de tecnologia, porque, nesse cenário, a Fiocruz entra com o seu potencial de instituição tecnológica, mas também industrial, e ponderando os projetos que estavam mais avançados com a nossa contribuição e a mobilização da nossa capacidade industrial, que era muito importante – nessa demanda mundial por vacinas, essa contribuição da nossa capacidade de produção é muito grande –, além de avaliar, também, a questão das plataformas tecnológicas.

Então, nesse cenário, em maio, a plataforma de Oxford teve realmente a melhor pontuação, e conseguimos um acordo, com uma transferência de tecnologia total de uma plataforma que nos interessava. Essa plataforma... Vale a pena salientar que nós temos plataformas de vacinas: de primeira geração, que usam os próprios patógenos inativos ou atenuados; de segunda geração, o que já permitiu a ampliação do uso de vacinas com o uso de subunidades – então, com parte desses patógenos –; e estamos agora entrando na fase da terceira geração, em que a informação genética desses patógenos é inserida nas células, porque elas funcionam como as fábricas que apresentam ao nosso sistema imunológico essas proteínas que vão ser antigênicas – então, as tecnologias de RNA e as tecnologias de vetor viral são dessa terceira geração e foram capazes de, nas outras emergências sanitárias recentes, chegar de forma mais rápida a um produto, e isso foi também ponderado.

Nós estamos no terceiro ciclo, aliás, no terceiro surto – desculpem-me – de coronavírus nos últimos 20 anos. Tivemos SARS, MERS, SARS-CoV-2, mas tivemos também o surto de H1N1, tivemos ebola e tivemos o surto de zica. Várias plataformas têm sido propostas para o enfrentamento rápido dessas emergências sanitárias, e essa plataforma desenvolvida por Oxford foi a única que conseguiu chegar a um produto com registro emergencial no caso do surto do ebola. Isso também foi ponderado pela nossa equipe, juntamente com o Ministério da Saúde.

Nós tínhamos uma situação: era um projeto ainda em desenvolvimento. Então, num esforço que eu diria que transcendeu a Fiocruz e o Ministério da Saúde – tivemos o apoio aí da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público Federal, do Ipea, do Ministério da Economia –, foi proposta a utilização da Lei de Inovação para uma encomenda tecnológica, ou seja, o desejo de termos uma tecnologia ainda em desenvolvimento garantido, do ponto de vista legal também. Isso é muito importante, porque nós não poderíamos fazer a aquisição de uma vacina que não existia, mas nós poderíamos fazer a aquisição de uma tecnologia que tinha se mostrado promissora no caso das vacinas. Aqui eu gostaria de salientar que ela é também a tecnologia que é usada, por exemplo, nas terapias gênicas. As terapias gênicas que estão revolucionando o tratamento de doenças raras usam também essa mesma tecnologia de vetores virais baseada em adenovírus. Então, para a Fiocruz foi um ganho adicional poder contribuir com a produção e também ter acesso a uma nova plataforma de resposta rápida, que sinaliza o futuro de várias aplicações no campo da saúde.

Eu acho importante a gente colocar algumas questões técnicas que já foram publicadas. Nem todas as informações sobre as diferentes vacinas estão disponíveis, e é muito difícil a gente avaliar o que sai na



imprensa em relação aos aspectos técnicos que são importantes para a nossa tomada de decisão. Então, utilizamos muito as publicações científicas que são revisadas pelos pares e são revisadas por pessoas independentes e isentas que, muitas vezes, reprovam esses dados.

Então, os primeiros dados que nós tivemos da plataforma que vai ser produzida pela Fiocruz e que foram publicados em junho foram que os primeiros ensaios clínicos de Fases I e II, mas já com mil voluntários, indicaram que essa tecnologia era capaz de promover uma alta eficiência na conversão imunológica e, mais do que uma alta eficiência da conversão imunológica, ela é capaz de ativar o sistema imune de forma completa, tanto a produção de anticorpos quanto a produção de um outro tipo de resposta, que é a resposta celular. Com uma dose, 100% dos voluntários desenvolveram a resposta celular e 90% a resposta da produção de anticorpos e, com duas doses, esses números foram ainda melhores: 100% tiveram as duas respostas. Então, é um dado importante. E foi aprimorado o regime dessa vacina com a incorporação dessas duas doses por causa desse ganho.

Esses estudos clínicos estão sendo conduzidos em sete países. Eles começaram em 23 de abril na Inglaterra, Fases I e II. Um mês depois, dia 20 de maio, também na Inglaterra, Fases II e III – aí já foram incluídas cortes importantes, como os adultos idosos, pessoas de 56 a 69 anos e acima de 70 anos, além de vários regimes. E, no dia 23 de junho, o Brasil foi o primeiro país fora do Reino Unido incluído nesses estudos clínicos que foram publicados neste mês.

Mas, antes da publicação desses resultados, eu gostaria de salientar duas questões importantes que foram publicadas nesse intervalo também em revistas científicas de muito prestígio. O primeiro é que mostrou que, de forma inesperada, a resposta imunológica dos adultos idosos foi semelhante, equivalente à dos adultos jovens. Isso não é corriqueiro, a maioria das vacinas de primeira e segunda gerações não tem essa capacidade de induzir uma resposta tão equivalente entre os idosos, que normalmente têm uma resposta mais fraca. Eu vou só citar um exemplo: nós tínhamos um projeto de duas gigantes do campo das vacinas que se uniram, a GSK e a Sanofi, com uma vacina de segunda geração; e eles desistiram do projeto, deram um passo atrás, porque não conseguiram obter essa conversão imunológica nos adultos idosos.

Além disso, foram publicados dados em outra publicação, mostrando que a vacina de Oxford era capaz de proteger de forma absoluta em modelos animais as pneumonias – dos animais que receberam a vacina, nenhum deles teve pneumonia –, não foi encontrado vírus no pulmão desses animais nem por técnicas de localização da proteína do vírus, nem de detecção do ácido nucleico do vírus, métodos muito sensíveis, embora esses animais pudesse dar resultado positivo no teste tradicional que vai avaliar nasofaringe, o PCR nasofaríngeo. Nenhum desses animais teve pneumonia e nenhum teve infecção associada à SARS-CoV-2, que é o maior problema.

Então, realmente são resultados importantes que foram, de certa maneira, confirmados no artigo publicado agora, este mês, sobre os resultados da Fase III. Aqui é importante que a gente diga que só há dois artigos publicados sobre os resultados da Fase III: o da Pfizer, que foi publicado também em dezembro, numa revista também prestigiada, e o da AstraZeneca/Oxford. Então, é muito difícil a gente comparar com qualquer outra iniciativa, porque os dados não são avaliados por esses pares de forma independente e isenta.

Mas essa publicação reforçou este achado muito importante: essa metodologia foi capaz de evitar 100% dos casos graves e 100% das hospitalizações. Só para vocês terem uma ideia do impacto desse achado, a própria vacina da Pfizer, que também teve um resultado espetacular e teve uma eficácia até maior do que a de Oxford, não foi capaz de evitar 100% dos casos severos, que foram na mesma proporção do que houve na população normal. Então, a gente tem aí iniciativas muito importantes que estão publicadas e que atingiram a meta preconizada.

Eu vou encerrar já nesse tempo, dizendo que a meta era que tivesse uma eficácia acima de 50%, ou



seja, a OMS diz que uma vacina que protegesse metade das pessoas que tomarem a vacina, que estariam protegidas... Nesse caso, essa meta foi ultrapassada por essas duas iniciativas que estão publicadas. E aqui eu acho muito importante salientar que, de forma surpreendente, as primeiras vacinas que estão dando resposta são vacinas com tecnologias que não existiam, nem havia os produtos até pouco tempo. Nós estamos visualizando uma revolução no campo das vacinas. As vacinas genéticas, de RNA ou de vetores virais, foram as que chegaram mais rápido e com resultados que até o momento as outras tecnologias não foram capazes de entregar.

Então, a Fiocruz está realmente muito empolgada com essa iniciativa, com esses resultados colocados. Tem se colocado na imprensa que o projeto pode estar atrasado, mas ele está rigorosamente no plano, nós estamos inclusive com a Anvisa no processo de submissão contínua desde setembro, já fomos os primeiros que entregamos os dados clínicos. Eles atingiram, como eu mencionei, o alvo que era preconizado pela OMS, e ainda tivemos, adicionalmente, essa proteção absoluta das formas graves e das hospitalizações, e estamos já iniciando, no nosso campo industrial, os lotes de engenharia, os testes de estabilidade, para que em janeiro possamos ter a entrega dos primeiros 15 milhões de doses, que vão ser produzidas já na Fiocruz, nesse planejamento de 200 milhões de doses, no mínimo 210 milhões de doses no ano que vem, e estaremos submetendo à Anvisa os dados dessa produção, que é um processo muito simples.

Eu vou só finalizar, trazendo uma dimensão da complexidade desse projeto.

A Fiocruz é a maior produtora de vacinas que o ministério usa no seu Programa Nacional de Imunizações. Nós fazemos ali 10 das 19 vacinas que são feitas pelo ministério. Além de termos a maior quantidade de vacinas, também temos o maior quantitativo de doses entregues. Entregamos 120 milhões de doses todos os anos em média e vamos entregar no ano que vem o triplo dessas doses. Manteremos os 120 milhões das dez vacinas que produzimos, mas estaremos triplicando nossa capacidade para entregarmos mais 200 milhões de doses.

Então, é um processo muito complexo, mas aqui vale a pena salientar que a gente está cada vez mais confiante. Nós não entramos numa corrida de cem metros para chegarmos à frente de ninguém, mas vamos chegar com muita força, com a entrega de um quantitativo que eu acho que vai colocar o Brasil no ano que vem numa situação privilegiada de poder contar, entre outras vacinas que também são importantes, com um quantitativo muito grande dessa vacina, que, sem dúvida, será uma das que terá seu registro sanitário aprovado fora do Brasil e no Brasil de forma mais rápida.

Desculpem se passei um pouco do tempo, mas é que gostaria de trazer essas informações.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Imagine, doutor, nós é que agradecemos os esclarecimentos e as informações técnicas de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Fiocruz na produção dessa vacina para combater a Covid-19. Agradecemos a sua participação.

Eu concedo agora a palavra ao Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Lula, que é o Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA (Para exposição de convidado.) – Muito bom dia a todos e a todas!

Eu quero agradecer o convite da Senadora Leila Barros, que muito nos orgulha e que tanta felicidade já trouxe para o País, Senadora, como esportista e, agora, na política. A gente agradece muito.

Queria aqui também poder cumprimentar os ex-Ministros da Saúde, Senador Marcelo Castro e Senador Humberto Costa, e, na pessoa deles, cumprimentar todos os Senadores que participam desta solenidade. Uma vez Ministro, sempre Ministro!

Também quero cumprimentar o Ministro Eduardo Pazuello, com quem estive reunido ao longo de toda a semana na tentativa de permitir esse diálogo, permitir que a gente avance e, de fato, tenha um



calendário, uma perspectiva.

Acredito que todos os Senadores nesta sessão possuem o mesmo objetivo, que é, de fato, poder tirar daqui o prognóstico de quando se inicia a vacinação no País e de que vacinas a gente vai ter à disposição no País.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde, que é composto pelos 27 secretários estaduais de saúde, já há algumas semanas, no Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, tirou uma decisão, uma diretiva, de maneira unânime entre os secretários, que é a de que deveriam ser incorporadas todas as vacinas ao plano nacional de imunização – todas as vacinas consideradas eficazes e seguras –, principalmente aquelas que poderiam ser produzidas no País deveriam ser adquiridas pelo Ministério da Saúde e incorporadas ao plano nacional de imunização, ao Programa Nacional de Imunizações.

Por que isso? O Programa Nacional de Imunizações existe desde 1975, desde antes do SUS, e, a partir do SUS, ele foi reforçado, capilarizado, de modo que o Brasil é dos poucos países do mundo que consegue ter 38 mil salas de vacinação em tempos normais, e a gente pode ampliar essa capacidade em muito.

A gente pode falar desde São Paulo até a cidade aqui no Maranhão que está lá na fronteira com o Pará e que tem cinco mil habitantes, que eu vou ter sala de imunização naquela cidade. Eu não vou ter nenhum local no País que não tenha um ponto onde eu possa vacinar.

Essa força do PNI, ao longo dos anos, tornou esse programa um orgulho para o País. Os outros países do mundo observam o Brasil para saber como deve ser feita a imunização. Então, a gente não tem como, simplesmente, deixar de aproveitar todo esse *know-how*, todo esse conhecimento que a gente adquiriu ao longo dos anos e permitir que a gente tivesse uma descoordenação nesse momento.

O ponto que nós apontamos, e que é necessário e fundamental, é que haja coordenação nacional no enfrentamento da pandemia. Para quê? Com qual sentido? Para a gente não gerar mais iniquidades, para a gente não gerar mais desigualdades. Se, nesse momento que existe uma preocupação, a gente passasse a ter Estados com programas em paralelo, Municípios com programas em paralelo, cada um com um plano de vacina a um tempo, Estados começando a vacinação em momentos diversos, a gente correria o risco de a gente ter uma perspectiva muito pior, que seria a gente ter uma guerra de todos contra todos. Porque, se for valer a regra de cada Estado poder adquirir antes ou cada Município poder adquirir antes – eu tenho cidades vizinhas: a cidade A conseguiu adquirir as vacinas; a B não –, por qual razão não vou permitir que a B inicie a vacinação? Então, isso seria o pior cenário possível, o pior cenário.

A nossa tentativa, de todos os secretários, sempre foi no sentido de a gente ter uma coordenação nacional e, mais do que isso, que a gente pudesse centralizar, como sempre foi, a partir do Ministério da Saúde, toda essa logística para a gente iniciar no mesmo momento no País inteiro.

Então, a gente podendo iniciar, o Ministério fazendo a aquisição das vacinas, distribuindo isso para os Estados e os Estados coordenando junto com os Municípios essa imunização, é o melhor cenário para que a gente, ao invés de gerar desigualdade, gere mais igualdade.

O que a gente fez e tem feito durante a semana, junto como Ministério, com o Governo do Estado de São Paulo, é exatamente tentar incorporar esse diálogo.

Ontem à tarde, estive com quatro Governadores no Ministério da Saúde, logo depois do lançamento do que o Secretário Arnaldo já bem falou, já bem narrou, assim como o Ministro Eduardo Pazuello, na tentativa de quê? De a gente tentar obter uma data e, mais do que isso – a gente tem aqui a fala do Ministro Eduardo Pazuello, que é muito importante e que trouxe, aqui nesta sessão, dados relevantes que ainda não haviam sido afirmados publicamente –, a possibilidade de a gente, efetivamente, iniciar a vacinação em janeiro. Porque teremos, já em janeiro, pelo menos 15 milhões de doses da Fiocruz, pelo menos 9 milhões de doses do Butantan e a possibilidade, ainda – está um pouquinho mais complexa a



negociação –, de termos algo da Pfizer para podermos iniciar já em janeiro. Então, parece-me que o que a gente tem que ter no horizonte é isso.

Um, se a Fiocruz vai ter essas doses, vai ter essa perspectiva de ter 15 milhões de doses já no final do mês de janeiro, é a primeira indagação. Teria como a gente antecipar – e em vez de começar com 15 milhões, a gente começaria com 7 milhões –, alguns dias antes, para que a Anvisa pudesse dar o registro disso e a gente pudesse ter a perspectiva de uma data ainda em janeiro para poder iniciar a vacinação? Essa é a primeira indagação.

Dois, havendo o registro do Butantan na semana que vem, a gente conseguiria já, em meados de janeiro, também iniciar a vacinação com essas vacinas do Butantan, sendo feita essa distribuição pelo menos para parte dos grupos prioritários no Brasil inteiro?

Então, eu acho que é essa a perspectiva que a gente tem que ter tendo 2021 como horizonte para a gente vacinar todo o Brasil. Isso é fundamental. Eu acho que é isso que o Ministério da Saúde vem fazendo, vem negociando com o Butantan. Ótimo que coloque isto já publicamente: de a gente ter Butantan e Fiocruz já em janeiro, com a perspectiva de a gente poder iniciar essa vacinação. Acho que esse tem que ser o nosso horizonte, tem que ser a nossa meta. Quanto antes a gente der uma data para a população brasileira do possível início da vacinação, melhor, porque eu acho que é isto que aflige todo mundo: ver Estados Unidos, Inglaterra, União Europeia soltando data; alguns países da América Latina já também dando perspectiva de data para iniciar a vacinação.

Agora, o fundamental, Ministro Pazuello, nesse esforço concentrado tripartite, de Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Ministério da Saúde, em diálogo com o Governo do Estado de São Paulo, em diálogo com a Fiocruz, é a gente conseguir pelo menos prever uma data de possível início da vacinação o quanto antes. Óbvio que a gente precisa do registro – precisa. E a gente espera que isso aconteça logo. Nesse ponto, a gente não tem como acelerar a ciência. A gente tem que ter segurança para que a gente não tenha, lá no futuro, qualquer ameaça à credibilidade da imunização; o que não afetaria só a imunização da Covid-19, mas afetaria todas as nossas campanhas de imunização, que já, ao longo da última década, tem perdido a adesão. A gente tem um número cada vez menor de pessoas se imunizando e imunizando seus filhos, isso é preocupante.

Então, é importante a gente ter essa segurança, mas, mais do que isso, é importante a gente poder dar uma perspectiva de data para a população. Aí eu tenho certeza, Senadora Leila, de que vai ter sido cumprida a missão desta Comissão e do debate que a gente está fazendo aqui nesta manhã.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Dr. Carlos, eu agradeço as suas primeiras indagações e as suas preocupações, de todas as secretarias de saúde municipais e estaduais do nosso País. Obrigada pela sua colaboração e sua participação.

Eu concedo agora a palavra à Sra. Cristiane Martins Pantaleão, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A SRA. CRISTIANE MARTINS PANTALEÃO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senadora Leila. Bom dia, Senador Esperidião Amin.

Agradeço o convite e faço um cumprimento também ao Senadores e ex-Ministros, ao nosso Ministro Pazuello, ao Presidente do Conass e a todos os outros participantes.

Acho que, no momento em que a gente está vivendo, são importantes encontros como este, em que a gente se junta para pensar junto e organizar melhor o que a gente tanto espera, que é o processo de vacinação da Covid-19 em todo o País.

O Conasems, desde o início, vem acompanhando o planejamento desse plano que foi entregue ontem. A gente já tem até aqui que reconhecer e valorizar o trabalho que o Ministério da Saúde vem fazendo, a



abertura que ele vem dando ao Conasems, ao Conass e a todas as instituições, construindo de maneira conjunta para que a gente consiga realmente escutar todas as angústias para conseguir acertar o máximo possível nesse plano.

Até eu já quero pedir licença, o Presidente do Conasems, que é o Wilames, nosso colega, estava numa reunião, mas gora ele está presente também com a gente. Vou dividir o tempo com ele, vou iniciar a fala.

O Conasems tem um grupo de técnicos, e eu, como Diretora e Vice-Presidente, também faço parte da maior parte desses eixos de discussão da organização da vacina da Covid em todo o País que o Arnaldo citou na apresentação dele.

Desde o início, a gente vem colocando o que é importante conter nesse plano, o que é importante a gente discutir, para que a gente consiga vacinar e fazer o plano de imunização andar, como andou até hoje. E a gente tem que reconhecer que a gente tem no SUS um plano nacional de imunização de que a gente tem que ter muito orgulho. E acho que a gente também tem que reconhecer o trabalho de todos os profissionais do Sistema Único de Saúde, que mostrou, em meio a tantos desafios, a potência que o SUS tem neste País. Nesses últimos meses de pandemia, apesar de a gente saber da triste situação, das mortes, quantas vidas foram salvas por esses trabalhadores?! E são esses trabalhadores que vão desempenhar também a vacinação da Covid.

Então, o Conasems vem monitorando a maior parte desses eixos, tentando acompanhar, apoiar o Ministério da Saúde. Para todas as nossas dúvidas, o Ministério da Saúde, a SVS sempre esteve disponível para nos auxiliar, nos esclarecer e acatar, na verdade, todas as sugestões, porque nós, como representantes dos 5.570 Municípios, trazemos nas discussões os problemas, as diferenças. Este País é muito diversificado, a gente tem diversas realidades, a logística funciona de maneira totalmente diferente de um lugar para o outro. Então, a gente vem trazendo todas essas angústias para dentro das discussões, e todas vêm sendo acatadas e levadas em consideração.

E agora nós estamos num momento crucial de discussão da operacionalização mesmo da campanha, porque sabemos que há todo um processo de aquisição da vacina e dos insumos, de logística, de organização macro, mas é claro que também nós, do Conasems, temos como papel fundamental apoiar a operacionalização em cada Município. E é por isso que o que a gente está tentando é organizar e apoiar de certa forma para que facilite o máximo possível na hora em que essa vacina chegar ao Município. Então, que o sistema de informação dessa vacina seja de fácil manuseio, para que isso não seja um empecilho na hora da vacinação, para que não demore a fila, para que a gente consiga agilidade. Por isso, a gente vem discutindo, de uma maneira bem próxima do Ministério, para que a gente consiga organizar um sistema de informação para facilitar a vacinação na ponta, para que esse não seja um problema na hora da vacinação em si.

Uma das ideias, inclusive – a gente sabe que há uma possibilidade de virem várias vacinas –, é que a gente consiga colocar por cores, porque é difícil, na hora da vacinação, a pessoa conseguir identificar de que laboratório é a vacina que tomou, porque, dependendo da vacina, vai haver um tempo, um prazo entre a primeira e a segunda doses. Portanto, buscamos ferramentas que facilitem a organização disso na ponta. Então, que a gente consiga colocar por cores, para pessoa falar: "Tomei a vacina verde. A vacina verde é de que laboratório?".

A gente está fazendo todas essas discussões para facilitar a vacinação quando ela começar a ser realizada.

Também uma das coisas que foi citada pelo Arnaldo, que vale a pena o Conasems reforçar, é a importância de a gente pedir para a população já ir procurando as unidades de saúde para fazer a revisão do cadastro.



Hoje nós temos mais de 122 milhões de pessoas cadastradas no Sistema Único de Saúde, em todas as unidades básicas no País. Hoje a gente tem mais de 50 mil unidades de saúde em todo o País e mais de 122 milhões de pessoas cadastradas.

Então, a gente precisa avançar. Este é o período de falar à população: procure a sua unidade de saúde, olhe o seu cadastro, já vá adiantando e revisando, para que, quando chegar o momento da vacina, a gente já consiga estar com o cadastro pronto, para facilitar ainda mais o andamento da vacina em si.

Também há a questão da organização do processo de vacinação. Cada Município vai ter que pensar como fazer da melhor forma, com segurança, se é melhor centralizar, se é melhor descentralizar, se é melhor tirar da unidade de saúde, colocar numa unidade extra, com segurança 24 horas. Então, tudo isso já está sendo pensado, tripartite, para a gente dar apoio aos Municípios na organização da vacina quando ela chegar ao Município.

Ontem, o Conasems lançou o Canal Conasems. Já aproveito para fazer a divulgação e acho que o nosso Presidente vai poder reforçar um pouquinho. Eu acho que é uma conquista do SUS esse canal. Apesar de estar sendo lançado e criado pelo Conasems, a gente fez isso pensando no Sistema Único de Saúde, para divulgar o que a gente faz de melhor, para mostrar o trabalho que é desenvolvido. A gente sabe que há desafios, mas a gente tem muito mais a reconhecer.

O Conasems fez um congresso virtual neste ano, e a gente teve, num período de cinco meses de pandemia, mais de mil trabalhos inscritos de experiências exitosas no País. Então, olhem a potência que o Sistema Único de Saúde tem! É esse êxito que a gente quer mostrar na campanha de vacinação.

Então, a gente quer fazer e vai fazer por meio desse canal, que foi lançado e inaugurado ontem, a capacitação para todos os profissionais de saúde neste País com relação à vacina. Já está firmada a nossa parceria com o Ministério da Saúde, que está financiando essa capacitação. A gente vai só realmente fazer pelo Canal Conasems, mas o financiamento dessa capacitação da vacinação para todos os profissionais de saúde do País está sendo feito pelo Ministério da Saúde. A gente está organizando de maneira tripartite. Inclusive, já foi também agendada uma reunião com o Conass para apresentar esse projeto de capacitação para todos os Secretários e Governadores do Brasil agora, já no início de janeiro, para todo mundo ter ciência de que a gente já está com o processo de capacitação também organizado para iniciar logo no começo do ano, para que as coisas caminhem de maneira fácil na hora em que essa vacina chegar a todo Município.

Além disso, também vai ser realizada nesse canal a capacitação com relação aos gestores que estão chegando no ano que vem. A gente sabe que vários gestores serão renovados com a troca de Prefeitos. Então, o Conasems também já está se preparando para capacitar esses novos gestores. Também vamos fazer, em parceria com o Ministério da Saúde, uma capacitação com todos os agentes comunitários e agentes de endemias.

Então, é o Conasems se preparando para apoiar todos os Municípios deste País, para que as coisas fluam da maneira como vêm fluindo até o momento, para que nada venha a atrapalhar o momento da chegada dessa vacina aos Municípios.

Eu quero passar a palavra agora para o nosso Presidente, se ainda houver um tempinho, para ele falar um "oi", agradecer a oportunidade e colocar o Conasems à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, doutora!

Doutora, eu quero agradecer a participação da senhora como Vice-Presidente do Conasems. O mais importante foi justamente a senhora passar para nós, além das ponderações, as informações com relação ao planejamento das secretarias municipais e a essa parceria com o ministério, alertando principalmente sobre a revisão do cadastro dos nossos usuários no momento em que começar a nossa vacinação. Eu acho



que é importante alertar realmente a população com relação a esse cadastro. Obrigada pela participação.

Vou passar a palavra para o Presidente Wilames Bezerra.

Só peço desculpas pelo adiantado da hora.

Vou passar a palavra para ele, por cinco minutinhos, para ele fazer as considerações dele.

Obrigada pela participação, Dra. Cristiane. (*Pausa.*)

Ele está com você aí, ele está presente? (*Pausa.*)

A SRA. CRISTIANE MARTINS PANTALEÃO – Wilames, está conseguindo falar? (*Pausa.*)

Ele está com o Ministro.

Pode falar.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA – Estão me ouvindo aí?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Seja bem-vindo, Dr. Wilames!

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA (Para exposição de convidado.) – Eu queria agradecer a todos e parabenizar, na sua pessoa, Senadora Leila, todos os Senadores que estão presentes.

Quero cumprimentar o Ministro Eduardo Pazuello, na pessoa de quem eu saúdo todos que fazem o Ministério da Saúde; minha querida amiga Dra. Socorro Gross, que se encontra presente ali, que veio da Fiocruz; enfim, todos os técnicos e secretários do Ministério da Saúde que estão presentes.

Complementando o que a Cris falou, é claro que é um desafio grande para os Municípios. Nós representamos 5.570 Municípios brasileiros nas diversas regiões do País.

Quero dizer que o plano é um plano que foi muito bem trabalhado, elaborado com a participação do Conasems também, com seus técnicos, e nos atende também naquilo que está prescrito.

O fundamental nesse processo todo é nós entendermos o seguinte: nós já temos o Programa Nacional de Imunizações, em que trabalhamos com 18 vacinas. Então, fazer campanha de vacina, para os Municípios, é uma rotina nossa. Essa campanha de vacina é mais uma campanha que nós iremos trabalhar e administrar.

Aos Municípios cabe receber a vacina, acondicioná-la e administrá-la na população, organizar essa área de vacina. Nós não estamos aí, como bem falou a Cris... Eu queria só complementar e dizer que nós temos um projeto de capacitação de 47 mil equipes de Saúde da Família. É um projeto do Ministério da Saúde em parceria com o Conasems. Aqui quero agradecer ao Ministro Pazuello e ao Secretário Arnaldo, que de pronto atenderam à necessidade. Nós vamos capacitar as equipes de Saúde da Família. Será uma capacitação em que nós não vamos ensinar, porque eles já sabem. Vamos orientar tecnicamente sobre as inovações do processo de vacinação, que terá uma duração de dez meses e será de grande valia para o nosso sistema.

O plano estabelece obrigações e responsabilidades dos três entes, obrigações do Governo Federal, que é o grande propulsor dessa política nacional e o administrador do Plano Nacional de Imunizações. A partir daqui é que nós iremos trabalhar lá na ponta a administração da vacina. Nós estamos ancorados, de fato, no Plano Nacional de Imunizações, sob o comando do nosso querido amigo Ministro Pazuello.

O Conasems, desde o início, participa dessa formulação. Acho que o fundamental agora é nós concentrarmos forças naquilo que a Nísia falou, naquilo que o Pazuello, nosso Ministro, falou com relação à chegada da vacina. Eu não vejo nenhum problema na nossa relação tripartite entre Município, Estado e Federação.

Se a vacina chegar em um curto espaço de tempo, nós temos logística e estamos integrados para poder fazer isso acontecer imediatamente lá na ponta. Os Municípios estão preparados. Nós temos 38 mil salas de vacina, podemos já chegar a mais de 45 mil salas de vacinas, pontos de vacinação no País. Isso é fundamental a sociedade saber. Nós temos técnicos capacitados, técnicos treinados. Os Estados têm sua logística, com o Ministério da Saúde, já montada há décadas no País pelo Sistema Nacional de



Vacinação. Então, neste momento, cabe a nós termos de fato a vacina nas nossas unidades, para que nós possamos trabalhar o acondicionamento necessário e montar a nossa estratégia de vacinação conforme o Plano Nacional apresentado no dia de ontem.

Então, aqui, de forma rápida, é apresentada a exposição do Conasems. Há total integração dos Estados com o Ministério da Saúde, através do Ministro Pazuello, e com o Governo Federal.

Nós nos colocamos à inteira disposição do Parlamento brasileiro para estarmos debatendo, esclarecendo e mostrando o que nós preparamos enquanto Municípios dentro desse contexto geral, lá na ponta de lança, como diz bem o nosso querido Ministro, para que a coisa de fato aconteça a contento e para que a população atinja o objetivo principal, que é se proteger, para todos nós estarmos protegidos desse vírus, que tanto transtorno vem trazendo para a população brasileira.

Muito obrigado.

Um bom dia de trabalho a todos nós!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada pela participação, Dr. Wilames Bezerra, Presidente do Conasems, e Dra. Cristiane Pantaleão.

Agora eu passo a palavra para a nossa última convidada na sessão de hoje, que é a Sra. Alessandra Bastos Soares, Diretora da área de análise vacinal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A senhora está com a palavra, doutora.

A SRA. ALESSANDRA BASTOS SOARES (Para exposição de convidado.) – É uma alegria estar aqui!

Senadora Leila, muito obrigada. Eu fico muito satisfeita.

Eu acho que a sensação que eu tenho neste momento, como brasileira, é a de que estamos todos sendo muito bem cuidados, porque há muitas pessoas e muitos movimentos para enfrentar o que todos aqui nunca imaginamos viver nesses dias que estamos vivendo.

Esta Casa, desde o primeiro minuto, se colocou à disposição, foi uma das primeiras a se reorganizar para conseguir atender a todas as demandas. Então, foram dias e têm sido dias muito desafiadores.

Assim como vocês todos, os senhores e as senhoras, têm suas famílias e suas histórias, nós também temos as nossas. Então, eu gosto de lembrar que a Anvisa é feita de pessoas, servidores que têm sido incansáveis, que também foram afetados pelo Covid. E, desde o início, a gente se colocou à disposição para que todos os temas de que a nossa casa cuida pudessem ser atendidos.

Então, eu agradeço muitíssimo aos Senadores que nos convidaram.

Amanhã é meu último dia de Anvisa, eu me despeço da casa, mas fiz questão de estar aqui hoje para atendê-los, para trazer as informações que nós precisamos, de fato, entregar. É um compromisso da nossa casa com todos vocês.

É perfeitamente compreensível... E eu fico muito satisfeita, porque, historicamente, o Ministério da Saúde e a Anvisa, às vezes, não se entendiam, mas é uma alegria ouvir o nosso Ministro da Saúde falar com tanta propriedade sobre a nossa Anvisa. Isso muito nos alegra. E todos vocês... A coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária está nesta Casa. Então, ver aqui o Conass e o Conasems também é muito importante.

Compreendemos exatamente qual é o nosso papel nesse processo. São decisões que não são da agência, mas esse programa de fato só será efetivo a partir do momento em que houver vacina. E aí é conosco!

Então, eu coloquei no *chat* o *link* que eu expliquei aos senhores que nós disponibilizamos. É um material que é atualizado. Ontem foi atualizado, hoje ainda não. A gente tem expectativa de conseguir algumas informações novas para colocar ali.

Como eu havia comentado, eu fico muito satisfeita, porque o assunto tem sido bastante debatido, e,



então, as dúvidas têm sido mitigadas, porque hoje todo mundo precisa estudar sobre o que estamos falando aqui. Então, quando a gente diz que de fato há diferença... Por que o Brasil ainda não tem nenhuma vacina aqui? Porque, lamentavelmente, nenhuma empresa ainda se dispôs a vir pleiteá-la na nossa agência.

Agora, nós nos preparamos com as equipes. Está aqui o Marco para falar. Esteve conosco... Eu estive pessoalmente em reunião – não é, Marco? – algumas vezes para discutir certos assuntos sempre com a área técnica. É claro que eu me interesso! Sou farmacêutica e quero que a coisa aconteça, quero que as vacinas cheguem.

Então eu fico muito orgulhosa da nossa equipe porque, realmente, nós conseguimos, de uma forma muito criativa e dinâmica, reorganizar esta casa, reorganizar os processos, para que nós puséssemos à disposição das empresas ferramentas para que pudéssemos discutir o melhor fluxo, o melhor tempo, para a gente ter a análise adequada, apropriada, de forma responsável, coerente, e realizar a melhor entrega.

Então, estar aqui e saber que todos os senhores estão discutindo com muita responsabilidade esse tema é uma alegria. É uma alegria!

Alguns de vocês têm conversado diretamente com o Presidente da nossa casa, que é o Diretor Antônio Barra. Eu, até amanhã, sou a Diretora de Medicamentos e Produtos Biológicos. Na segunda-feira, já teremos a Dra. Meiruze.

Então, o que eu tenho para dizer é que, de fato, até o momento, não houve pleito de nenhuma empresa, mas as reuniões têm sido riquíssimas. Todo o contato que nós temos tido nas reuniões de pré-submissão é muito precioso, é muito rico, porque a gente tem conseguido, junto com as empresas, discutir caminhos seguros para que essa vacina chegue com a segurança, a eficácia e a qualidade que esta agência precisa garantir ao cidadão. Nós temos que trabalhar com os senhores, com o setor produtivo, com a academia, para o cidadão. É para isso que a gente está aqui.

Então me satisfaz muito ver que essa discussão é tão aprofundada, ter nos convidado para participar. De fato, o que a gente precisa entregar agora é um registro, mas, para que isso aconteça, precisamos ser incitados, ser provocados pelas empresas. E o que a gente deseja é que todas elas consigam tocar à frente esse processo. Eu vim do setor produtivo e eu sei que não é fácil, não é fácil, porque dentro das empresas também há pessoas que também estão sendo atingidas por essa lástima que é esse vírus. Então, todos os processos foram comprometidos.

E me parece que todos aqui estão fazendo o melhor possível, o melhor possível. Não consigo acreditar que possa existir má-fé para tratar desse assunto, porque não pode haver má-fé. A gente está falando de gente. É muita vida precisando do nosso esforço e do nosso empenho.

Então, eu agradeço à dedicação de cada um de vocês para cuidar desse tema. Ver o Congresso tão empolgado, ver o Governo, de forma geral, o Ministério da Saúde, que tem conversado conosco de forma tão reta, é muito bom poder participar disso. Temos consciência do nosso dever. Estamos, sim, empolgados em atender àquilo que nos solicitarem e estamos à disposição; não só esta diretoria, mas toda a casa. Toda a casa está empolgada para isso.

Espero que a minha participação tenha elucidado – porque já foi falado tanto e os senhores estão bem afiados, isso me alegra bastante –, todo mundo aqui já entendeu a diferença entre um registro de produto, que é uma análise mais aprofundada, é uma análise complexa e completa, e uma autorização para uso emergencial, muito bem-posto pelo nosso Ministro. E eu comungo com ele em tudo que foi dito. Alegra-me muito ouvir o que eu ouvi aqui de todos os senhores.

Então, eu tenho certeza de que este tema, como brasileira que sou, eu estou muito contente mesmo de saber que este tema está sendo tratado com tanta responsabilidade. Eu só tenho a agradecer a oportunidade de vir aqui e ouvir, tenho pouco a falar inclusive, mas mais a ouvir, e trazer para nossa casa essa discussão que está acontecendo. Podem ficar cientes de que tudo que eu ouvi aqui será transmitido,



não só aos outros diretores que continuarão, à casa, mas também aos servidores que neste momento trabalham incansavelmente para que a gente consiga realizar as melhores entregas no melhor tempo.

É isso, Sra. Senadora

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sra. Alessandra Soares, representante da Anvisa na nossa sessão.

Concedo a palavra agora aos nossos queridos amigos Senadores que estão conosco até o presente momento. Nossa primeiro a se pronunciar é o Senador Jorge Kajuru, meu querido Jorge Kajuru.

Com a palavra, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar convidado.) – Minha também querida amiga-irmã, Senadora Leila Barros, parabéns pela condução, pelo equilíbrio de tudo que está acontecendo.

Meu jeito é este e não vai mudar, só quando eu morrer. Fiquem tranquilos que eu vou demorar para morrer.

Eu quero fazer aqui uma crítica aos nossos colegas Senadores – permita-me, Amin, querido –, pois uma sessão tão importante como esta não poderia ter apenas dez Senadores presentes. Eu peço desculpas, inclusive, às autoridades aqui, ao Ministro Pazuello... Aqui deveríamos ter a maioria absoluta do Senado presente, até porque há muito Senador que, às vezes, usa a tribuna para falar do Covid-19, e é aquela frase: "Viu um galo cantar, e não sabe onde". Então, lamento.

Eu gostaria de me dirigir ao Ministro Pazuello, com quem tive oportunidade de conversar duas vezes.

Ministro, eu não tenho simpatia por quase ninguém do Governo Bolsonaro em relação a ministro; ao senhor eu tenho. E tenho respeito ao senhor principalmente. Então, duas colocações duras para um ministro responder, mas acho que o senhor tem independência para responder.

A primeira: o Presidente da República, Bolsonaro, antes de um mês atrás, declarou que não faria contrato com o Instituto Butantan, de São Paulo, secular instituto, que não tem nada a ver com João Doria, que existe antes de o João Doria nascer – que, aliás, para mim, não deveria nem ter nascido. Antes de saber do senhor sobre essa posição do Presidente da República, do Jair Bolsonaro, de que forma que o senhor pensa, se ele deveria ter ficado calado e deixado o Ministério da Saúde trabalhar e conduzir um assunto tão importante como esse, ou se o senhor respeitou o que ele falou, mas agora mudou? E mudou por quê? Vai haver o contrato com o Instituto Butantan, em que eu o aplaudo por essa posição.

Ainda sobre o Presidente Bolsonaro, há pouquíssimo tempo, semanas, ele fez a seguinte declaração: "Eu não vou tomar a vacina, e quem quiser tomar que tome!". Eu pergunto ao senhor: o senhor, como Ministro e como cidadão, como general, o senhor também faria essa declaração, "eu não vou tomar vacina e quem quiser tomar que tome"? São as minhas duas colocações.

Eu queria aproveitar a presença do competente Secretário da Vigilância, que é o Arnaldo, com uma preocupação, Senadora Leila, Presidente, Amin e todos os demais presentes: no ano que vem, então, todo mês teremos uma quantidade de vacinas à disposição contra o Covid-19. E, no ano que vem, quando chegar o inverno, eu pergunto: como é que vai ficar o conflito, no inverno, com a vacina da gripe? É uma curiosidade minha que eu gostaria de saber do Secretário Arnaldo.

E, para concluir e não fugir do tema, eu fiquei triste em saber que a incansável funcionalidade pública, empregada pública Alessandra está saindo. Incansável! A gente vê até pelos olhos dela o tanto que ela está trabalhando. Então, deve ter vencido o mandato dela, e é triste saber que ela vai sair. E eu não vou roubar a pergunta do Senador Tasso Jereissati; só espero que ele a faça de novo ou que a Alessandra a responda, quando ela puder. Antes de começar a sessão, fora do ar, o Tasso fez uma ótima colocação à Sra. Alessandra, e ela respondeu de uma forma que me preocupou – vou ser rápido –, com aquela frase: "Nós vamos precisar de 60 dias". Aquilo me deixou preocupado.



Era isso que eu queria colocar, usando e cumprindo o tempo, Senadora e amiga, Presidente da sessão, Leila Barros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Kajuru, a Alessandra, representante da Anvisa, no *chat*, desejou sorte para nós aqui, agradeceu a oportunidade e teve que sair da nossa sessão. Então, ela não vai poder, enfim, esclarecer a sua pergunta.

A sugestão dada aqui pela assessoria e pela experiência, porque estão há mais tempo aqui comandando as sessões remotas, é de que eu passe para o bloco, primeiro, dos Senadores e, ao final, nas considerações finais de cada convidado... Por favor, anotem as perguntas e respondam ao final, com as considerações finais para encerrarmos.

Então, eu vou passar, vou finalizar esse bloco...

Pois não, Kajuru.

Só um minuto. Seu áudio está desligado, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – É só um aparte rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Ninguém está discordando de ti, mas não seria melhor as perguntas serem respondidas de forma rápida? Nós que somos do esporte, tipo uma entrevista coletiva? Porque convidado anotar pergunta, ele anota três, quatro, cinco perguntas e, quando ele vai responder, acaba não respondendo da forma que a gente gostaria.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Na verdade, a gente não sabe as perguntas dos demais companheiros aqui, dos demais Senadores. Às vezes, elas podem convergir... É interessante.

Mas eu consulto os demais Senadores Espírito Santo, Dário, enfim, os que estão presentes se concordam em, primeiro, passarmos ao bloco. São sete Senadores que estão presentes para as ponderações e, ao final, as considerações finais dos nossos convidados e as respostas. Eles vão anotar e responder. Pode ser? (Pausa.)

O.k.

Obrigada, Senador Kajuru.

Vou passar a palavra agora para o nosso segundo orador, Esperidião Amin, o nosso requerente, o querido Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senadora, eu quero cumprimentá-la pela forma compreensiva, paciente e levemente disciplinadora – levemente disciplinadora –, sem nenhuma cortada com aquela mão poderosa, e dizer o seguinte: eu estou feliz porque tivemos esta oportunidade. Esta reunião é muito importante. O Kajuru tem razão. O próprio Senador Tasso Jereissati me dizia: "estou sabendo de coisas que eu não sabia".

Que bom que nós estamos encerrando este ano com as informações... Não são todas as que a gente queria ouvir, mas já crescemos bastante.

E parabéns ao Marcelo Castro! Queria ter um professor assim.

Feliz Natal! Um grande ano! Que o ano que vem seja realmente um ano de soluções, de unidade e soluções.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu que sou uma privilegiada por ter vários professores nesta Casa, Senador. É um prazer.



Vou passar agora ao Senador Dário Berger, para as considerações dele.

Por favor, Senador Dário Berger.

Está fechado o seu áudio, Senador. (*Pausa.*)

Fechado ainda. (*Pausa.*)

O.k.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para interpelar convidado.) – Deu, deu, deu.

Bem, prezada Senadora Leila Barros, meus sinceros cumprimentos a V. Exa.; saudades de você, da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Receba carinhosamente meu abraço!

Quero cumprimentar também o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e me permitam, para poupar tempo, cumprimentar os demais convidados que fazem parte desta importante audiência pública. Permitam-me ainda cumprimentar os nossos convidados, saudá-los, de maneira especial, na pessoa do Dr. Antonio Miranda, infectologista, um dos mais renomados e reconhecidos médicos de Santa Catarina, especialmente da Grande Florianópolis, que nos dá a honra da sua participação e da sua presença; na pessoa dele, eu queria homenagear todos os convidados, todos os amigos que fazem parte desta audiência pública.

Quero cumprimentar os meus colegas Senadores, principalmente o Senador Esperidião Amin; o Senador Marcelo Castro; o Senador Confúcio; o Senador Tasso Jereissati, um dos expoentes também do Senado Federal que participa desta audiência pública; o Senador Wellington Fagundes; o Senador Kajuru, como sempre participando das nossas discussões, principalmente as mais importantes, que têm a ver com a vida da nossa população; e, por fim, cumprimentar ainda o Senador Izalci, meu querido amigo, grande companheiro de lutas, neste ano importante que nós vivemos.

Bem, eu quero rapidamente mencionar e acrescentar que ouvi atentamente os nossos convidados. Foi muito elucidadora esta audiência pública. Os resultados certamente são bastante promissores, mas eu quero dizer que o cenário atual é de desolação e de desesperança, diante da realidade que nos levou a 180 mil mortes, no Brasil, aproximadamente. Portanto, 2020 é um ano como nenhum outro: conflitos, opiniões divergentes, mudanças climáticas e o Covid-19 criaram a maior e mais expressiva crise sanitária dos últimos cem anos; estamos diante da maior crise humanitária nacional e mundial. Eu estou com 64 anos e nunca imaginei que nós pudéssemos passar por isso, que o ser humano pudesse estar tão enfraquecido no mundo, nessa natureza, e que, com as superpotências, inclusive, as altamente desenvolvidas, como o velho continente europeu etc. e tal, não conseguimos nos antecipar a construir um cenário diferente deste que nós estamos vivendo. A demonstração é de que nós somos muito frágeis diante deste Planeta que integramos hoje e de que nos ajoelhamos, que nos curvamos diante de uma crise sem precedentes da história mundial, a qual, lamentavelmente, nos levou a muitas mortes, especialmente no Brasil.

Estamos, então, diante desse cenário que nos levou a uma crise econômica e social jamais vista também nos últimos tempos. Recessão, desemprego, crianças sem escola, pobreza, miséria, fome, morte, desesperança, incerteza, angústia, esse é o cenário que a gente vive hoje, e por isso é que, muitas vezes, nós não nos entendemos – e nós estamos com muitos problemas pela frente, inclusive problema de convivência.

E, diante desse cenário desolador, a única alternativa que nós temos, nós não temos remédio... O Senador Marcelo Castro, que foi Ministro e é um Senador que tem conhecimento amplo dessa questão, mencionou que a única alternativa que nós temos é a vacina. Nós não temos remédio ainda específico para essa doença, e as pessoas continuam morrendo. Chegamos, no dia anterior, agora, com praticamente mil mortes novamente; quer dizer, isso é um absurdo inaceitável! É inadmissível que, em pleno século XXI, com o avanço da tecnologia, com o avanço da medicina, nós tenhamos que conviver com um vírus que nos deixou todos ajoelhados diante de uma pandemia que se estabeleceu e se instalou no mundo inteiro.

A vacina, na minha opinião, não pode ser desacreditada. Nenhuma vacina pode ser desacreditada.



Eu quero tomar a primeira vacina que aparecer, seja de qual país for! Então, é preciso ter fé, é preciso acreditar na medicina, é preciso acreditar na ciência, é preciso acreditar na tecnologia. Precisamos agilizar o processo de vacinação, Ministro, porque é uma angústia de todos nós.

Nós representamos aqui os Estados federados e, sobretudo, representamos a população, que não tem voz e que delegou a nós a voz de solicitar, de insistir, de persistir, de exigir que o Governo – em que nós todos juntos estamos inseridos – possa efetivamente encontrar o caminho o mais rapidamente possível, para que a população brasileira possa ser vacinada também o mais rapidamente possível, porque nós temos pressa, nós estamos apreensivos. A vacina é a nossa única esperança. Santa Catarina tem pressa, o Brasil tem pressa.

Portanto, clamo a V. Exa., Ministro, que continue trabalhando, lutando, batalhando para que a gente possa efetivamente, num curto espaço de tempo, o mais rapidamente possível, encontrar a vacina ideal para o Brasil e efetivamente vacinar o povo brasileiro e o povo catarinense, de maneira que a gente possa restabelecer o novo normal, que a normalidade possa se restabelecer, que a gente possa voltar a trabalhar, que a gente possa voltar à vida normal, para que o Brasil possa crescer, se desenvolver e prosperar, e para que a gente possa correr atrás do prejuízo que este momento, este ano, trouxe para nós, como eu falei, de fome, de miséria, de pobreza, de desemprego, de desesperança, de tristeza e de angústia. Novamente, só com a vacina, na minha opinião e com a opinião de todos certamente, nós vamos sair deste cenário desolador que estamos vivendo.

Então, cumprimento o Senador Esperidião Amin pela iniciativa – acho que foi muito elucidativa. Agradeço a participação de todos os debatedores.

Abraço os meus colegas Senadores e a Presidente desta sessão, Senadora Leila Barros, e homenageio, por fim, o meu querido amigo e médico Antonio Miranda, que nos honra com a sua presença.

Esperidião, um abraço. Parabéns!

Um abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Dário, pela contribuição, pela participação. Saudades também. Se Deus quiser, vai chegar a vacina, e nós vamos todos poder nos abraçar novamente.

Vou passar agora a palavra para o Senador Confúcio.

Não sei se ele ainda está... (*Pausa.*)

Está desconectado.

O próximo orador é o Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Também está desconectado.

Senador Tasso, é um prazer ter o senhor aqui conosco.

O SR. TASSO JEREISSLATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar convidado.) – Senadora Leila, nossa Presidente, é um prazer participar desta sessão tendo V. Exa. na Presidência, conduzindo com extraordinária firmeza e suavidade esta sessão. Para mim, foi uma surpresa muito agradável tê-la presidindo esta sessão. Eu achava que seria o Esperidião, mas o clima mudou só com a sua presença na Presidência.

Vou ser muito rápido e fazer só duas perguntas.

Ministro Pazuello – eu não sei se o Ministro Pazuello está presente; está presente –, eu ainda não tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, mas eu queria dar à questão do passado, das brigas políticas como zeradas.

Só queria deixar aqui uma observação com todo o respeito. Eu ouvi uma frase de V. Exa. em determinado jornal, na imprensa dizendo: "Por que tanta ansiedade?". A ansiedade, como disse o meu amigo Dário Berger, é fantástica, é profunda em todos os brasileiros. Todos nós temos um amigo ou



um parente que está intubado ou que faleceu, e esse número está aumentando. O senhor não tem ideia, talvez devido às suas responsabilidades, da ansiedade que têm os brasileiros no peito hoje em função desta terrível pandemia.

Mas eu vou colocar duas questões. Antes, quero dizer que foi muito boa para mim aquela reunião. Foi um alívio muito grande a reunião de ontem, e, por causa disso, eu esqueço o passado e quero olhar para frente com muita esperança.

Eu entendi, na exposição de V. Exa., Ministro, que nós teremos, em janeiro, vacinas à disposição dos Estados no Governo Federal, se não me engano – eu vou checar alguns números: 500 mil da Pfizer; se eu não ouvi errado, 6 milhões do Butantan, da CoronaVac; e 15 milhões da AstraZeneca, Fiocruz. Essa informação talvez seja para mim a mais importante que eu ouvi hoje e que muda o cenário. Havendo a certificação da Anvisa, temos possibilidade de iniciar a vacinação agora em janeiro, sem precisar a data? Eu entendi corretamente isso e esses são os números?

Essa é uma informação excepcional para mim, até porque no meio dessas informações – e aí, se não me engano, o Dr. Marco Krieger comentou, eu não sei se ele está aí ainda – e a imprensa noticia que a vacina da AstraZeneca com Oxford e Fiocruz está atrasada, houve um atraso enorme em função de um problema que houve na Fase III, que foi bastante noticiado, que começou com a questão de doses erradas, etc., e que a perspectiva da vacina da Fiocruz foi lá para depois de março – alguns falam até em julho. Então, nós teríamos mesmo uma pequena quantidade da Pfizer, que o senhor confirmou – 500 mil –, e as vacinas da CoronaVac, do Butantan – evidentemente colocando sempre com a devida aprovação da Anvisa.

A Dra. Alessandra estava nos esclarecendo também – e aí o Kajuru já mencionou – que, entrando essas vacinas com suas documentações, a perspectiva que nós tínhamos era de até 60 dias. Vamos dizer que essas vacinas... Parece-me que só a Pfizer entrou. O Butantan disse que vai entrar dia 23. Então, sai essa perspectiva de janeiro, apesar de que ela enfatizou bem que era até 60 dias. Mas, diante dessa emergência, com todos os cuidados, é possível reduzir este prazo em função, por exemplo, do que disse o Butantan, que vão ser entregues os documentos conjuntamente para a Anvisa da China? E o fato de ter uma certificação de uma agência de credibilidade em outro país facilitaria ou apressaria esse processo? Então, eu gostaria, Ministro, se for possível, que V. Exa. esclarecesse bem essas datas e esses nomes.

Muito obrigado, minha Presidente Leila, e parabéns pela condução desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata pelas contribuições, Senador Tasso. É um prazer tê-lo aqui conosco.

Eu vou passar a palavra para o nosso último orador, para o pronunciamento do meu querido parceiro aqui do DF, o Senador Izalci Lucas.

Com a palavra V. Exa., Senador Izalci. É um prazer tê-lo conosco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Leila, e parabéns pela condução da reunião. Parabéns a todos os Parlamentares e também aos profissionais.

Eu vou ser muito breve, porque eu acho que o Tasso fez o questionamento correto; o Marcelo Castro também, pela sua experiência, deu uma aula para nós. E, de certa forma, a gente sai um pouco mais tranquilo, mas eu tenho duas preocupações.

A primeira é sobre esse movimento antivacina, que já existia antes da pandemia e que agora foi reforçado durante a pandemia, principalmente com relação à CoronaVac. E basta ver a pesquisa que foi feita: quando se fala da vacina CoronaVac, a pesquisa deu que menos de 50% tomariam a vacina. Isso me preocupou muito, porque, no Brasil, vale muito a versão e não o fato. E a versão que está aí no dia a dia é a de não tomar vacina, o que é muito ruim. Estão voltando aí o sarampo, a pólio.

Eu quero parabenizar o Amin por esta sessão, porque ele, desde o início, buscou esse entendimento



para que a gente pudesse esclarecer todas essas questões. O Amin me disse que, lá em Santa Catarina, a vacinação contra a pólio foi de 50%, quando a média nacional foi de 60%. Então, a forma como foram conduzidos esses últimos meses nos preocupa muito. Por mais que se ofereça, há rejeição com relação à vacina.

A outra questão é a campanha publicitária, que foi apresentada também, que deve ser iniciada agora. É fundamental uma campanha no sentido de incentivar a vacina. Eu não sei, vi rapidamente, mas vi que há um aplicativo. A forma como se colocam algumas informações no aplicativo pode inibir muito essa questão da vacina. É que não basta vacinar alguns, a gente precisa vacinar, de preferência, todos, sem exceção.

Então, é só mais para esclarecer estas duas questões. Como é que está sendo conduzido esse processo da mídia? É que também tive informação de que não será em todas as mídias, e eu acho que a gente tem de aproveitar o máximo possível a disponibilidade de redes, não é só na rede pública, até porque a audiência não é tão boa, a gente tem que colocar em todas.

Agora, há essa questão que o Tasso levantou, tendo em vista que o Instituto Butantan vai apresentar, inclusive, um pedido definitivo para a vacina. Sei que, com o provisório, o emergencial, há um compromisso, parece-me, de 5 dias, mas, como eles vão apresentar o definitivo, qual é a previsão? Há possibilidade de a gente vacinar, de fato, a partir de 25 de janeiro se apresentarem no dia 23 de dezembro?

Era isso, Presidente.

Obrigado, Leila. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Izalci, pelas suas contribuições e pelas palavras.

Eu também gostaria de fazer algumas perguntas, mas o Senador Cid neste momento está presente e pede a palavra para apresentar uma sugestão.

Senador Cid com a palavra.

Obrigada pela presença.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para interpelar convidado.) – Eu é que agradeço e cumprimento você pela condução dos trabalhos e cumprimento todos os que subscreveram e tiveram a iniciativa de promover este encontro, que certamente é muito informativo para nós do Senado.

Eu queria, Senadora, fazer uma rápida sugestão. Eu não vi entre os grupos...

Eu estou em trajes não adequados e estou preferindo não ligar o vídeo. Estão solicitando que eu o ligue, mas prefiro não fazê-lo.

Eu não vi, no grupo de risco, gestantes, e é óbvio que a gestante está impedida de tomar vacina. Mas eu queria sugerir... As gestantes são um risco em dobro: corre risco a gestante e corre risco o bebê que a gestante carrega. Então, eu queria sugerir que fossem colocadas no grupo prioritário as pessoas que cercam as gestantes, familiares em primeiro grau de gestantes. Dessa forma, pelo menos o contato com a gestante não existiria.

Era essa a breve sugestão que eu gostaria de fazer, agradecendo a oportunidade e cumprimentando todos os que participam deste debate.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Cid.

Indo na mesma sugestão, Ministro e amigos que estão aqui nesta sessão, eu recebi aqui um questionamento da assessoria da Senadora Mara Gabrilli: "As pessoas com HIV estão vulneráveis aos efeitos do coronavírus por causa da imunidade, o organismo tem baixa imunidade. Dentre os grupos prioritários



apresentados no plano de imunizações, onde se enquadram as pessoas com HIV?”. Esse é o questionamento.

Acho que o Senador Izalci já fez uma colocação importante sobre o movimento antivacina.

Há um questionamento sobre a participação do nosso Presidente, o Presidente da República, sobre como ele atuará na campanha e se ele, enfim, irá para o *front*, de repente, como um garoto propaganda, como já aconteceu em outros governos mundo afora – a gente vê vários líderes mundiais indo para o *front* com relação à essa questão da vacinação.

E qual é a recomendação do ministério em relação à vacinação de pessoas que já tiveram Covid 19? Eu faço parte desse grupo e a gente sabe que estão aparecendo alguns casos de reinfecção. Então, qual seria a recomendação do ministério com relação a esse grupo?

Eram essas as perguntas.

Passo agora para as palavras finais, ponderações e respostas do nosso Ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

Com a palavra, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para exposição de convidado.) – Senadora Leila e todos os Senadores que fizeram perguntas, agradeço desde já a oportunidade de fazer esses esclarecimentos.

Antes de fazer a minha fala, eu vou pedir ao Arnaldo para trazer as respostas das perguntas técnicas que são específicas a ele, já está aqui combinado, e à Nísia para trazer, também, a resposta técnica sobre a possibilidade de atrasos no calendário da AstraZeneca.

Arnaldo, por favor.

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para exposição de convidado.) – Senadora Leila e demais Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estarmos conversando sobre um assunto extremamente importante. É uma grande oportunidade para a população brasileira esse esclarecimento. Quero agradecer a oportunidade de estarmos juntos, juntamente com o Conass, com o Conasems, com a Fiocruz e com todos os que participaram, o que nos honra bastante.

Então, vamos lá, de maneira bastante clara.

O Senador Kajuru fez uma pergunta com relação à sazonalidade da influenza. Nós não temos estudos científicos que nos permitam fazer a vacinação concomitante. Então, nós vamos fazer campanhas diferenciadas. Suponhamos que temos disponibilidade de vacinas, de doses para um determinado grupo, para Covid. Nós iremos vacinar primeiro para Covid e, na sequência, em outro período, após certo tempo, vacinaremos para a influenza, porque nós não temos até o momento nenhum dado que nos permita, dentro do bulário das vacinas que estão em estudos, a vacinação concomitante.

Nesse sentido, eu queria falar com relação à população de gestantes e à população pediátrica. Nós não temos nenhum estudo, nenhum braço de Fase III de nenhuma das vacinas que tenha feito estudos com relação a gestantes e à população pediátrica. Temos, sim, uma política e precisamos, sim, manter os cuidados necessários: uso da máscara, higienização das mãos, todos os cuidados necessários com relação a isso.

Respondendo também à Senadora Leila, acho, que perguntou com relação aos pacientes que já tiveram Covid, a nossa recomendação é que tomem a vacina, desde que não estejam com infecção ativa, desde que não estejam com doença ativa. Não estando em doença ativa, ele tem a recomendação para tomar a vacina.

Com relação à população de imunodeficientes, essa é uma preocupação que temos, não apenas com relação ao HIV, mas com relação aos transplantados, aos pacientes que têm doenças autoimunes e que tomam medicações que são imunossupressoras. Nesse sentido, há um braço da AstraZeneca na Fase III, da vacina de Oxford, que fez estudos em países da África onde há uma alta transmissibilidade de HIV. A gente espera encontrar esses resultados para que possamos ter algum bulário de segurança em relação aos



pacientes que são imunocomprometidos.

Eu acho que dessa forma, Ministro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS – Os pacientes ao entorno da grávida que, portanto, estejam nos grupos prioritários serão vacinados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS – Havendo disponibilidade de vacinas, sim.

Eu acho que com isso eu respondo a todas as perguntas que foram levantadas.

Muito obrigado.

É sempre um prazer fazer o esclarecimento à sociedade brasileira.

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA (Para exposição de convidado.) – Senadora Leila, agradeço por toda a sua participação e, na sua pessoa, cumprimento novamente todos os Senadores presentes. Gostaria só de, até muito em função da pergunta do Senador Tasso Jereissati – a quem também cumprimento –, esclarecer que não houve atraso no cronograma da AstraZeneca tampouco haverá atraso no programa de produção da Fiocruz, assim espero, mas temos evidências para afirmar isso. O Marco Krieger apresentou a complexidade desse processo.

Nós temos o compromisso de produzir, a partir de janeiro, mensalmente, 15,2 milhões doses. Essa produção será feita a partir do ingrediente farmacêutico ativo que será importado, e nós finalizaremos essa produção. Quando nós falamos assim, é bom destacar que todo esse processo envolve controles de qualidade, métodos analíticos, várias questões técnicas nas quais eu não vou me alongar, mas passarão também pelo crivo da Anvisa. Então, esta é a situação real: nós vamos estar, a partir de janeiro, com 15,2 milhões doses prontas e encaminhando, em janeiro – tecnicamente não é possível fazer isso antes dentro das próprias regras da Anvisa –, o registro para a Fiocruz. A AstraZeneca já estará encaminhando – já encaminhou no Reino Unido, onde é o próprio sistema de saúde que faz o encaminhamento – à Anvisa.

Por isso, eu disse no início que também estamos num esforço, que não tivemos êxito... Desde o início, o Ministro da Saúde fez esse esforço também de já termos vacinas prontas, enquanto a Fiocruz produziria. Um dado importante é que a partir de janeiro teremos continuamente. E aí, como haverá a transferência de tecnologia a partir de agosto, nós já estaremos fazendo entregas de vacinas totalmente nacionalizadas. Então, esse é o quadro.

Sobre o atraso da AstraZeneca, tem saído muita coisa nos jornais, infelizmente, Senadores, que confundem um pouco. Nós estamos acompanhando todas essas informações, mas não haverá atraso do ponto de vista da Fase III. Foi publicado um artigo científico, já houve editoriais, inclusive na *Nature*, afirmando isso e está sendo processado o encaminhamento para registro.

Por fim, eu quero colocar aqui que a Fiocruz está apoiando os testes de Fase III de outras vacinas no Brasil, inclusive da CoronaVac, do Instituto Butantan, e da vacina da Janssen pelos grupos clínicos que nós temos. Nossa esforço é para produzir essa vacina, originalmente desenvolvida pela Universidade de Oxford, através desse acordo com a AstraZeneca e também contribuir para o esforço nacional de iniciar a vacinação da nossa população o mais rápido possível. Eu acho que esse é o nosso compromisso como instituto do Ministério da Saúde, como instituto do SUS. Reafirmo isso aqui e temos base para essa informação.

Agradeço muito a todos os Senadores. Agradeço ao Marco Krieger também, que, em nome da Fiocruz, fez uma explanação tão completa sobre esse processo, e a todos os convidados presentes nesta sessão, me dispondo a esclarecer sempre o que for necessário ao nosso Senado Federal. Tenho feito isso mais na Câmara, mas é muito importante fazer junto ao Senado.



Muito obrigado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para exposição de convidado.) – Bem, dando continuidade às respostas, eu me dirijo a todos os Senadores, é claro, mas especificamente ao Senador Kajuru. Começo dizendo a ele que a simpatia é recíproca.

E eu coloco que todo o processo de discussão, o processo decisório e até a interpretação do que está acontecendo é uma construção. Nós não tínhamos, nem poderíamos ter, todas as informações em cada passo que nós estávamos vivendo meses atrás. Nossa processo decisório vem do acúmulo de informações novas e da compreensão.

É óbvio que perguntas sobre o Presidente Bolsonaro são perguntas diretas para ele, mas sobre isso eu posso afiançar ao senhor e a todos que a preocupação básica do Presidente era que não houvesse vacinas importadas sem o registro específico. Depois que houve a compreensão da fabricação da vacina com a tecnologia no Butantan – isso é uma informação, na época, posterior à primeira conversa –, as coisas foram sendo construídas. E, sim, o Presidente já vem, há bastante tempo, colocando, de forma muito clara, que o Ministério, o SUS, deve adquirir e está apto a comprar todas as vacinas que estiverem disponíveis e a que a gente possa ter acesso para vacinar a população, inclusive a da CoronaVac.

Sobre o Presidente ser voluntário ou não, eu acho que é o mesmo enfoque: ele está reforçando a voluntariedade, e não a obrigatoriedade. É uma visão. Eu acho que, se nós observarmos que cada um deve ter o seu processo decisório sobre ser voluntário ou não para essa ou para aquela vacina, essa é a liberdade que eu acho que o povo brasileiro sempre tem que ter. E nós, sim, temos que trabalhar para mostrar a eficiência, a eficácia e a segurança em campanhas em todas as mídias, de forma muito clara. E, sim, nós vamos dar o exemplo. Todos nós juntos e com outros atores que podem puxar a representação nacional deveremos estar presentes e apoiando essa campanha.

Essa é a minha resposta inicial ao senhor.

Continuando, o Arnaldo já respondeu as perguntas específicas sobre o H1N1 e o coronavírus.

Quanto ao tempo para registro, também ficou claro – depois, eu acho que o Senador colocou –: é de até 60 dias, e isso não deve ser colocado como um ponto final. E, sim, nós devemos também observar que, uma vez registrado numa agência internacional, a gente poderá solicitar que a Anvisa homologue esse registro no Brasil. Isso é mais rápido do que iniciar um processo de registro. Então, nós também aguardamos com ansiedade que esses laboratórios consigam esse registro no exterior para que possamos solicitar a homologação na Anvisa. Com certeza, uma homologação é mais rápida do que um registro todo iniciado na Anvisa; são processos diferentes.

Quanto a prazo, a gente acha, a gente confia que vão trabalhar 24 horas por dia a Anvisa e seus técnicos para que a gente conclua o processo e possa realmente vacinar as pessoas com segurança e eficácia.

Senador Esperidião Amin, eu agradeço o convite, a oportunidade de nós estarmos aqui. Já nos falamos pessoalmente. É uma honra conhecer V. Exa., um ícone do nosso País. Um representante desse nível a gente precisa sempre ouvir e entender as oportunidades.

Foi ótimo ter apresentado o plano ontem. Isso permite que muita coisa seja compreendida de ontem para hoje. Foi ótimo poder dizer aos senhores que o cronograma de distribuição e imunização, com as datas previstas – e já respondo a uma pergunta mais à frente –, nós estamos trabalhando hoje – hoje! Nós pegamos todas as previsões e vamos colocar dentro de um cronograma inicial. Dizer que vai ficar pronto hoje, amanhã ou depois de amanhã... Mas será na primeira oportunidade. Não é difícil fazer um cronograma de previsão; é difícil acertar a data da Operação Overlord. E, quanto à previsão, o senhor pode ter certeza de que, dentro desses números que eu apresentei aqui, vamos fazer um cronograma e vamos confiar.

Eu passo agora para o Senador Dário Berger. Ele também, em oportunidades anteriores, foi muito



esclarecedor, é um especialista na área e realmente suas posições são muito abrangentes sobre o assunto. Eu agradeço a ele a confiança que colocou na minha pessoa e na posição do ministério.

Ao Senador Tasso Jereissati: eu aceito a sua observação humildemente sobre a ansiedade. A minha posição ontem era sobre a execução do plano, sobre a execução da logística de vacinação, como se nós não tivéssemos toda aquela *expertise*.

Ficou um pouco fora do contexto, e, claro, se as pessoas se sentiram dessa forma, eu queria deixar claro que, em hipótese alguma, eu acho que alguém possa não ter ansiedade ou angústia sobre a pandemia que nós estamos vivendo. Todos estamos ansiosos, todos estamos angustiados. É só ver a nossa cara, é só olhar no espelho de cada um. Nós estamos ansiosos e angustiados. Claro, era sobre a execução do plano e não sobre a pandemia propriamente dita.

Peço desculpas pela confusão que eu possa ter causado com relação a isso daí.

Ainda sobre o Senador Tasso Jereissati, é óbvio que ele já colocou, mas eu coloco o binômio. Nós temos um binômio; sem um ou sem o outro, não temos nada. Nós vamos ter as vacinas produzidas, mas eu preciso ter o registro concomitante, ou eu posso ter o registro e posso não ter a produção por qualquer motivo. Então, produção – disponibilidade da vacina – e o registro, esse binômio abre a vacinação.

Eu gostaria de colocar aqui: todos os trabalhos do Butantan sempre foram acompanhados e sempre estiveram na nossa pauta. Nunca saíram de acompanhamento, nunca saíram de apoio, nunca saíram de discussões técnicas. E o caminho nos trouxe até aonde nós chegamos ontem. É claro que ontem só culminou com a apresentação. Já vínhamos há bastante tempo declarando de forma contundente: sim, nada fabricado no Brasil deixará de ser adquirido, comprado, desde que registrado, desde que garantido. E é isso que nós estamos fazendo desde então. Faremos um contrato, está sendo redigido um contrato com cláusulas claras, já para dar mais um passo nessa direção, sempre com a ressalva de um registro, sempre com a ressalva da produção.

Então, ainda vendo se há mais alguma... Já falei sobre agências internacionais.

Ao Senador Izalci Lucas: nós temos, sim, Senador, que bater todas as mídias. A nossa campanha é séria. Eu tenho hoje uma equipe de comunicação do ministério que finalmente eu consegui construir. Aceito aí a minha incapacidade de colocar essa equipe funcionando há bastante tempo. Tentei. Já é a quarta tentativa de compor uma equipe nesse padrão. Acho que os profissionais de hoje que estão trabalhando conosco na missão são de primeira linha, e nós vamos, juntamente com as empresas contratadas e os planos de divulgação, atingir toda a população brasileira e vamos tentar reverter ou vamos reverter com certeza a compreensão da segurança, a compreensão da eficácia e da necessidade da vacinação ampla no nosso País. Isso, claro, acaba atingindo todas as outras vacinas também, porque nós temos um exemplo no mundo, o maior programa de imunização do mundo. Não podemos perder essa posição.

Volto para nossa Senadora Leila. Eu faço eco às palavras dos demais Senadores: é um grande prazervê-la conduzindo esta reunião. A senhora realmente é um ícone para o nosso País, é uma atleta, representou o nosso País pelo mundo afora, então tê-la sentada como Senadora e presidindo é sempre um prazer e uma honra.

Para finalizar minhas palavras, eu gostaria de dizer que, estando no comando da resposta federal contra essa pandemia – foi me dada essa missão –, eu estou muito honrado. Isso para mim é uma honra e uma grande responsabilidade. É uma honra e uma grande responsabilidade! Eu não vou economizar esforços, nem horas enquanto nós não tivermos essa execução da vacinação e o controle dessa pandemia no nosso País. Enquanto essa missão me for dada, os senhores contem comigo a qualquer hora, 24 horas por dia. Eu não saio de Brasília, eu saio muito pouco de Brasília – na maioria das vezes para cumprir um evento. Continuo num quarto de hotel: é do hotel para o trabalho, do trabalho para o hotel; em um evento ou outro, saio para buscar angariar o apoio necessário para que as coisas funcionem.



Entregaremos o cronograma em breve. Eu convido a todos os senhores e senhoras para ombrear conosco nessa luta. Assinamos hoje, o Presidente assinou hoje a MP dos R\$20 bilhões. Está assinada a MP. São R\$20 bilhões disponibilizados para a aquisição do que for necessário.

E ressalto por fim: nós não podemos afrouxar as medidas preventivas no nosso País. Não saiu do SUS ou do Ministério da Saúde nenhuma observação ao contrário. Sempre: medidas preventivas, afastamento social, distanciamento nas ações, triagem... Temos que ter triagem em todos os locais em que funcionem empresas, funcionem a economia; criar atendimento médico imediato. É isso que nós...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ministro, desculpa. Vou precisar interromper mais uma vez.

O SR. EDUARDO PAZZUELO – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É porque nós temos sessão do Congresso às 14h. Eu estou preocupada com os Senadores aí.

O SR. EDUARDO PAZZUELO – Missão sua!

É um prazer. Um abraço. Estamos juntos. Contem conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ministro, obrigada pela disponibilidade.

Eu gostaria de passar para os demais convidados, mas pedindo a todos que se atentem, por favor, ao tempo, à hora, porque, infelizmente, nós já estamos chegando ao final e às 14h, como eu falei, nós temos a sessão do Congresso Nacional.

Para finalizarmos, passo a palavra ao Dr. Marco Krieger, caso ele queira fazer as suas colocações finais. Nós vamos dar mais três minutos para os demais, Dra. Cristiane, Dr. Carlos Eduardo, para cada, porque nós vamos ter que encerrar a sessão. Desculpem.

Dr. Marco Krieger.

O SR. MARCO KRIEGER (Para exposição de convidado.) – Esses três minutos são muito mais do que necessários. A Presidente Nísia já fez um bom esclarecimento sobre os principais pontos que foram colocados em relação à nossa iniciativa.

Eu queria só, em nome da Fiocruz, agradecer essa oportunidade de trazer esses esclarecimentos e pedir desculpa por ter sido um pouco técnico demais, mas eu acho que a gente está com uma tempestade também de informações e muitas delas não podem ser confrontadas com a realidade. Então, eu acho muito importante trazer de forma absolutamente transparente as dificuldades, mas também os grandes avanços que estão sendo obtidos, numa velocidade recorde, de uma iniciativa que eu acho que é muito meritosa.

Eu só vou reforçar um pouco que, na verdade, o pedido da autorização sanitária da vacina, agora, é para a vacina da Fiocruz, mas, até o mês passado, considerávamos todas as vacinas como candidatas, das quais, agora, já temos os resultados de testes clínicos que atingiram as metas preconizadas pela OMS para sua aplicação.

Além disso, há outras vantagens. Acho que todas as vacinas têm potencial, mas agora nós já estamos trabalhando com a vacina da Fiocruz. Já estamos trabalhando na produção dessa vacina. Ela foi a primeira que entrou no Brasil no processo de submissão contínua. Era para entrar em outubro, e nós conseguimos entrar no dia 30 de setembro.

Então, nosso cronograma está sendo rigorosamente cumprido. Nós podemos adiantar um dia, podemos atrasar dois, mas não há muito mais o que fazer.

Os pacotes da Anvisa foram submetidos em novembro e em dezembro. A gente tem a expectativa de submissão do último pacote em janeiro, após a produção do Brasil. É importante salientar que essa submissão foi feita no Brasil no mesmo dia, no mesmo momento em que foi feita na Europa, no EMA, que é a autoridade sanitária da Comunidade Europeia, e na autoridade sanitária inglesa. Então, eu acho que



é muito importante a gente deixar transparente que esse projeto está avançando dentro do cronograma previsto.

A nossa expectativa continua sendo favorável. E aí eu tomo a liberdade de trazer a informação de que não é só a nossa expectativa. Eu não tenho dúvida de que essa iniciativa vai ser a iniciativa que vai ter o protagonismo global. A OMS está apostando nessa tecnologia pelas vantagens que ela traz do ponto de vista da questão logística, de armazenamento e transporte, e da capacidade de produção. Está previsto para o ano que vem o triplo de doses de todas as outras iniciativas.

Então, é muito importante deixar transparente que todas as iniciativas são importantes, são muito bem vistas. Eu acho que todos os resultados até agora apontam que existem aprimoramentos necessários. Eu acho que nas vacinas de RNA, aprimoramentos em relação à termoestabilidade podem ser obtidos e vão tornar essas vacinas ainda melhores. No caso da vacina de vetor viral, eu acho que os dados apontam que é possível melhorar o regime das doses, mas o que se tem hoje já permite a submissão na Anvisa com bastante segurança e com realmente uma ferramenta muito forte para o enfrentamento da pandemia, principalmente na eliminação das doenças graves, das hospitalizações, enfim, de todo esse cenário tão dramático que essa doença trouxe para a humanidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Dr. Marco Krieger.

Dra. Cristiane, eu queria pedir só um momentinho, porque o Senador Wellington Fagundes está *on-line*, ele está na tela. Ele pediu a palavra e no momento que eu o chamei ele não estava. Eu queria saber se o Senador Wellington quer dar alguma palavra, fazer alguma ponderação para os nossos convidados.

Com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Boa tarde a todos!

Eu queria apenas registrar que estive ontem lá no Palácio do Planalto, onde foi feito o lançamento do plano nacional de imunização. Eu queria registrar que realmente todos sabemos que o Brasil é um país que tem toda a experiência e *expertise*, que é um país referência mundial em campanha de vacinação – todos conhecem o Zé Gotinha! –, então eu acho que é um país que vai se mobilizar tão logo chegue a vacina.

É importante dizer que temos que transmitir para a população que nós não podemos ter medo da vacina. O Senado com certeza vai cumprir mais uma vez o seu papel de fiscalizar a aplicação do plano nacional de imunização. Nós temos aprovadas todas as medidas – inclusive a MP que o Governo editou ontem, que designa, define R\$20 bilhões, que é extremamente importante – e nós estaremos, inclusive, de plantão, prontos para aprovar, se for o caso, também.

Só que a medida provisória já é lei, então, nós temos recursos. É para trazer tranquilidade à população brasileira de que os recursos existem, não interessa de onde vier a vacina. O importante é que tenhamos segurança sanitária para a população também ter a tranquilidade de que terá uma vacina de qualidade.

Eu quero ainda só contribuir, como Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura: nós tivemos ontem uma reunião na CNT (Confederação Nacional do Transporte), com o Presidente, Dr. Vander, com ministros e também com vários Parlamentares, inclusive o nosso Senador Anastasia, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Ricardo.

A CNT, mais uma vez, se coloca como vanguardista e à disposição para fazer uma campanha de vacinação em massa com os caminhoneiros. Isso seria feito nas estradas, porque a vacina tem que ir aonde o povo está. Na Amazônia, as distâncias são muito grandes, e nós temos que imunizar 100% da população brasileira. Então, quanto mais parceria...



O Governo Federal tem esse compromisso de comprar, de distribuir, mas nós vamos precisar da participação de todos. Como o Ministro colocou, a vacina será de graça e para todos, sem distinção de cor, de credo.

Quero elogiar o Ministério da Saúde também pelo trabalho que foi feito na Covid em relação ao atendimento aos indígenas. Então, esse papel da CNT e de outras confederações, outras organizações, para ajudar nessa grande campanha a ser feita, eu acho fundamental. É o momento de mobilização de todos os brasileiros, de todos aqueles que podem ajudar, com os Municípios e os Estados sendo parceiros do Governo Federal. Não pode haver protagonismo neste momento.

Eu quero aqui parabenizar a Comissão da Covid, todos os Senadores, o Senador Esperidião Amin, que propôs esta reunião. Eu tenho certeza de que a vacinação, com certeza, é sinônimo de cuidar, de proteger, de amar as pessoas. Então, eu tenho certeza de que, neste momento, acima de tudo, vai estar a humanidade de cada brasileiro.

Eu agradeço imensamente, Senadora Leila. E todos nós aqui estamos de plantão para que essa vacina chegue o mais rápido possível com segurança a todo brasileiro. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada pela participação e toda contribuição, Senador Wellington.

Passo a palavra agora para a nossa última oradora, que é a Dra. Cristiane Martins. Desculpe, doutora. A senhora está com a palavra. Obrigada.

A SRA. CRISTIANE MARTINS PANTALEÃO (Para exposição de convidado.) – Acho que é só agradecer mais uma vez o convite, Senadora. A gente sempre está à disposição. O Conasems representa os Municípios. Quanto mais próximo a gente está do Senado melhor.

Quero dizer que o Conasems vai estar acompanhando, juntamente com o Conass e o Ministério da Saúde, todo esse processo para que a vacina aconteça da maneira mais ágil possível e para que a gente consiga fazer a vacinação de maneira qualificada.

Então, é isso, quero agradecer e nos colocar à disposição sempre que necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós temos aí três guerreiros, Esperidião Amin, Tasso e Wellington Fagundes, os últimos que ficaram conosco aqui, por causa do avançado da hora e da nossa sessão.

Eu pergunto ao Senador Esperidião, que é o requerente e que me deu a honra de presidir...

Ah, que bonitinho! Netinha?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a Dona Angela já.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A Dona Angela! Beijo para a família!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Eu só vou fazer uma brevíssima colocação.

Esta reunião não resolveu todos os problemas. Eu acho que nós vamos enfrentar muitos problemas, mas você, Senadora Leila, presidiu uma sessão que atualizou as nossas informações. E, como diz o próprio Cristo, a cada dia a sua aflição. Talvez isso até conserte um pouco a frase do Ministro, por quem eu tenho grande apreço. Está em Mateus a expressão "a cada dia, basta o seu mal", ou seja, a cada dia a sua aflição. Nós vamos ter muitas aflições ainda, mas o importante é que estejamos com o espírito que esta reunião deixou claro para todos nós, que é o espírito que pode construir.

Parabéns à senhora, que a conduziu de maneira magistral!

Parabéns a todos que deram a sua contribuição aqui!

Eu, como um dos requerentes, o primeiro requerente, fico muito confortável, porque eu acho que



nós estamos permitindo que o Senado e o País concluam este ano legislativo com uma coisa edificante e construtiva, muito bem construída pela senhora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador, eu é que lhe agradeço.

Todos sabem que quem estaria aqui presidindo é o Senador Espírito Santo Amin, e eu fui convidada por ele para presidir. E um convite do Espírito Santo não é um convite, é uma convocação. Então, gratidão pela oportunidade!

Agradeço demais a participação dos nossos colegas Senadores aqui, Tasso, Kajuru, Wellington Fagundes, os demais que já saíram, Dário Berger, Marcelo Castro, Izalci, Cid.

Eu concordo com o Kajuru, que falou que é uma pena que nem todos os Senadores puderam estar conosco aqui, numa sessão tão esclarecedora, tão importante para a Casa, mas nós seremos os interlocutores, nós seremos os porta-vozes deste debate aqui, que foi muito interessante.

Quero agradecer também – vou passar a palavra para você, Kajuru – a disponibilidade do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Agradeço à sua equipe, aos representantes da Fiocruz, da Anvisa, do Conasems e do Conass. A todos vocês o meu agradecimento pela generosidade de todos nessa participação e na disponibilidade!

Por último, passo a palavra ao Senador Jorge Kajuru, para o encerramento desta sessão.

Obrigada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para discursar.) – Presidente Leila, de forma rápida, não quero nem discussão com o Ministro Pazuello, porque eu falei de simpatia a ele e também falei de respeito a ele. Agora, preocupou-me muito o fato de ele mostrar que concorda com o Presidente Bolsonaro sobre a palavra "voluntária", ou seja, vacina quem quiser. Isso realmente, para mim, é assustador! É assustador! "Fica à vontade todo mundo! Vacina quem quiser!" Como você falou Leila – e também o Izalci falou –, as pesquisas mostram o tanto de gente que já está afirmando que não vacina nem se Deus pedir, nem por decreto. Então, vejam o perigo disso, o que vai acontecer com a nossa população com essa declaração dada pelo Presidente. Eu esperava que o Ministro fosse dizer que não concorda, mostrasse sua independência e dissesse que, para ele, todo mundo tem que vacinar, e não cada um vacina se quiser, pelo amor de Deus!

E, para encerrar, rapidamente, parabéns mesmo, de coração, minha amiga, minha irmã! Sabe do respeito e principalmente da admiração que tenho por você.

Para mim, Amin querido, esta reunião foi o que aconteceu de melhor nessas últimas semanas do ponto de vista parlamentar, e eu me coloco como aprendiz.

Aquela reunião de ontem do Senado me deu nojo. Foi um festival de sabujice, de "babação" de ovo pelo Presidente Davi Alcolumbre, que realmente melhor seria esquecer ou apagar dos anais da TV Senado. Eu tinha que falar isso porque eu sei que, em outra sessão, não dariam a chance de eu falar. Mas você, graças a Deus, me deu essa oportunidade e eu a aproveitei. Desculpe se eu o sacaneei, mas eu a aproveitei porque não tinha como – estava aqui na garganta, entalado – não falar sobre esse festival de sabujice, essa "babação" de ovo que foi a sessão de ontem.

Desculpe, Brasil! Desculpe, Pátria amada!

A imagem do Senado Federal precisa melhorar. Que as eleições saibam disso! E, pelo visto, não vai mudar nada, porque os candidatos já estão pedindo votos e avisando, Leila – pasme! –, o seguinte: não há negociação, não pediremos CPIs de nenhuma coisa, nem de toga, nem do esporte, e não aceitaremos pedidos de *impeachment*. Esses são os candidatos que estão falando isso para quem está pedindo voto. Eu peço a eles o seguinte: não peçam voto para mim, porque vocês sabem como é que eu sou!



Muito obrigado, Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Amigos, nós nos vemos daqui a pouco na sessão do Congresso Nacional.

Cumprida a finalidade desta sessão remota do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento, agradecendo a presença e a atenção de todos os que trouxeram suas contribuições e dos que nos acompanharam pelos meios de comunicação.

Boa tarde!

Muito obrigada.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 34 minutos.)



Ata da 109^a Sessão, de Debates Temáticos,
em 17 de dezembro de 2020

2^a Sessão Legislativa Ordinária de 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Luis Carlos Heinze.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 19 minutos e encerra-se às 18 horas e 41 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Fala da Presidência.) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

As mãos serão abaixadas e nesse momento serão iniciadas as inscrições.

A presente Sessão de Debates Temáticos remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, em atendimento aos Requerimentos nºs 2.771 e 2.820, de 2020, dos Senadores Luis Carlos Heinze e Randolfe Rodrigues, aprovados pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a debater informações sobre o aumento das queimadas e do desmatamento da Amazônia.

A Presidência informa que a sessão terá a participação dos seguintes convidados: Alfredo Kingo Oyama Homma, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental; Rafael Pinto Costa, Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM; Sra. Eyde Cristianne Saraiva Bonatto, pesquisadora na Universidade Federal do Amazonas; Sr. Olímpio Magalhães, Diretor de Fiscalização do Ibama; Sr. Gilberto Câmara, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil – INPE, no período de 2005 a 2012; Sr. Raoni Rajão, Coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais e professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Sra. Ane Alencar, Diretora de Ciências do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM; Sr. Carlos Souza Jr., Coordenador do Sistema de Alerta de Desmatamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imaamazon.

Não estou vendo aqui Paulo Artaxo. Ah, já está presente também. Sr. Paulo Artaxo, Professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo – USP; o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas no período de 2003 a 2008 e Coordenador do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente; e também o Sr. Carlos Eduardo Sturm, assessor da Presidência do Incra.

Primeiro, também saudar os Senadores. Vi aqui o Senador Esperidião Amin, que estava presente, e alguns outros Senadores; Senador Izalci também está presente aqui, o Esperidião também continua presente. Dizer da imensa satisfação de contar com os indicados pelo Senador Randolfe; acho que a Senadora Eliziane Gama também fez algumas indicações, Randolfe e Eliziane Gama, e eu também fiz algumas indicações junto com os Srs. Senadores do Norte do Brasil.

O objetivo são as queimadas na Amazônia, o aquecimento global e essa questão específica, alguma coisa sobre isso. Houve também uma comissão especial sobre as queimadas ligadas ao Pantanal mato-grossense, então, esses são os temas.

Eu agradeço a presença das senhoras e dos senhores que estão presentes. Eu gostaria de fazer... Vou chamar pela ordem um dos indicados por mim e outro dos indicados pelo Senador Randolfe para a gente poder equilibrar as falas e não deixar todo mundo de um lado falando e do outro lado depois.

Para vocês terem ideia – eu vou fazer a minha fala depois – nós temos um grande interesse nessa questão. O aquecimento global é uma preocupação mundial e nós temos grande interesse nela.

O Senador Esperidião Amin já fez uma colocação sobre esse assunto, e eu não sabia, Esperidião; isso já foi alvo de uma CPI lá nos anos 1988 e 1989. Veja, lá se vão 30 anos e já se debateu esse tema em cima dos mesmos interesses que nós estamos vendo nesse instante aqui.

Ninguém é a favor das queimadas, nós estamos longe disso. O Alfredo Homma é um pesquisador da Embrapa com quem tenho conversado há muito tempo sobre essas questões. É uma pessoa preocupada, um pesquisador ligado à Embrapa lá do Estado do Pará, que faz esse trabalho já há muito tempo, conhece como poucos a Amazônia brasileira. Então, eu acho que nós temos muitas informações e nós gostaríamos



de promover esse debate nesta sessão para esclarecer questões que nós estamos vendo hoje.

Eu sou engenheiro agrônomo, eu sou produtor rural e não aceito certas críticas, inclusive de brasileiros, porque a gente tem visto hoje entidades brasileiras criticando a produção primária brasileira.

Então, quando a gente vê a situação de pobreza em que vive hoje o Norte brasileiro, o Brasil, mas principalmente o Norte brasileiro, a gente fica, vamos dizer assim, preocupado com declarações, ao ouvir o próprio candidato eleito Presidente dos Estados Unidos, quando ele falava que vai aportar recursos, vai fazer, enfim... Que a Amazônia, há que limpar, porque é o pulmão do mundo.

Nessas questões todas seria importante a gente ouvir as pessoas que estão conosco aqui hoje, é um grande prazer estar com todos vocês. Acho que nós podemos enriquecer esse debate e apresentar à sociedade brasileira e mundial a visão que nós temos, que cada um dos senhores e senhoras que estão presentes hoje tenham. E a gente está com essa satisfação de contar com todos vocês.

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos de andamento da sessão: será inicialmente dada a palavra para os convidados por dez minutos.

Em seguida, terão a palavra as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores inscritos, organizados em blocos, dispondo cada Senador de cinco minutos para as suas colocações.

Os convidados também disporão de três minutos para responder aos questionamentos que forem colocados a cada um dos senhores e senhoras debatedores na tarde de hoje.

Eu gostaria de fazer uma primeira colocação aqui e chamar... Nós temos um problema sério hoje com relação às propriedades rurais da Amazônia brasileira, não só da Amazônia, que é com relação à situação fundiária, não é? Nós temos um grande número de propriedades rurais na Amazônia, seguramente mais de 90%, que não têm titulação. Os produtores estão lá há 40, 50 anos.

E começou, no Governo Michel Temer, a titulação dessas propriedades. Há muitos Senadores e Deputados preocupados com a questão da titulação. E se fala na titulação porque quando eles têm a área própria deles, titulada, eles vão ao Banco do Brasil, vão ao Banco da Amazônia, vão a um banco, qualquer banco, e podem tomar um financiamento e usar tecnologias que hoje estão à disposição de qualquer produtor rural em qualquer parte do Brasil, Sul, Norte, Sudeste, Centro-Oeste, enfim.

Infelizmente, essas pessoas, por não terem o título de propriedade, muitas vezes não têm esse alcance de poder chegar ao sistema financeiro, e, muitas vezes, à própria tecnologia que a Embrapa, que as nossas unidades da Emater em cada Estado brasileiro, a pesquisa, não só da Embrapa, mas a pesquisa de universidades, de órgãos de pesquisa, enfim, possam trazer. É o que depois, logo, o Alfredo vai falar para nós.

Então eu gostaria que o Carlos Eduardo Sturm... Está presente o Carlos? (Pausa.)

Não estou enxergando o Carlos aqui. Não está presente? (Pausa.)

Alguém disse que ele estava.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Estou presente. Estou presente, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ok. Então, Carlos, você poderia fazer para nós uma primeira apresentação, grifar a situação dos Estados da Amazônia: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará, todos os Estados; Mato Grosso, enfim, a situação específica do que eu comentei aqui?

Eu acho que isso é um problema preocupante. A Ministra Tereza Cristina, o próprio Presidente do Incra, muitos Senadores e Deputados também estão preocupados. E os Governadores. Recebi o do Amapá... Produtores do Rio Grande do Sul questionando essas questões de titulação das propriedades, porque eles têm dificuldade de acessar o crédito rural e também dificuldade, muitas vezes, de receber as tecnologias.

Então gostaria, Carlos, que fizesse mais ou menos uma apresentação desse mapa que nós temos



no Norte brasileiro, a área norte, que representa quase a metade do território brasileiro, que está nessa Amazônia que nós chamamos aí, o.k.? Então, com a palavra o Carlos Eduardo Sturm, Assessor da Presidência do Incra. Com a palavra, por favor, por dez minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM (Para exposição de convidado.) – Senador, obrigado pela oportunidade. Na verdade, é uma honra estar aqui compondo um quadro de pessoas que realmente têm profundo conhecimento da Região Amazônica, que são especialistas. Quero saudar todos os colegas pesquisadores do Executivo Federal, todos os Senadores, agradecer a oportunidade.

Sem mais delongas, quero iniciar uma apresentação. Eu não posso fazer uma... Estou desabilitado para fazer a apresentação? Para colocar na tela?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode fazer.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Eu me encontro sem permissão para colocar a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só um minutinho.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já vai...

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Então, a ideia dessa apresentação é basicamente mostrar um pouco do histórico dessa ocupação da Amazônia, das políticas que levaram a essa ocupação, trazer um pouco da diferença de processos entre regularização fundiária e titulação de assentamentos de reforma agrária – comumente há muitas dúvidas, são legislações separadas –, e mostrar um pouco do que é a proposta, do que é esse processo.

Agora, deram-me aqui o acesso. Vou já iniciar.

Vocês veem aí a minha tela, a tela cheia.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Compartilha o eslaide, não a tua tela. Veja se consegues os eslaides para tu fazeres o compartilhamento.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se tu não conseguires daí, Carlos, eles podem colocar as tuas telas daqui.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode ser?

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Sim. Porque essa questão da tecnologia, às vezes, pega a gente desprevenido.

Perfeito. Agradeço, Senador. Pronto.

Pode ir passando, por favor. Vou pedir para ele ir passando. Volta esse.

Então, esse primeiro quadro é exatamente o que a gente traz, que é a política fundiária, de regularização fundiária e de reforma agrária. Muita confusão ainda se faz quando tratam da questão dos assentamentos de reforma agrária associados à Lei 11.952. Então, a Lei 11.952 é destinada à titulação de posses ou de produtores que comprovem a ocupação até 2008, em glebas públicas federais. É o processo da regularização fundiária. Precisa da comprovação de prática e cultura afetiva e é aplicável a propriedades rurais até 2.500 hectares, conforme dispõem a Constituição e a lei.

Já nos assentamentos de reforma agrária é um outro regime jurídico. Você faz também a titulação desses produtores, só que para parcelas até quatro módulos fiscais e também precisa dessa comprovação



de prática. Acho que isso é bom deixar claro, essa diferença da aplicação legal.

Muito se costuma tratar de regularização fundiária e dar exemplos de assentamentos. São políticas que se complementam, mas elas são de execução paralela, vamos dizer assim.

Próximo, por favor.

E aí um pouco desse contexto histórico da ocupação da Amazônia. A gente teve aí as políticas públicas. A gente traz um traço até 1985, nós da área da reforma agrária, da área fundiária, que é quando a gente teve, desde a década de 1970 até 1985, a questão da colonização muito forte, com grandes obras indutoras de desenvolvimento e migração e ações do Estado para essa ocupação da Amazônia. E, depois de 1985, a gente entra muito mais com a política de reforma agrária, com o Plano Nacional de Reforma Agrária, a Constituição Federal de 1988, com os artigos que regulamentam a ordem econômica, o 184 e o 186, a publicação da Lei 8.629, que regulamenta a Lei Maior, a Constituição Federal, e, depois, a 11.952 e também um processo de migração devido a novas obras de infraestrutura.

Próximo, por favor.

Esse é um quadro geral representativo do que era esse incentivo governamental à ocupação da Amazônia. A gente tem aí uma placa da Transamazônica. Nessas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção, numa arrancada histórica para conquista e colonização desse gigantesco mundo verde. Isso demonstra muito claramente o que se queria naquela época. Então, você tem aqui: "Chega de lendas!", "Vamos faturar!", "Vai também para a Amazônia!". Aqui embaixo, a própria abertura da Transamazônica e uma reunião num projeto de colonização de Rondônia.

O próximo, por favor. Volta, por favor, dois.

Isso.

Então, a gente tem aí os grandes eixos de planejamento em cima de rodovias da região até 1985.

Próximo.

E aí, também, todo um planejamento, com o polo amazônico, a hidrelétrica de Tucuruí, a estrada de ferro Carajás, enfim, tem todo... O Polo Amazônia visava muito à questão do direcionamento para a exploração econômica da mineração e da agropecuária na Amazônia e, com isso, a gente teve a migração, realmente, de contingentes enormes de população para lá.

Próximo.

E aí a gente chega com um quadro original, vamos dizer assim, de glebas públicas federais, em que se atua com a destinação, a política de destinação de terras públicas para unidades de conservação, terras indígenas. A gente vai falar um pouco mais disso à frente. E aqui uma representação gráfica dos assentamentos. Nessa época, até 1985, eram 37 assentamentos na Amazônia com 92 mil famílias, a capacidade de assentamento, para uma área de sete milhões, quase oito milhões de hectares.

Próximo.

E aí a gente dá um salto para 2019, em que a gente chega a 3.537 mil assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária, uma capacidade aí de assentamento de mais de 750 mil famílias. E também é bom destacar que constam do Programa de Reforma Agrária essas áreas em azul turquesa, que são as áreas de reconhecimento, que, no caso aí, são as reservas extrativistas, áreas de desenvolvimento sustentável, florestas nacionais, florestas estaduais, enfim. A gente reconhece essas populações para aplicação das políticas públicas do Programa de Reforma Agrária. São 581 áreas e 31 milhões de hectares.

E, aqui, também só demonstrando que, nesse tempo, a gente teve grandes obras atuando na região, o que levou também a um fluxo migratório.

Próximo.

E esse é para dar uma ideia – esse mapa é bem ilustrativo – da atual situação da destinação de



terras na Amazônia.

Então, se nós lembrarmos daquelas glebas em cinza, veremos que elas estão agora tampadas por terras indígenas, em amarelo; por assentamentos, em laranja; por unidades de conservação, em verde; por áreas militares, em uma cor mais avermelhada; e, ainda, você tem áreas, principalmente ali no centro do Amazonas, que não são glebas públicas federais, não estão destinadas e que são áreas estaduais. A gente precisa também entender qual é a dinâmica fundiária, mas, na esfera federal, a regularização fundiária será realizada nessas áreas em cinza que sobram aí, que são as glebas públicas federais que não estão destinadas, que não têm uma destinação de uso ainda.

Vamos adiante.

Mais um.

Então, vou falar um pouco do que é essa regularização fundiária.

A gente atua com a regularização da ocupação de áreas da União, como foi falado, com ponto de corte em 2008 e até 2,5 mil hectares, e somente nas áreas localizadas dentro de glebas públicas federais, dentro de 2.180 glebas públicas federais, que dão pouco mais de 130 milhões de hectares.

Toda essa área vai para regularização fundiária? É evidente que não. Como foi mostrado no eslaide anterior, essas áreas, boa parte delas, já estão destinadas. A gente vai trabalhar nas áreas não destinadas dentro dessas glebas públicas, o que o Incra estima seja algo em torno de 25 milhões de hectares, baseado naquilo que já existe de processos de regularização na casa e também em um trabalho que foi feito em cima do Cadastro Ambiental Rural e pontos do IBGE em glebas públicas federais.

Então, a gente chega a algo em torno de 25 milhões de hectares, o que dá em torno de 4,9% a 5% do território da Amazônia Legal. Então, a gente está falando de uma intervenção do Estado brasileiro para regularização de propriedades em 5% do território amazônico, e que, se você for realmente imaginar, nós temos até uma boa quantidade de produtores até quatro módulos fiscais; porém, se formos considerar os 80% de reserva legal, a gente está falando de 1% da área da Amazônia que está destinada pela regularização fundiária à produção. Então, isso é só para a gente ter esses termos maiores.

E, aí, o perfil dessas ocupações: 88% desse universo de parcelas é de até quatro módulos fiscais – uma área que ocupa 39% do total; e, acima de quatro módulos fiscais, a gente tem em torno de 12%, com 61% da área. Esse é o quadro do que a gente acredita, estima hoje como potencial para regularização fundiária.

Tudo isso vai ser regularizado, titulado? Tudo vai virar título? Não! Isso passa pelo processo de regularização que a gente vai ver mais à frente. As áreas vão ser regularizadas, parte delas será titulada, parte delas terá a sua regularização sendo feito por outro tipo de ação que não só a titulação.

Próximo.

Então, como a gente trabalha hoje para regularizar uma ocupação?

Próximo.

A gente tem aí uma dupla checagem, uma primeira checagem que é feita com o CPF do ocupante. Então, a gente faz a primeira consulta com o CPF do ocupante em que a gente faz o batimento já com uma série de sistemas do próprio Incra e de parceiros, né? O cadastro base de CPF; toda questão de embargos e infrações do Ibama, consultas ao Cadastro Ambiental Rural, consultas ao acervo de trabalho, de base de trabalho análogo a escravo...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Carlos, o seu tempo está passando... Se você tem... o seu tempo já está passando.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Eu vou correr.

Então, o.k., a gente faz essa primeira secagem. O próximo, por favor.

Essa segunda é de dados geográficos. Então, a gente também analisa a parcela. Ela vai ter que passar



pelo Sigef, pelo Sistema de Gestão Fundiária, não tem nenhuma sobreposição, tem precisão posicional, e a gente também traz aí elementos do senso, do Ibama, que são subsídios para uma análise remota.

Próximo.

E aí é uma análise de contexto para entenderem como funciona, temos o Estado do Pará.

Próximo.

Um zoom, mais um, pode seguir, é uma sequência.

Glebas.

Próximo.

Terras indígenas.

Próximo.

Unidade de Conservação.

Adiante.

E aí, vamos dar uma olhada nessa área de terminal de Trairão, Rurópolis, Itaituba, vamos...

Zoom, pode ir no próximo.

É essa área que a gente está pesquisando e dá o zoom dela.

Próximo.

E aí a gente tem a conformação. Tudo que está em azul é parcela em regularização, já são parcelas de regularização. Vejam que elas não avançam sobre as unidades de conservação, os assentamentos, as áreas indígenas, porque o sistema impede isso, é muito importante deixar claro. O sistema impede que as parcelas sejam cadastradas sobre áreas já destinadas, o.k.? E também a gente pode ver aqui os embargos do Ibama, enfim.

Próximo, por favor.

E aí, o CAR, com que o pessoal faz muita confusão. O CAR tem um outro propósito, ele é um cadastro ambiental, a gente não usa o CAR para a regularização, para o processo de regularização fundiária, a gente usa o Sigef. Vamos adiante.

Então tem essa diferença. O Sigef tem responsabilidade técnica; o CAR é declaratório, e a gente tem uma precisão posicional do Sigef, não há sobreposição com terras indígenas e unidades de conservação.

Próximo.

Pode passar, isso é só uma ideia de como é que funciona. Pode ir.

Ali é o ramal, os pontos do IBGE, os embargos do Ibama, as parcelas.

Vamos lá.

E aí a gente também tem a classificação de uso do solo de 2008, para comprovar a exploração naquela época.

Próximo.

E aí, um perfil socioeconômico. Nós estamos falando de 88% das parcelas com um público – de 67 hectares de área média – de um salário mínimo, e 93% dessa ocupação é anterior a 2008.

Próximo.

E aí, é isso. Na regularização fundiária, a gente atua também no ordenamento territorial. Nós somos parte do ordenamento, o ordenamento é muito maior.

Pode ir adiante.

E aí a questão da regularização fundiária com o meio ambiente. Hoje, é exigida a apresentação do Cadastro Ambiental Rural nos processos de regularização fundiária. Então, isso é uma das excelentes contribuições para a política de regularização ambiental.

A outra questão é que essas análises da declaração do CAR, a questão de ativo e passivo, enfim, ela obriga a celebração de termo de compromisso ou termo de adesão ao Programa de Regularização



Ambiental e isso vai dar a segurança de que a gente está seguindo com a regularização fundiária associada à regularização ambiental.

E, no caso de descumprimento, a regularização fundiária é isso: ela dá um CPF associado àquela terra. Você consegue saber de quem é e punir o agente causador.

Próximo.

É isso, pessoal.

Essa questão da titulação com sensoriamento remoto já é permitida aos pequenos produtores. A gente mostra que dá para fazer, é muito tranquilo de fazer. A gente tem hoje soluções tecnológicas. E a regularização fundiária vai ser uma excelente contribuição, com certeza, principalmente na política de combate ao desmatamento, quando a gente consegue dar o CPF àquela parcela.

Senador, desculpe-me o tempo.

Era basicamente isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Carlos.

Na sequência, eu vou chamar o Sr. Gilberto Câmara, ex-Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do período de 2005 a 2012.

Com a palavra o Sr. Gilberto Câmara, pelo período de 10 minutos.

O SR. GILBERTO CÂMARA (Para exposição de convidado.) – Sr. Senadores, é muito honroso o convite de apresentar para os senhores a parte tecnológica de monitoramento por satélites. Eu agradeço. E peço que o meu compartilhamento de tela seja permitido, para que eu possa apresentar os eslaides aos senhores.

Por enquanto, o compartilhamento não está permitido. (*Pausa.*)

O.k.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode compartilhar.

O SR. GILBERTO CÂMARA – Está certo.

Bom, espero que os Srs. Senadores possam estar vendo aqui o material e a audiência também.

Está o.k., Senador Heinze?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, obrigado.

O SR. GILBERTO CÂMARA – Pois não.

Bom, Senador, a tecnologia que é utilizada pelo Brasil foi desenvolvida por brasileiros através principalmente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do órgão que eu tive o orgulho de dirigir de 2005 a 2012.

Para a sua informação, Senador, eu estou atualmente em Genebra. Não estou em Genebra; estou no Brasil, mas trabalho em Genebra, nas Nações Unidas, onde eu sou diretor do organismo internacional que promove e aporta o uso de tecnologia espacial para o monitoramento do meio ambiente: florestas, agricultura. Eu sou o diretor desse órgão internacional. Isso também é um reconhecimento internacional da competência dos brasileiros.

Desde 1988, nós trabalhamos, o Inpe trabalha com o sistema que chama Prodes, que é o sistema que dá a taxa anual. Então, ele diz, a cada ano, quanto foi desmatado em relação ao ano anterior. Isso é feito com análise de cada pedaço da floresta. Cada pedaço da floresta é analisado e é comparado, então, com o ano anterior. Então, essa comparação depois é anualizada com a taxa que vai de 1º de agosto de um ano a



31 de julho do outro ano. E esse é o dado que foi preliminarmente anunciado, com estimativa preliminar pelo Vice-Presidente Mourão, recentemente, totalizando, no período de 1º de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, onze mil quilômetros quadrados de desmatamento por corte raso.

É importante que o senhor note, Senador, que esses dados vêm desde 1988 – e eles oscilam. O senhor veja que eles não têm, vamos dizer assim, correlação política nenhuma. Nós tivemos aqui taxas, por exemplo, de 29 mil quilômetros quadrados no Governo Fernando Henrique, em 1994/1995, como o Inpe indicou 25 mil, 27 mil quilômetros quadrados no Governo Lula. Então, não há, por parte do Inpe, qualquer viés político. O Inpe é um conjunto de cientistas que trabalha com dados objetivos, que são as imagens. Eles medem o que está lá e reportam, com tecnologia, com satélites, inclusive – boa parte é feita com satélites construídos no Brasil, em parceria com a China, os satélites sino-brasileiros CBERS –, de forma totalmente transparente e objetiva. Então, os técnicos que trabalham nisso são servidores públicos, cientistas com qualificação – não são indicações políticas nem neste Governo nem nos anteriores –, de forma que não há, nesse sentido, viés político no dado do Inpe. O dado do Inpe representa aquilo que é mensurado pelo sensoriamento remoto objetivamente.

Esses são os dados mais recentes. Como o senhor sabe, há um crescimento do desmatamento nos anos recentes e há também um crescimento de queimadas. O crescimento do desmatamento aqui está mostrado. Nós chegamos a 6,7 mil em 2017 e, atualmente, estamos num crescimento de 11 mil quilômetros quadrados.

Esse monitoramento também é feito no Cerrado brasileiro, também com o mesmo nível de se apurar o necessário, como se faz para a Amazônia. O dado de 2020 ainda não saiu – deve sair nos próximos dias –, mas nós já sabemos que, no Cerrado, já foram desmatados praticamente 50%... Não vamos dizer “desmatados”; já foi removida a vegetação nativa da metade do Cerrado, que tem leis de proteção, como o senhor sabe bem, diferentes das leis de proteção de reserva legal que se aplicam no bioma da Amazônia. Então, aqui, o Inpe, neste momento, não está afirmando que o desmatamento é legal ou ilegal; ele tem o dado preciso.

Obviamente, a partir de 2005, foi montado um sistema – eu, quando Diretor do Inpe, fui um dos responsáveis por estabelecer esse sistema –, que é o sistema de alerta de desmatamento. Por que esse sistema existe, o sistema Deter? Ele existe, Senador, porque o objetivo é deter mesmo o desmatamento antes que ele tome a floresta e corte a floresta inteira. Então, a ideia é que, a partir do processo de floresta nativa, que começa com a degradação da madeira, depois há uma degradação pelo fogo e, ao final, o corte raso, quanto mais cedo acontece a detecção desse evento, mais cedo pode-se agir. Esse sistema é que foi responsável pelos grandes avanços que houve na redução do desmatamento entre 2005 e 2012/2013, quando nós conseguimos reduzir em mais de 80% o desmatamento da Amazônia, sem que houvesse qualquer prejuízo mensurável à agricultura brasileira; pelo contrário, os números do nosso agronegócio praticamente dobraram no período. Houve um grande aumento da exportação ao mesmo tempo em que havia um grande corte no desmatamento. Então, não encontramos relação entre o crescimento (*Falha no áudio.*) ... e a redução do desmatamento; pelo contrário, a relação, se existe, é positiva em favor dos dois. Podemos conseguir tanto proteger quanto produzir.

Esse sistema, então, é operacional. Ele funciona todos os dias, utilizando as imagens do satélite do sistema brasileiro. Ele indica que, a partir de um dado, vamos dizer assim, de uma floresta, no caso um dado de 2018, 24 de julho, houve, então, várias fases em que se está cortando a floresta. Vê-se imagem de 5 de agosto, de 8 de maio, 22 de maio, 17 de junho, 8 de julho. Em todos esses casos, esses dados são enviados para os órgãos de proteção ambiental – Ibama; Secretarias Estaduais de Meio Ambiente; Censipam; Conselho da Amazônia, agora com o General Mourão. Os dados são todos colocados à disposição, e, evidentemente, quanto mais cedo for feita a ação, se for o caso de desmatamento ilegal



evidentemente, menos haverá ações ilegais na Amazônia.

Então, esse é um sistema que funciona bastante bem. O Ibama está bastante satisfeito. Sempre nos anunciou a qualidade e a eficiência do sistema.

O que nós aprendemos com quase – desde 1988, 1990 - 32 anos? Nós aprendemos uma coisa simples: que transparência garante credibilidade e governança.

Os dados são respeitados no mundo inteiro. Eu trabalho em Genebra, nas Nações Unidas, e posso testemunhar o respeito que o Brasil tem. O Brasil tem respeito. A agricultura brasileira tem muito respeito. E a capacidade de monitoramento é a inveja do Planeta. Isso quem diz são os cientistas.

Então, nos meus contatos internacionais, eu, particularmente, nunca vi, nesses contatos com americanos, com europeus, com russos, com chineses, qualquer movimento da internalização da Amazônia. Não chegou nesse debate que nós fazemos. Pelo contrário: todos os interlocutores - franceses, ingleses, americanos – dizem o seguinte: o Brasil sabe, o Brasil tem capacidade de monitorar a Amazônia pelos seus próprios meios e sabe agir.

Então, onde eu sento, nas Nações Unidas, só vejo respeito pelo Brasil, pela capacidade brasileira.

Evidentemente, com o rigor científico que o Inpe tem, que independe de Governos, que independe de, digamos assim, indicações políticas, ele permite uma política ambiental de qualidade. Então, essa política ambiental de qualidade é, por exemplo, no caso da moratória da soja, que o senhor conhece bem, em que cada propriedade que é parte da moratória é avaliada com acurácia, tanto que os produtores conhecem e reconhecem. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais reconhece a qualidade dos dados do Inpe. Ela utiliza os dados do Inpe como base da moratória da soja.

Então, há um entendimento da comunidade do agronegócio de que o dado do Inpe é confiável para a moratória da soja e para outras ações do agronegócio.

E nós temos tudo. A quantidade de dados que todos que trabalham com política pública podem obter no Inpe é fenomenal. É tudo transparente; é tudo óbvio, é tudo acessível e é tudo feito por brasileiros.

Por exemplo, isto aqui é a informação, em relação às queimadas, sobre quais são as classes de propriedades, pequenas, médias, grandes, em relação ao Cadastro Ambiental Rural, onde aconteceram as queimadas. Podem-se perguntar várias coisas.

Sobre o que acontece no Tocantins, são pequenos produtores, grandes produtores que estão queimando mais? São regiões cadastradas, não cadastradas? Em que Estado isso está acontecendo? Quantos focos existem? Todas as informações estão disponíveis.

O Inpe não faz a política pública ambiental. O Inpe dá os elementos objetivos, científicos, de qualidade, que são únicos no mundo, respeitados no mundo inteiro.

Então, eu queria encerrar, agradecendo ao Senador e aos Senadores a oportunidade de apresentar um sistema que a mim, brasileiro que trabalho nas Nações Unidas, me dá um enorme orgulho, porque é reconhecido mundialmente, com transparência, com qualidade, com rigor científico e que, no fundo, para nós brasileiros, é um elemento essencial de políticas públicas.

Senador, muito obrigado e muito boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Gilberto Câmara pela sua apresentação.

Dando sequência, Rafael Pinto da Costa, Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, Censipam.

Com a palavra o Sr. Rafael.

O senhor tem dez minutos para falar.

O SR. RAFAEL PINTO COSTA (Para exposição de convidado.) – Boa tarde, Senador.

Boa tarde demais Senadores...



O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem palestra também, tem lâmina ali contigo, já está aqui...

O SR. RAFAEL PINTO COSTA – Só aguardando aqui a autorização para compartilhar a tela, mas acho que eu enviei para a Renata também, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode compartilhar.

O SR. RAFAEL PINTO COSTA – Estão enxergando a tela?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. RAFAEL PINTO COSTA – Bom, então eu gostaria de iniciar agradecendo o tempo de todos e a oportunidade de expor um pouco do trabalho do Censipam. Uma das inúmeras iniciativas do Estado brasileiro que demonstra cuidado com o ambiente da Amazônia. Vou procurar, nesta breve apresentação, descrever o que é o Censipam e a sua atividade no monitoramento dos incêndios florestais.

Então, aqui um breve histórico. O Censipam, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, foi criado em 17 de abril de 2002, com a finalidade de monitorar, integrar, avaliar e difundir informações para o planejamento e coordenação das ações globais de Governo na Amazônia, visando a proteção e o desenvolvimento sustentável da região.

Deriva-se dessa missão a vocação do órgão para o desenvolvimento de trabalhos de forma integrada, as demais agências com atuação na Região Amazônica.

Como pode ser observado no mapa apresentado do lado esquerdo do eslaide, a Região Amazônica representa cerca de 59% do Território brasileiro e é onde estão três biomas distintos, a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal.

O outro ponto importante a destacar é que o órgão possui quatro unidades físicas, três localizadas diretamente na Amazônia, nas cidades de Manaus, Belém e Porto Velho, além da sede aqui em Brasília.

Em 2011, o Censipam foi transferido da Casa Civil para o Ministério da Defesa e hoje figura como uma das secretarias vinculadas à Secretaria-Geral daquele Ministério.

Toda atividade do Censipam – isso é importante a gente notar também, pela natureza colegiada – é orientada por um conselho deliberativo, o Consipam, que foi criado por decreto, em junho de 1999, e um dos primeiros conselhos a serem recriados, em 10 de junho de 2019.

Fazem parte do Consipam o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério do Desenvolvimento Regional, a Casa Civil e o Ministério da Defesa.

O Conselho é estruturado no nível de Secretários Executivos e a Presidência está com o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, atualmente o Almirante de Esquadra Garnier Santos.

A missão do Conselho é estabelecer as diretrizes e prioridades para as ações de implementação do Censipam, acompanhar a implementação e avaliar os resultados das ações desenvolvidas pelos programas e projetos.

São duas reuniões ordinárias por ano. No ano de 2009, tivemos três reuniões – uma extraordinária, a pedido dos membros. Os senhores devem lembrar que nós vivíamos aquela questão da crise do litoral, de derramamento de óleo no litoral brasileiro; aquilo provocou mais uma reunião extraordinária do conselho. Este ano tivemos uma reunião, que foi realizada no mês de agosto.

Mas, já adiantando aqui, passando diretamente para o tema, um dos eixos da atuação e da produção do Censipam é o monitoramento dos eventos extremos, onde se encaixa esse tema de monitoramento de incêndios e queimadas, e é sobre essa atividade que eu irei concentrar a explanação aqui de hoje.



Para um correto entendimento do tema, é preciso primeiramente fazer a diferenciação entre os focos de calor detectados pelos satélites e os eventos de incêndios florestais que devem mobilizar meios para combate em campo. Como todos sabem, a Amazônia é uma região gigante, que demanda meios logísticos bastante intensos para o combate aos incêndios em campo. Então, o que são os focos de calor? Focos de calor são anomalias termais detectadas a partir de sensores que operam na faixa do infravermelho, embarcados em satélites em órbita na Terra.

Essa detecção está relacionada com a energia emitida por determinada superfície e com uma área de detecção (resolução do sensor). O satélite de referência, utilizado pelo Inpe, como bem disse aí o Dr. Gilberto Câmara, que mantém o histórico desses dados, opera numa resolução espacial de aproximadamente 1km. Mas o importante a notar é que os eventos e os incêndios florestais que necessitam de combate efetivo podem englobar uma série de focos de calor detectados ao longo de diversos dias. A animação no eslaide é justamente o exemplo de um evento de incêndio que dura vários dias e, a cada um dos dias, são registradas centenas ou dezenas de focos de calor, todos relacionados a um mesmo evento.

Os focos tendem a representar a evolução da frente ativa do fogo, durante o passar dos dias. A imagem começa com a área sem detecções, e, ao final, a demarcação de toda a região atingida, ao final dos dias. No lado direito, temos o exemplo de outra situação que também ocorre, que é a detecção de focos que formam incêndios que não representam problemas ambientais diretos e podem, inclusive, ser legalizados. Trata-se de um manejo; nesse caso do exemplo aqui, o manejo de uma área de agricultura em Sinop, Mato Grosso. E o Censipam, até pela sua vertente de integração e de operacional, tem dedicado esforços no desenvolvimento de metodologias para identificação dos eventos de incêndio, pelo agrupamento dos focos e na priorização daqueles incêndios e, então, dos alvos dos pontos de interesse, que devem ser priorizados para o combate em campo e aplicar os meios para a sua extinção, e aí nós estamos falando de aeronaves, homens, viaturas, helicópteros.

Deixe-me avançar aqui.

Bom, embora o quantitativo de focos de calor registrados pelos sensores orbitais não guarde relação direta com o número dos eventos de incêndio, o acompanhamento de estatística é valioso, pois, ao manter uma mesma metodologia ao longo dos anos, é possível traçar um comparativo e obter indicativos de tendências. É com essa natureza que a gente deve olhar essa quantidade de focos e de calor que são registrados.

Esses dados são organizados e mantidos pelo Inpe para os diferentes biomas brasileiros. Nesse eslaide aqui, eu apresento a série histórica do quantitativo de focos de calor, registrados ao longo dos anos, desde 1998, para o bioma Amazônia. Note-se que, historicamente, a média de focos registrados durante o ano para esse bioma é de aproximadamente 110 mil focos, que é a linha laranja do gráfico. Ao observarmos o ano de 2019, percebemos que ele está abaixo da média histórica e menor que os anos de 2017, 2015, 2010 e mais outros sete anos da série. Situação semelhante é observada em 2020.

Outro dado importante é que a tendência de longo prazo para o bioma Amazônia ainda é de redução, que é a linha azul pontilhada no gráfico. Todos esses dados estão publicamente disponíveis no banco de dados de queimadas do Inpe, em forma de tabela. Aqui o trabalho foi apenas colocar isso numa forma até semelhante como são divulgados os dados do Prodes, que o Dr. Gilberto Câmara apresentou.

Agora vamos olhar em mais detalhes o ano de 2020. No gráfico, as colunas em azul representam um quantitativo dos focos registrados para o bioma Amazônia para o longo dos meses de 2020. Novamente percebe-se um comportamento, mês a mês, dos registros de 2020 que acompanham a curva dos valores médios esperados para aquele mês. Os valores médios são representados pela curva em amarelo. A curva vermelha representa os valores máximos já observados para aquele mês em toda a série histórica. E a curva em verde, os valores mínimos já observados. Note-se que o mês de novembro deste ano encerrou



com um registro muito próximo à mínima histórica já registrada por mês. Não está aqui, porque eu só mostrei aqui o gráfico de 2020. Mas uma situação muito semelhante foi observada em 2019, com destaque, no ano passado, para o mês de outubro, que registrou um novo mínimo histórico para o bioma.

Outro ponto importante de destacar é que esses meses, de agosto a novembro, representam cerca de 80% da totalidade dos focos registrados no ano. Essa temporada de queimadas, envolvendo os quatro meses, é confirmada até pelo formato dessas curvas históricas de mínimo, médias e máximas.

Agora vamos olhar o mesmo dado de série histórica para o bioma Pantanal. Então, aqui está representada toda a série histórica também de 1998, com a mesma metodologia. E a gente nota um caso completamente diferente do bioma Amazônia. O ano de 2020 fugiu do comportamento esperado e registrado historicamente. É essa coluna em vermelho aí, muito diferente do que foi registrado ao longo dos anos anteriores. Esse fato mobilizou esforços das agências ambientais do País inteiro – e foi acompanhado pela mídia –, além do emprego das Forças Armadas para o combate efetivo dos incêndios. As causas do evento no Pantanal ainda estão em estudo por diversos cientistas no País. Mas é fato que a região apresentou uma seca muito intensa, com diversos rios registrando níveis mínimos. Alguns institutos apontam que a seca observada na região foi a mais severa em termos de precipitação na bacia e no bioma Pantanal em todo o monitoramento histórico.

Então, já encaminhamento para o final da apresentação, eu gostaria apenas de apresentar um dado das operações desencadeadas, coordenadas pelo Ministério da Defesa e que vêm desse trabalho de identificação dos incêndios florestais e de priorização de combate intensificado por essas operações conjuntas. E aqui eu cito exemplo da Operação Verde Brasil 1, em 2019, a Verde Brasil 2, em 2020, e a Operação Pantanal, também em 2020. No âmbito dessas operações, o Censipam concentrou esforços na produção dos relatórios diários indicando os pontos do terreno para o combate prioritário. Os quadros apresentados no eslaide resumem os meios empregados nessas diferentes operações conjuntas na preservação ambiental, destacando o efetivo médio de homens empregados e o número de incêndios efetivamente combatidos no terreno. Se a gente olhar ali, na parte de baixo do eslaide, a gente vê mais de 7 mil focos de incêndios florestais no ano 2020, na Operação Verde Brasil 2, e mais de 3,5 mil focos no Pantanal.

Bem, senhores, encerro esta breve apresentação.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade, coloco-me à disposição para os debates que virão na sequência e ressalto que o Censipam é uma ferramenta de Estado brasileiro, planejada na década 90, implementada no início do século XXI, justamente pela preocupação e zelo com o ambiente amazônico, e fundamentada na necessidade de integração de esforços.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Rafael.

Na sequência, já passo a palavra para o Sr. Raoni Rajão, Coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais e professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Raoni, com a palavra, por dez minutos.

O SR. RAONI RAJÃO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

É um prazer está aqui com vocês. Agradeço pelo convite e pela oportunidade.

Vou compartilhar um conjunto de eslaides. Vou ver se já estou autorizado. O.k. Perfeito.

Então, a ideia é, atendendo à pergunta do Senador Heinze e também dos demais, a importância de trazer dados e separar um pouco os mitos dos fatos sobre a questão do agronegócio e da sua relação com o meio ambiente no Brasil.

Rapidamente, eu faço parte de uma equipe de cerca de 30 pessoas da Universidade Federal de Minas



Gerais, uma das equipes mais renomadas, não só no Brasil, mas no mundo, com muito orgulho. Inclusive o Prof. Britaldo Soares Filho foi listado entre os cientistas mais influentes do mundo numa publicação recente. Então, inclusive, o nosso grupo tem com uma série de publicações em revistas como *Nature*, *Science*, *Pnas*, entre outras. Eu também fui recentemente eleito membro afiliado à Academia Brasileira de Ciência. Somos poucos cientistas que fazem parte desse conjunto seletivo que mostra a importância de um trabalho sério ligado à ciência.

Enfim, eu trouxe algumas perguntas que guiam e que são, de certa forma, chavões no debate público e, depois, trago as evidências e os dados sobre o assunto.

O primeiro ponto é: o Brasil é o País mundo que mais protege as suas florestas? Para responder a essa pergunta, antes de tudo, é importante ter a definição de proteção, inclusive na legislação. A Snuc, que é a Lei 9.985, de 2000, estabelece que uma coisa é conservação, entendendo preservação e manutenção. Isso engloba, por exemplo, conservação da natureza. Todas as áreas de reserva legal nos imóveis rurais não são áreas intocáveis, são áreas de uso humano, inclusive de extração e de possibilidade, inclusive, de manejo florestal. Outra coisa é proteção. Proteção, na nossa legislação, indica proteção integral, que é a manutenção livre de alterações causadas por interferências humanas.

E, de fato, quando nós formos ver o Território brasileiro, somente 9,9% do Território brasileiro estão sob proteção integral, estão em unidade de conservação sob proteção integral. É claro que, depois, nós temos aí 22% em que se somam as reservas legais com as unidades de conservação, que permitem usos sustentáveis em diferentes níveis e, depois, nós temos também terras indígenas e outras áreas sem, de certa forma, requisitos específicos de uso da terra. Esse percentual, inclusive, é inferior ao dos Estados Unidos e da própria Europa. Nos Estados Unidos, o percentual de áreas de proteção integral é maior do que no Brasil, é claro, até pela característica da região, onde há padarias muito extensas com vegetação nativa e com o uso também dessas áreas. Quando você vê a área para o uso agropecuário, chega a ser um pouco superior ao Brasil, mas não chega a ser uma diferença tão grande.

E, inclusive, nos Estados Unidos, como no Brasil, o desmatamento e o manejo precisam ser autorizados. Somente 8% das florestas são plantadas, 92% das florestas são nativas e manejadas. E, inclusive, hoje os Estados Unidos têm mais área florestal do que tinham há 100, 200, porque eles, como a Europa, têm passado por um intenso processo de restauração florestal. E 39% das áreas são federais, estaduais ou indígenas, ou seja, temos aí 60% de áreas privadas, o que é similar ao Brasil também.

A segunda questão: o Brasil é o país do mundo com mais vegetação nativa, com mais cobertura de vegetação nativa? E, nesse caso, é importante dizer: sim, o Brasil tem mais de 60% de cobertura vegetal. É um percentual substancial. Não é o maior do mundo. Os nossos vizinhos aqui no entorno do País têm percentuais superiores. O próprio Peru tem mais vegetação nativa do que o Brasil, assim como vários outros países – Finlândia, Japão, Suécia, enfim –, mas não deixa de ser um percentual substancial.

Agora, quando você observa dentro do País, você vê que esse percentual é distribuído de maneira muito desigual. São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso têm percentuais de vegetação nativa similares aos da França, Alemanha, Espanha. E, claro, nós temos ainda o Estado do Amazonas e o Estado do Acre, por exemplo, com mais de 80% da vegetação nativa. Isso empurra a nossa média para cima, mas o fato é que o Brasil como um todo é um país que tem bastante vegetação nativa, mesmo que seja distribuída de maneira bastante desigual.

Curiosamente, os Estados Unidos têm um percentual até superior de vegetação nativa. Por quê? Grande parte do país é coberto por áreas de pastagens naturais, como os pampas. Isso somado às áreas de floresta somam 66% da área do país. E, como já mencionado, houve um processo de desmatamento bastante evidente ali na primeira metade do século XIX, mas, ao perceberem o tamanho do prejuízo e dos danos, eles, como todo país desenvolvido do mundo, passaram por um processo de transição florestal.



Não existe nenhum país desenvolvido no Planeta que hoje esteja desmatando mais do que restaurando suas florestas. A China tem um programa de restauração de 25% da sua área. A União Europeia tem avançado muito também. Os Estados Unidos têm avançado muito. Quem está desmatando mais do que restaurando, infelizmente, é o Brasil, os países latino-americanos e os países africanos.

Trazendo alguns números sobre a União Europeia, há ali por volta de 40% de cobertura florestal, que são distribuídas dependendo da região do país. Você tem algumas regiões ali, como Portugal, Espanha, França, Alemanha, entre 20% e 40%, mas já Suécia, Finlândia, Eslovênia, entre outros, com acima de 60%, até 68%, no caso ali dos países escandinavos.

Aí é a questão: sim, será que outros países desmatam mais que o Brasil? Será que o Brasil merece essa pecha de país que, de fato, é o líder mundial do desmatamento? Infelizmente, sim. Assim, se você olhar levantamentos globais, como os feitos pela FAO, o Brasil desmata quatro vezes mais do que o segundo colocado. Foram 30 milhões de hectares, entre 1992 e 2015, quatro vezes mais que a Argentina, que, nessa avaliação, está em segundo lugar, que Paraguai, Bolívia, Indonésia, Rússia e assim por diante. Ou seja, de fato, infelizmente, esse é um recorde que nos coloca isolados no mundo, como o país do mundo que, apesar de ser muito rico, mais rapidamente está perdendo a sua riqueza. É muito preocupante, como brasileiro, ver essa situação. Talvez meus filhos e netos não vejam o País, porque, quando eu nasci, o País tinha 70% de vegetação, mas hoje tem 60%, e, talvez, quando meus netos estiverem aqui, tenha 40%, 30%, 20%... Infelizmente, está sendo muito preocupante para toda a sociedade brasileira.

E, fazendo um comparativo com o que aconteceu, nós temos aqui um aumento da vegetação nativa das florestas na Europa e nos Estados Unidos nesse mesmo período, com um aumento da receita bruta do Brasil, que ainda é menos da metade da Europa e dos Estados Unidos, mas o mais interessante é isto: olha a receita bruta por hectare de lavoura, só excluindo, olhando especificamente as lavouras. No Brasil, saltamos de US\$200 para US\$1 mil, em média, e na União Europeia ainda é de US\$2 mil, mais que o dobro. Ou seja, nós temos um potencial enorme de gerar muito mais riqueza para as áreas já desenvolvidas e, com isso, mais do que dobrar o valor da nossa agricultura somente com as áreas já abertas, já disponíveis. Inclusive, foi isso, exatamente isso que aconteceu. Até agradeço aqui gentilmente pelo gráfico que nos foi enviado, que mostra que, exatamente no período em que houve a maior queda no desmatamento na Amazônia, houve o maior aumento do PIB agropecuário da Amazônia. Por quê? Porque o que gera riqueza é tecnologia, é plantio direto, seleções genéticas, seja da lavoura, seja do gado... É isso que gera uma riqueza do nosso agronegócio.

E, nesse caminho da construção de um agro sustentável, é importante reconhecer – inclusive, isso foi um artigo publicado recentemente por nosso grupo na revista *Science* – que nós chegamos à conclusão de que, dos imóveis que desmataram ilegalmente, somente 15% deles desmataram ilegalmente na Amazônia e 20% desmataram no Cerrado. Então, não é a maioria dos produtores que está desmatando e não é a maioria dos produtores que está ilegal. Inclusive, 2% dos imóveis na Amazônia e no Cerrado somam 62% da área desmatada ilegalmente. Essas são as maçãs podres que nós apontamos no nosso artigo. São essas as pessoas que, infelizmente, estão trazendo um mal nome e estão prejudicando todo o nosso agronegócio, inclusive não só comercialmente, mas também gerando problemas climáticos que já estão sendo observados em algumas regiões do Brasil por causa do desmatamento que está acontecendo ali.

Conclusão: é preciso questionar alguns mitos, como o de que desmatamento é igual a desenvolvimento, de que restrição de uso do solo, da terra, é igual ao custo, de que a agropecuária brasileira já é a mais sustentável do Planeta... Lembro que sustentar significa manter no tempo. Como o país que mais desmata no mundo pode dizer que está se sustentando, está se mantendo? Infelizmente, não, o Brasil não é o mais sustentável do mundo. Agora, ele pode ser. Ele tem toda a capacidade para, de fato, se tornar, e com um esforço relativamente pequeno, porque é uma minoria de maçãs podres que está causando esses problemas



para nós. Por isso a importância de trazer ao debate uma perspectiva baseada na ciência, baseada em dados, para, de fato, conseguir esclarecer e conseguir auxiliar e trilhar um caminho de desenvolvimento sustentável para todos nós.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Raoni.

Na sequência, Sra. Eyde Cristianne Saraiva Bonatto, pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas e doutora em Bioenergia.

Com a palavra a Dra. Eyde, por favor. (*Pausa.*)

Se tem alguma apresentação, veja com o pessoal aqui para poder...

A SRA. EYDE CRISTIANNE SARAIVA BONATTO – Eu tenho uma apresentação para compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode compartilhar. (*Pausa.*)

Já está aqui, o.k.?

A SRA. EYDE CRISTIANNE SARAIVA BONATTO – Já colocou?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quer compartilhar ou daqui?

A SRA. EYDE CRISTIANNE SARAIVA BONATTO – Eu prefiro compartilhar, porque daqui eu controlo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Pode ser daí.

A SRA. EYDE CRISTIANNE SARAIVA BONATTO – Só um momentinho. Está projetado?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está. Pode usar.

A SRA. EYDE CRISTIANNE SARAIVA BONATTO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde, todos os palestrantes. Agradeço primeiramente a oportunidade, o convite para estar contribuindo nesta sessão.

A palestra que eu trago está voltada um pouco para apresentar o panorama do Estado do Amazonas, visto que é o Estado que tem o maior território, então contribui fortemente com essa questão do desmatamento e focos de queimada, em função do seu território, e a geração de renda como uma medida para combater o desmatamento.

Então, eu apresento os dados demográficos do Estado do Amazonas.

Nós ainda temos essa estatística de apresentar 93% da nossa cobertura florestal. Entretanto, a legislação que temos está constantemente sendo atualizada. E, de forma aliada a isso, muitas outras ações governamentais têm que estar integradas para que essa legislação venha a ser devidamente cumprida.

Nesse contexto, nós temos o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas. Ele foi instituído a partir de uma iniciativa do Governo Federal. Nós tivemos uma primeira fase, que foi de 2012 a 2015. A terceira fase dele foi, digamos assim, prorrogada em função de se avaliar. Foi feita uma avaliação pelo comitê, e eles verificaram que: em função da política do Governo e das associações, das atividades de meio ambiente que estavam em desenvolvimento, resolveu-se prorrogar esse plano de 2020 até 2021, sendo como ele ainda uma terceira fase, visto que essa meta de redução não foi atingida.

Nós temos aqui os vetores de desmatamento do Estado do Amazonas.



Primeiramente, nós temos a Região Metropolitana de Manaus. Ela abrange 13 Municípios: Manaus, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Silves, Itapiranga, Manaquiri e Rio Preto da Eva. Então, desses, o que nós temos registrado é um forte desmatamento, em função da especulação imobiliária e também, em alguns Municípios, como Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, decorrente da produção de produtos agropecuários.

Já na região sul, onde nós temos Lábrea, Boca do Acre, Manicoré, Canutama, Novo Aripuanã, Humaitá e Apuí, é onde está o maior foco de desmatamento, devido à extração de madeira, à conversão de áreas de floresta em pastagens e ao corte e queima de floresta para cultivos anuais.

Aqui eu apresento uma distribuição espacial do desmatamento no Estado. Então, nós podemos verificar aqui as proporções por Município.

Nesse próximo eslaide, nós temos a contribuição da região sul do Estado, juntamente com a Região Metropolitana da cidade de Manaus. Então, podem verificar que a maior contribuição justamente está na região sul.

E aqui nós apresentamos uma série histórica que vai de 2008 a 2019.

Aqui o desmatamento acumulado, também nessa série histórica de 2008 a 2019, na Região Metropolitana de Manaus.

E nós temos aqui o acumulado maior para os Municípios de Autazes, Itacoatiara e Presidente Figueiredo.

Já na região sul, nós temos Lábrea, Apuí, Novo Aripuanã e Boca do Acre, sendo os maiores Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã.

Nesse gráfico de pizza, eu já mostro onde estão sendo executados esses desmatamentos. O maior percentual que nós temos está aqui nos projetos de assentamento em áreas onde não se tem informação, áreas vazias, seguido de gleba federal, 16%, e áreas particulares, 14%.

O Amazonas figura aqui no *ranking*, tendo o acumulado, em quinto, em função do número de registros de queimadas nessa série histórica de 2008 a 2019. E, analisando essa série histórica, em relação aos focos de queimada, nós tivemos os menores focos no ano de 2011 e o maior em 2015 – 2019 não superou, aqui pelas nossas informações.

Autazes, Itacoatiara e Presidente Figueiredo, despontam aqui, seguido do Careiro, como os Municípios que têm mais contribuído também como focos de queimada no Estado.

E aqui, na região sul, nós temos os Municípios de Lábrea, Apuí e Manicoré como os maiores contribuidores para esse registro de focos de queimada.

Em 2008, Lábrea foi inserida como Município prioritário, dentro da lista prioritária, para monitoramento do Ibama; Boca do Acre foi em 2011; Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã, em 2017. Mas, se nós verificarmos aqui essa série histórica de 2008 a 2019, talvez esses Municípios já deveriam estar incluídos como uma prioridade para esse monitoramento.

Aqui nesse gráfico fica bem mais claro quando entra... Aqui nós temos Lábrea, em 2008, 2009 e 2010. Aqui, em 2011, quando entra Boca do Acre, de um percentual que variou de 7% a 13%, ele subiu para 26%. E aqui, em 2017, quando entraram Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã, somando os dois outros Municípios, nós tivemos um percentual que foi de 74% para 82%.

Nessa dinâmica do desmatamento, como expliquei no início, a meta aqui não foi cumprida. Do período de 2015 a 2019, a meta não foi cumprida, então se estabeleceu uma nova meta, ainda dentro daquele terceiro relatório, com essa projeção para reduzir em 15% em relação a 2019. Então, essa é a meta que o Governo estabeleceu.

E qual seria o objetivo do nosso plano? Seria fortalecer a governança ambiental do Estado do Amazonas, controlar o desmatamento ilegal e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase



nas áreas críticas do desmatamento. Nós temos aqui vários objetivos específicos – não vou me deter neles.

Eu extraí aqui a fala da Sr. Edenise Garcia de uma publicação que ela fez na revista *Globo Rural*: "O produtor rural não pode ser colocado no mesmo cenário que o grileiro, que explorou para obter lucro". Então, não podemos tratar o produtor rural, o nosso caboclo, que usa terra para se alimentar e para alimentar a sua família, da mesma forma como tratamos um grileiro, que está cometendo atos ilícitos, que não tem a titularidade da terra. E: "À medida que você tem a questão fundiária resolvida, resolve o problema de atribuição. A propriedade pode servir como forma de pagamento para atividade ilegal". Então, na medida em que a gente tem essa regularização fundiária, você tem como identificar quem está, de fato, cometendo o ato ilícito na propriedade, e você pode, também, aplicar a multa.

Então, para alcançar os objetivos do nosso plano, foram estabelecidos: monitoramento, comando e controle ambiental, além de atividades relacionadas à bioeconomia e a alternativas econômicas sustentáveis. Então, nós temos aqui: arrecadar e matricular as terras públicas da região sul do Amazonas – há vários itens, e não vou me deter neles.

Juntamente com a questão da bioeconomia, da produção, para fomentar essa questão, alinhado com o Governo Federal, o Governo estadual lança o Programa Safra.

E nós temos aqui várias atividades, como: ações estruturantes, que vão desde investimento para sementes, agroindústria, calcário, capacitação e desenvolvimento tecnológico, a ramais e vicinais de que nós precisamos para escoar a produção.

Extensão rural. A assistência técnica aqui é necessária para que não fique ocorrendo a questão dos focos de queimadas dentro das áreas produtivas –; ações prioritárias, em que nós temos fruticultura, grãos, lavouras industriais, outras atividades.

A questão do crédito rural e da subvenção, que também é muito importante.

A pesca e a piscicultura, que tem sido fortemente aqui comentada.

O apoio à comercialização. Aqui o nosso aluno hoje toma um suco de cupuaçu, come uma banana na sua merenda, pode almoçar uma galinha caipira, então isso é a regionalização da merenda escolar. Balcão de negócios, programa de regionalização de mobiliário escolar, feira de produtor... Então, existem muitas ações em que o Governo está atuando para, justamente, promover esse desenvolvimento sustentável e contribuir para a preservação da nossa floresta, como o apoio à comercialização.

A defesa agropecuária, que é a defesa sanitária animal e vegetal; serviço de inspeção; educação sanitária também.

E aqui existem outras atividades que estão alinhadas também ao Plano Safra: apoio ao associativismo e cooperativismo; zoneamento econômico e ecológico; leilão e venda de balcão; zoneamento agrícola de risco climático.

E nós aprovamos o projeto que está voltado... Na verdade, são dois projetos que estão voltados para o setor pesqueiro, para a cadeia produtiva. Um, coordenado aqui pela Profª Dra. Maria Angélica; e outro, coordenado pelo Prof. Carlos Victor Lamarão. Esses dois projetos vão trabalhar a questão da nossa cadeia produtiva do pescado.

E ainda, em parceria com a Sepro, nós temos um projeto que está voltado para a pecuária do Sul, para trabalharmos com a adoção do sistema de integração de lavoura, pecuária e floresta, justamente para que não promovamos esse desmatamento. Esse projeto é coordenado...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dra. Eyde, como já passou o tempo, peço a V. Sa. que se encaminhe para a conclusão.

A SRA. EYDE CRISTIANNE SARAIVA BONATTO – Já para finalizar.

Então, nós temos também outros projetos, que eu não vou mencionar, mas eu agradeço a oportunidade de participar e estou disponível para prosseguirmos no debate.



Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado, Dra. Eyde.

Na sequência, a Dra. Ane Alencar, Diretora de Ciências do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

A SRA. ANE ALENCAR (Para exposição de convidado.) – Boa tarde, Senadores; boa tarde, colegas.

Eu preciso que habilitem a minha apresentação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Acho que já está habilitada. (*Palmas.*)

Você vai compartilhar por aqui ou por aí mesmo?

A SRA. ANE ALENCAR – Não, vou compartilhar por aqui mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – *O.k.* Já entrou.

A SRA. ANE ALENCAR – Ótimo.

Deixem-me colocar aqui em modo apresentação.

O.k.

Então, eu trouxe para compartilhar com vocês alguns dos números sobre fogo e desmatamento na Amazônia por categoria fundiária, ou seja, um pouco para a gente tentar apontar quais são os principais vetores do fogo e do desmatamento e indicar como a gente pode fazer um melhor uso dos recursos públicos para combater, principalmente, a ilegalidade no desmatamento e no fogo na Amazônia.

Antes de começar a mostrar os dados, eu sempre mostro esse gráfico que representa todas as relações e os elementos necessários para que o fogo ocorra. Então, para que o fogo ocorra, a gente precisa ter um material combustível disponível para queimar, em qualidade e em quantidade; a gente precisa ter um clima que seja favorável para que esse fogo realmente comece e se expanda; e, principalmente, a gente precisa ter a fonte de ignição, aquilo que começa o fogo.

E por que eu começo com esse gráfico? Eu começo com esse gráfico porque, na Amazônia, se não houvesse o ser humano para interagir com a Amazônia, a Amazônia não queimaria. Hoje, quando a gente olha para o número de focos de calor no Brasil e a gente vê que mais da metade, um pouco mais da metade do número de focos, mais ou menos a metade do número de focos de calor, que representam fogo ativo, ocorre na Amazônia, então, a gente pensa: "Bem, mas a Amazônia é uma floresta úmida, não deveria queimar". Mas a gente está mudando essa habilidade da floresta de realmente ser resistente ao fogo.

Então, olhando de novo para esse esquema, pode ser que haja uma seca muito extrema que atinja a Amazônia, gerando abertura no dossel, que causa uma seca interna dentro floresta e deixa a floresta mais suscetível ao fogo, mas, se não houver a fonte de ignição que inicia o fogo, a Amazônia não vai queimar.

Então, eu queria só deixar essa mensagem e dizer: se a gente quiser controlar o fogo, a gente tem que controlar quem ascende o fósforo.

E aí a gente começa aqui mostrando um pouco da situação do fogo do ano passado e deste ano, deste ano em relação aos anos anteriores, e, claramente, nos gráficos de cima a gente consegue observar que, no ano passado, depois de agosto, houve uma redução significativa, um resultado provavelmente dos dois decretos que foram criados para o estabelecimento da GLO e, também, da moratória do fogo no ano passado e que, neste ano, aparentemente, a curva de focos de calor seguiu no primeiro semestre, pelo menos até julho, igual à curva de 2019, mas continuou havendo muito fogo em setembro e outubro. Claro que a gente já se aproxima do final do ano, começam as chuvas na Amazônia e a atividade de fogo começa a se reduzir, mas, de fato, nós tivemos um número de focos de calor que somam 15% a mais do



que aconteceu no ano passado na Amazônia.

Então, sim, nós tivemos neste ano mais atividade de fogo na Amazônia. Entretanto, não tivemos mais desmatamento do que no ano passado, apesar... E aí, só frisando que, quando eu falo aqui em desmatamento, estou falando de área com alerta de desmatamento, que se baseia nos dados do Deter. Isso é diferente dos dados do Prodes, que saíram recentemente e contam o que foi desmatado até julho deste ano.

Então, esses dados aqui mostram o que tem sido desmatado até novembro deste ano, e, quando a gente compara as duas curvas, fica claro que o desmatamento reduziu em relação ao ano passado inteiro, de janeiro a dezembro. Ainda falta um mês para contabilizar o fim do ano, mas tivemos uma redução de 11% no Deter, no Deter!

Mas, quando a gente compara com os outros anos, ainda há um aumento expressivo, ou uma taxa expressiva de floresta sendo perdida e convertida. Então, é muito importante a gente falar desses dois fenômenos, do desmatamento e do fogo, olhando para a distribuição das terras na Amazônia.

Olhando para a Amazônia, cerca de 50% da região é algum tipo de área protegida formalmente: ou é território indígena ou Unidade de Conservação. Mais ou menos 1/4 é de imóveis rurais e assentamento e 1/4 é de florestas públicas não destinadas e áreas sem informação cadastral, que são um pouco daquelas glebas, as glebas que podem ser terras públicas e que podem ser terras privadas que ainda não entraram em processo de regularização.

Quando nós olhamos para a distribuição do fogo e do desmatamento no ano passado, nessa configuração, a primeira coisa que me salta aos olhos é que metade do fogo que ocorreu tanto em 2019, de janeiro a dezembro, quanto o que ocorreu em 2020, de janeiro a novembro, acontece em terras públicas. Ou seja, sejam elas áreas protegidas, unidades de conservação, terras indígenas, enfim, ou sejam elas florestas públicas não destinadas e áreas sem uma informação cadastral definida, que são as glebas, etc.

Quando a gente olha para o desmatamento, o que salta ainda mais aos olhos é que um grande percentual do que está sendo desmatado, do que foi desmatado, com alerta de desmatamento em 2019, ocorreu em florestas públicas não destinadas, que foram arrecadadas: "Isso aqui vai ser floresta. Isso aqui vai ter uma destinação para floresta", e aí os órgãos vão decidir se vai ser uma unidade de conservação, que tipo de unidade de conservação, enfim. E esse percentual aumentou este ano, aumentou em 2020 para 32%. Então, se metade do fogo ocorreu em terra pública, o desmatamento, um pouco mais da metade, ocorreu em terras públicas.

E aí eu queria destacar um pouco esse dado de florestas públicas não destinadas. A gente tem aí cerca de 51 milhões, tirando todas as sobreposições. A maior parte delas são florestas públicas estaduais; uma outra parte são florestas públicas federais. E o que chama mais a atenção é a quantidade de CAR dentro dessas áreas. Ou seja, o CAR é um cadastro voluntário e aparentemente pessoas têm utilizado essa ferramenta para se apropriar, ou se tornar, dizendo: "Essa terra é minha", enquanto que ela está no Cadastro Brasileiro de Florestas Públicas, que pertencem aos brasileiros. Então, esse é um ponto.

E o que mais chama a atenção é que, quando a gente faz esse resgate histórico de desmatamento dentro de florestas públicas não destinadas somente e faz um resgate do CAR, do processo de criação de CAR dentro dessas áreas e o do desmatamento, a gente vê que houve um salto muito grande na área desmatada dentro de CAR, dentro de florestas públicas não destinadas. Isso é grilagem pura, é ilegalidade pura.

Aí quando a gente olha para as Unidades de Conservação e para as terras indígenas, eu só trouxe esses eslaides para ressaltar que esse processo de desmatamento e fogo dentro de Unidades de Conservação e de terras indígenas é bem localizado.

Então, são algumas áreas. No caso, 75% das mais de duzentas unidades de conservação que a gente



tem na Amazônia, só dez representam 75% do número de focos de calor e estão concentradas na região do coração do Pará, na Terra do Meio, e também na região da BR-163.

No caso do desmatamento, você vê que isso se reflete também. No caso do desmatamento, a concentração ocorre no mesmo lugar. Então, nas Unidades de Conservação, não é todo o sistema que está sendo perfurado, somente em algumas regiões.

No caso das terras indígenas, somente 10% das 400 terras indígenas que existem na Amazônia representaram 60% do fogo, sendo que, em muitas delas, há área com vegetação tipo savântica, como as de Roraima, por exemplo. Mas, quando a gente olha para o desmatamento ocorrendo nessas terras indígenas, também um pequeno número de terras indígenas detém a maior parte do desmatamento. São terras indígenas que estão sofrendo com garimpo ilegal, com invasão ilegal, com exploração madeireira ilegal.

Isso quer dizer que nós temos tecnologia hoje, como o Gilberto bem falou e o colega Rafael, do Censipam, a gente sabe, o Brasil sabe onde está acontecendo o desmatamento – são casos localizados. E a gente precisa demonstrar para o mundo que a gente sabe onde está acontecendo e que a gente vai combater isso. Então, isso vai recolocar o Brasil num outro patamar de discussão.

Então, negar o problema não vai ajudar. A gente tem que dizer: "Olha, nós temos um problema. A gente sabe como resolver, a gente já resolveu antes, a gente tem a tecnologia, a gente tem o arcabouço institucional para resolver isso. E nós vamos fazer".

Aqui são os dados recentes de fogo no Brasil que nós lançamos pela rede MapBiomas, só demonstrando que, nos últimos 20 anos, cerca de 32% de toda a área queimada – isso inclui florestas, áreas de pastagem, áreas agrícolas – ocorreram em áreas de uso antrópicos, sendo a maioria delas em pastagem, e outros 68% ocorreram em áreas de vegetação nativa, sendo principalmente nas savanas e nos campos – na vegetação tipo savântica e nos campos.

Quando a gente olha para a Amazônia – aí eu quero que vocês foquem na *pizza* da Amazônia; isso foi em 2019 –, de toda a área que queimou na Amazônia – esse dado é baseado em cicatrizes de incêndios florestais, ou seja, polígonos que demarcam, delimitam as áreas queimadas –, a gente vê que, em grande parte, ou seja, na maior parte das queimadas, cerca de 43% ocorreram em áreas de pastagens, que eram para pastagem previamente.

O que preocupa é o tanto de fogo que tem atingido vegetação nativa. Eu tenho certeza de que o Prof. Paulo Artaxo vai falar sobre o papel das mudanças climáticas em aumentar a suscetibilidade das florestas da Amazônia ao fogo. Lembrando aquele gráfico anterior que eu mostrei do triângulo do fogo, se há mais fontes de ignição fora da floresta, aumenta o risco de esse fogo entrar na floresta. E, se a floresta está mais seca, ela vai queimar mais, e a gente vai ter mais incêndios florestais.

Esse é um dado da Nasa numa plataforma que foi desenvolvida pela Nasa, coordenada pelo Dr. Douglas Morton, que demonstra muito claramente, com base no sensor VIS, que grande parte da área que foi queimada na Amazônia este ano queimou por conta do desmatamento. Isso gera um efeito colateral muito grave, muito grave para nós brasileiros, principalmente para nós amazônidas, que realmente sofremos na época de seca e de queimada, principalmente este ano, quando a gente está no meio de uma pandemia de uma doença respiratória. Isso é muito. O Governo também deveria se preocupar com isso.

E também isso tem um efeito sobre as emissões brasileiras de gases do efeito estufa.

Estou terminando.

Quarenta e quatro por cento das nossas emissões de gases do efeito estufa são diretamente associadas ao desmatamento. Ou seja, desmatou, colocou outro uso, e o carbono que estava estocado nas florestas ou na vegetação nativa vai para a atmosfera.

A forma mais fácil, mais barata de a gente reduzir as nossas emissões é combatendo o desmatamento ilegal. Nós vamos dar um exemplo para o mundo de que o Brasil pode voltar a ser aquele país que conserva,



que preza, que tem governança sobre os seus recursos naturais e que, ao mesmo tempo, é pujante no que diz respeito à sua produção agrícola. Isso é aquilo que a gente gostaria para o nosso País.

O segundo maior emissor, o setor que mais emite é a agropecuária. A agropecuária também tem um potencial muito grande de reduzir as emissões. Para isso, precisa de muito investimento na melhoria das pastagens, no manejo das pastagens, porque uma pastagem bem manejada pode, sim, absorver carbono da atmosfera.

Então, essas emissões podem piorar a partir do momento em que a gente começar a contabilizar as emissões das florestas degradadas por fogo. Então, isso vai ser uma nova etapa dessa história.

Para terminar, eu trouxe aqui uma síntese de soluções, porque justamente a gente não quer que o Brasil fique como pária no mundo, como está sendo agora. A gente quer que o nosso País demonstre que consegue governar os seus recursos naturais e consegue, com isso, ter um aceite para a sua produção agropecuária.

Então, com base nos dados que eu mostrei, pelo menos 50% do fogo, um pouco mais de 50% do desmatamento tem que ser combatido e deve ser combatido com comando e controle inteligente. Isso significa uma articulação entre todas as agências, incluindo o fortalecimento do Ibama - que é a agência responsável, que tem sido a agência responsável por essa gestão das operações, da fiscalização - e o apoio fundamental da Polícia Federal, do Exército também. Há que haver uma conexão muito importante com as Secretarias Estaduais e com todo o seu corpo policial, com as polícias estaduais ambientais, enfim.

Então é fundamental que isso ocorra. A gente tem tecnologia, demonstramos isso, e vários colegas apresentaram aqui. Então é só, realmente, ter uma estratégia um pouco melhor e mais direcionada a combater a criminalidade e as quadrilhas que estão roubando o patrimônio público na Amazônia.

Segundo ponto. A questão da destinação de florestas públicas. Se essas florestas não forem destinadas, elas vão continuar sendo alvo de ilegalidades, de expropriação ilegal. Então 50% é realmente o chicote para reduzir o desmatamento na Amazônia. Os outros 50% são relacionados a uma agenda positiva.

É preciso, sim, apoiar a economia de base florestal, por exemplo, nas unidades de conservação, terras indígenas, sejam outros produtores que queiram entrar na economia de base florestal...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ane, conclua, por favor.

A SRA. ANE ALENCAR – Eu estou acabando.

Apoiar incentivos econômicos para conservação de florestas privadas. Então ainda tem um ativo privado, dentro das áreas privadas, que podem ser legalmente desmatadas. Um apoio ao incentivo econômico nessa direção é muito importante. E realmente, também, melhorar o serviço de assistência técnica, principalmente para os pequenos produtores da Amazônia.

Eu acho que, com isso, eu encerro a minha explanação, mas dizendo que é possível e que nós todos queremos que o nosso País realmente cuide do seu patrimônio ambiental e siga numa direção muito importante de produção agropecuária sustentável.

Isso vai calar a boca do mundo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado Ane.

Dando sequência, Alfredo Homma, por favor, com a sua apresentação.

V. Exa. tem dez minutos.

O SR. ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA (Para exposição de convidado.) – Gostaria que acessasse a minha palestra que está... que eu encaminhei para o Senado.

Bem, mas aproveitando aqui, já vou começando a minha fala.



Em primeiro lugar, gostaria de expressar meus agradecimentos ao Senador Luis Carlos Heinze pelo convite para trocar algumas ideias com vocês sobre desenvolvimento agrícola mais sustentável para a Amazônia.

Como nosso tempo é muito curto, eu vou tentar colocar dois pontos.

Na primeira parte, pretendo...

Pode passar o seguinte.

Na primeira parte, eu queria discutir um pouco que é possível fazer uma agricultura mais sustentável na Amazônia, como sempre tenho defendido aí. E o segundo ponto, eu queria rebater um pouco, começar a questão que está sendo colocada hoje na Amazônia, que é bioeconomia, a solução para a Amazônia mediante a coleta de produto da floresta, via extrativismo, a floresta em pé, que eu vejo que tem grandes limitações.

Para nós conseguirmos uma agricultura mais sustentável na Amazônia, nós precisamos aproveitar os benefícios do que nós destruímos até agora, que os palestrantes anteriores já mencionaram. Nós temos uma grande área já desmatada. São 78 milhões de hectares, 18% da Amazônia, que é uma área de três vezes São Paulo, mais que a soma dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Para isso, nós precisamos também acabar com o desnível tecnológico que caracteriza a agricultura amazônica. Tomando como exemplo a cultura da mandioca, de que o Estado do Pará é o maior produtor brasileiro, nós estamos tirando 13, 14 toneladas no máximo, enquanto os colegas paranaenses conseguem tirar três vezes mais que essa quantia. A mesma coisa acontece com a pecuária, não é? Há aqueles produtores de leite do Sul do Pará e lá em Rondônia tirando aí três litros de leite de vaca/dia e há aqueles outros fazendo transplante de embriões. Então, existe um tremendo desnívelamento tecnológico. É possível a gente tentar nivelar, aproveitando as tecnologias daqueles produtores mais eficientes.

Eu acho que nós precisamos dar atenção para os cultivos perenes na Amazônia, que seriam a grande vocação. Nós temos um elenco de culturas a que eu acho que nós precisamos dar atenção. Tomando o exemplo do cacau, o Pará hoje é o maior produtor brasileiro de cacau, e o Brasil ainda importa cacau em quantidades que chegam a 15%, a 25%, pagando todo ano US\$250 milhões, US\$300 milhões de importação. O Estado do Pará hoje tem 200 mil hectares de dendêzeiros, mas ainda nós importamos 55% de óleo de dendê e 85% de óleo de palmiste. Nós precisamos dobrar essa área de dendêzeiros, criando o Plano Nacional do Dendê, o Plano Nacional do Cacau. Não se justifica que a seringueira, sendo nativa da Amazônia, desde 1951, o Brasil seja um grande importador de borracha. Hoje nós estamos importando em torno de 60% de borracha, implicando evasão de divisas também, acima de US\$330 milhões. Quer dizer que nós temos no Brasil 200 mil hectares de seringueiras, e nós precisamos também de dobrar, dentro de um programa de cinco a dez anos. Só pegando as três culturas, que seriam uma grande alternativa para pequenos produtores, nós podemos economizar quase US\$1 bilhão aqui.

E com relação à questão da bioeconomia, que ficam muitos falando como sendo a tábua de salvação da Amazônia, cresceu muito esse movimento nos últimos dois anos, colocando lucros fantásticos que, praticamente, eu não vejo assim... Quer dizer, baseado no sucesso do açaí, todos os produtos extrativos vão se transformar como se fossem açaí, não é? Então nós temos que sair desses discursos abstratos da biodiversidade e passar para um discurso concreto, nominar quais seriam essas plantas e animais em que nós devemos investir o nosso esforço.

E a criação de peixe, que é praticamente muito... quase a gente não conversa muito nesses eventos nacionais, internacionais. Na Amazônia eu vejo que nós temos uma grande oportunidade. Estados como Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Roraima deram um avanço na parte de piscicultura, não é?

A transição florestal o Prof. Raoni Rajão já mencionou, eu acho que aí há um grande desafio a que nós estamos assistindo, da redução da curva de cobertura florestal. A grande pergunta é quando que essa



curva pode subir de novo, assumindo a forma de um L, baseado aí no plantio de cultivos perenes que tenham mercado, no reflorestamento, na reposição da reserva legal e das APPs.

Pode passar o próximo.

A mídia internacional tem colocado a Amazônia como tendo só desmatamento e queimada, não é? Hoje a Amazônia se transformou num grande polo de produção agrícola do País, e do exterior também, para alguns produtos: cacau, por exemplo, Pará já é o maior produtor; dendê, o maior produtor; mandioca, o maior produtor desde a década de 90, o maior produtor de abacaxi, de açaí. Mato Grosso concentra um terço da produção brasileira de soja, um terço de milho, dois terços da produção de algodão – um produto que há 20 anos o Brasil importava e hoje é o segundo produtor mundial. Mato Grosso concentra o maior rebanho bovino brasileiro. Sem falar naqueles produtos em que ficam na segunda e quinta colocação. Por exemplo, Pará tem destaque na produção de laranja, de coqueiros, tem um grande rebanho bovino. Rondônia também tem um grande rebanho bovino, tem um grande destaque também na produção de café. Amazonas e Acre hoje se destacam na produção de mandioca, inclusive. Acre está produzindo mandioca para abastecer a cidade de Manaus. Pode passar o próximo.

Outro aspecto que chama a atenção na Amazônia é a movimentação de recursos genéticos que retiram as oportunidades da população regional. Isso começa de forma secular com a seringueira. Mas os paulistas fizeram uma revolução na agricultura aí. Tanto que hoje São Paulo concentra 60% da produção de borracha vegetal. Só em São Paulo dezenas de Municípios plantam seringueiras e oito Municípios produzem muito mais borracha que toda a Região Norte. Ficam falando muito em seringueiros, extrativistas, povos da floresta, mas a produção de borracha extrativa não representa nem 0,5%, mas 0,34% para ser exato.

A Bahia, por exemplo, detém a produção de guaraná desde a década de 1980, concentrada de 65 até 75%.

A pupunheira foi encontrar guardada nas terras paulistas, baianas e até nas frias terras de Santa Catarina, na produção de palmito. E 85% da área plantada de pupunheiras estão em três Estados.

A pimenta, que é o símbolo da agricultura paraense, foi trazida pelos imigrantes japoneses. Hoje o Espírito Santo é o maior produtor, desde 2018.

O mamão Havaí foi trazido pelos imigrantes japoneses ao Estado do Pará, porque introduziram o hábito de consumo do mamão individual. O Espírito Santo também se tornou o maior exportador de mamão do País.

Maracujá, o Pará também já foi grande produtor, sem falar no melão, e assim por diante.

Pode passar o próximo.

Um dos grandes defeitos dessas propostas sobre bioeconomia que estão colocando aí, fazendo comparações do açaí com a pecuária, açaí com a soja, para mim isso não tem nenhum sentido. Mercado de açaí é mercado de açaí, mercado de soja é mercado de soja, mercado de carne é mercado de carne.

Eu escrevi esse artigo na última página da *Revista Veja*, trinta anos atrás, e vejo que essa ideia ainda se mantém. O extrativismo vegetal é muito bom quando o mercado é pequeno, mas quando o mercado começa a crescer, o setor extrativo não tem condição de suportar o crescimento da demanda. E na Amazônia nós temos diversos produtos extractivos. Nós temos um conflito entre a oferta e a demanda aí. Com o sucesso do açaí, o pessoal está pensando que todo produto da floresta vai virar açaí. Então, cada produto extractivo tem um comportamento específico em termos de época da safra, processo de beneficiamento, a dispersão na floresta, o transporte, etc. É um setor que se caracteriza pela baixa produtividade da terra, baixa produtividade da mão de obra.

Essa foi a razão por que nesses últimos dez mil anos o homem domesticou mais de três mil plantas e centenas de animais. Eu costumo dizer que a primeira maçã que Adão e Eva comeram no paraíso foi uma maçã extractiva. Mas hoje ninguém está caçando boi nem porco, porque todos foram domesticados e



conseguem alimentar quase oito bilhões de habitantes. E duvido que isso seja feito via extrativismo.

Pode passar a próxima.

Um dos defeitos dessas propostas sobre a bioeconomia que estão sendo colocadas aí é que se fala numa linguagem abstrata sobre bioativos e macromoléculas, etc. Não duvido dessa possibilidade de se descobrirem remédios para câncer ou AIDS, etc., mas nós precisamos indicar quais seriam essas plantas aí.

O tempo não me permite entrar em detalhe para cada produto. Vou dar o exemplo da castanha. A castanha é um produto que o mundo inteiro conhece. A oferta extrativa já chegou no seu limite aí. Pode dobrar o preço que não há jeito de aumentar a castanha. Por exemplo, o tucumã teria grande importância para o Estado do Amazonas. Os amazonenses gostam muito.

O paricá, para o Estado do Pará, que os madeireiros, os reflorestadores chegaram a plantar 80 mil hectares, mas hoje estão reduzindo, porque umas árvores engrossam e outras parecem um cabo de vassoura, não é? Bacuri também é outra fruta. Essa pode seguir o caminho do açaí, que é mais a sua oferta, além de extrativa, é muito pequena. Pirarucu é um peixe que nós devemos envidar todo o esforço, visando a sua domesticação. Fica falando muito sobre pau-rosa como componente do Chanel nº 5. Eu queria dizer aqui que o Chanel nº 5, desde 1990, não leva uma gota sequer de pau-rosa, porque não há mais pau-rosa.

Pode passar a próxima.

Eu gostaria de colocar um pouco da experiência da imigração japonesa, que introduziu duas importantes culturas, além de outras: a lavoura da pimenta, que levou o Brasil à autossuficiência, em 1955, e atingiu o seu apogeu na década de 70, com mais de 35% das exportações de pimenta do Estado Pará – hoje, da produção de pimenta do reino, 52% da produção vêm de pequenos produtores com área menor que dois hectares –; e com a lavoura da juta, que ocupou as áreas de várzea, levou o Brasil à autossuficiência de sacarias, em 1953, para atender a indústria cafeeira de São Paulo, fazendo saco de aniagem, e que atinge o seu apogeu na década de 60, quando mais de um terço do PIB era de lavoura de juta.

O que eu quero trazer da experiência da imigração japonesa é que os pequenos produtores aprenderam rapidamente a cultivar essas duas espécies exóticas de difícil processo de cultivo, de beneficiamento. Com isso, eu quero rebater muitas das propostas que estão sendo colocadas hoje de pequeno produtor ficar vendendo carbono, atividades de serviços ambientais. Eu acho que há muitas atividades muito mais nobres que nós precisamos fazer na Região Amazônica, para os pequenos produtores plantarem mais cacau, porque tem mercado, plantarem mais dendêzeiros, integrados com as grandes empresas, plantarem castanheira, etc., para atender o abastecimento de Belém, que detém 70%, 75% de importações de hortifrutigranjeiros do Sul e Sudeste. A mesma coisa também acontece com Manaus.

A juta tem uma ligação familiar, porque foi o meu avô que fez a aclimatação da juta.

Pode passar a próxima.

Esse aí eu acho que vários antecessores já discutiram sobre esse tema. Eu acho que a política ambiental brasileira tem um grande equívoco. Nós tivemos um grande sucesso de 2004 a 2014 ou 2015, mas não foi acompanhada da utilização dessas áreas já degradadas aí. O custo de recuperação de área degradada na Amazônia está muito caro. Para um pequeno produtor plantar feijão-caupi, ele paga R\$250 até R\$300 por uma tonelada de calcário. Esse mesmo calcário lá em São Paulo, em Minas Gerais, você compra por R\$100 ou R\$120. Então, nós precisamos baixar esse custo de recuperação. A própria economia se encarregaria um pouco desse esverdeamento aqui, está vendo? Então, acho que isso aí está faltando dentro da nossa política. Precisamos baratear o custo de calcário, de mecanização agrícola e assim por diante.

Pode passar a próxima.

Acho que, da área desmatada na Amazônia, 61% são pasto. Então, é nesse setor que nós devemos concentrar o nosso esforço, mas não indo contra esse setor aí... Parece que há tipo uma xenofobia botânica.



A pessoa é contra a pecuária, contra a soja, contra vender, contra eucalipto. Porque a pecuária é uma atividade muito importante, tanto pequenos, médios e grandes, porque a Amazônia concentra hoje 40% de rebanho brasileiro. E nós temos aí, em números redondos, 50 milhões de hectares de pasto. É muita área para essa quantidade de gado. Nós podemos reduzir essa área de pastagem pela metade, desde que nós tecnifiquemos esse setor aí, quer dizer, aumentando a produtividade dos pastos, a produtividade do rebanho. Existe uma tremenda heterogeneidade tecnológica nesse setor.

Como as pastagens na Amazônia duram de 10 a 12 anos, isso indica que todo ano nós precisamos recuperar 10% dessa área aí, algo em torno de dois ou três milhões de hectares, para evitar pressão em cima da floresta densa ou da vegetação secundária.

Pode passar a próxima, para terminar.

Nós temos um grande desafio na Amazônia revelado pelo Censo Agrícola de 2017. Nós temos 750 mil pequenos produtores, que representam 81% dos produtores da Amazônia, que são responsáveis pela produção da mandioca, do cacau, da pimenta, do leite, da hortaliça, de fruteiras, etc. Nós precisamos fazer uma modernização desses pequenos produtores, via utilização de fertilizantes, via utilização de mecanização. O que nós vendemos de trator de roda e de fertilizantes químicos no Estado do Pará é a mesma coisa que se vende lá no Espírito Santo. Então, quero dizer que nós precisamos tecnificar. Se o pequeno produtor desmata e fica dois anos, se a gente aumentar apenas um ano, nós podemos reduzir o desmatamento em um terço.

Pode passar a próxima.

Esse, como disse aí, é uma coisa em que eu acho que nós estamos dormindo na Amazônia aqui. O Brasil fez uma revolução na avicultura, tanto que a partir de 2007 nós estamos produzindo mais carne de frango do que carne bovina, e a produção de peixe é uma linha reta há mais de 60 anos. A criação de frango, quando eu era pequeno e trabalhava com meu pai, era considerada um *pet* comestível que você dava de presente para gente que morava na cidade, para pessoas doentes ou para mulheres em resguardo. Depois, passou a ser consumida como opção domingueira. E hoje o frango sai lá de Santa Catarina e atravessa o Brasil inteiro para ser vendido em Belém e em outras capitais e cidades da Amazônia. Nós devemos fazer essa revolução na piscicultura, que eu acho que seria um grande marco da agricultura amazônica.

Pode passar. Já estamos terminando.

Para terminar, o que eu quero colocar aqui é que nós precisamos dar atenção para essa fronteira velha, para esses 78 milhões de hectares que nós já desmatamos, dada a atenção principalmente para os Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Rondônia já desmatou metade do que tinha na Floresta Amazônica, Mato Grosso já desmatou metade do que tinha na Floresta Amazônica e o Pará já desmatou um quarto. E tentar reduzir a incorporação de novas fronteiras aí. E, para isso, nós precisamos reduzir essas áreas de pasto dentro de um contexto de 10 a 15 anos.

De reflorestamento na Amazônia só temos um milhão de hectares. É a mesma coisa que tem lá no Estado de São Paulo, em Santa Catarina ou lá no Rio Grande do Sul. Nós precisamos dobrar essa área, para recompor reserva legal e para apressar também a transição florestal.

De cultivos anuais nós temos 20 milhões de hectares, e nós precisamos manter esse patamar via aumento de produtividade. Essa expansão de soja tem que ser dirigida para aqueles 10 milhões de hectares de pastos degradados. Nós precisamos roubar essas áreas de pastagem aí para conseguir aumentar essa velocidade de transição.

Os cultivos perenes têm sido a grande vocação da Amazônia. Nós podemos dobrar essa produção de cacau, dobrar essa produção de dendê, dobrar essa produção de seringueiras, de fruteiras... Por exemplo, precisamos plantar algo em torno de 50 mil hectares de açaizeiros porque nós estamos pagando R\$32,00



por litro de açaí na entressafra.

Transição florestal já discutimos, mas precisamos apressar isso.

Na minha opinião, o desmatamento da Amazônia ainda vai continuar pelos próximos dois, três, cinco, dez anos se a gente não conseguir colocar alternativas tecnológicas econômicas para pequenos, médios e grandes produtores. E o discurso da biodiversidade tem que sair dessa abstração, nominar esses produtos e fazer um esforço de fordismo, de taylorismo de pesquisa para tentar criar essa oportunidade, fazendo uma nova agricultura na Amazônia com base nesse princípio das novas plantas. Aí, eu acreditaria nessa bioeconomia que está sendo propagada.

Sobre os ilícitos, a Ane já falou bastante, eu não vou comentar mais nada aqui. Precisamos aumentar a presença do Estado e, naturalmente, essa fiscalização aí, porque há produtores adiantados e produtores atrasados. Eu colocaria nessa consecução do Raoni aqui e a gente teria que combater aí. São poucos aí sujando o nome da maioria aqui.

Gente, era mais ou menos isso que eu tinha de colocar, de forma muita rápida, e agradeço pela oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Alfredo Homma. Prazer, muito boas as suas colocações.

Na sequência, Carlos Souza Júnior, coordenador do Sistema de Alerta de Desmatamento/Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Dez minutos.

O SR. CARLOS SOUZA JÚNIOR (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Eu gostaria de ter o acesso para compartilhar minha tela. Gostaria também de cumprimentar a todos. Boa tarde! É uma grande honra estar aqui com vocês para falar sobre os trabalhos que o Imazon conduz na área de monitoramento por satélite. Eu também vou falar sobre os desafios que vários colegas já trouxeram também para essa questão do controle do desmatamento na Amazônia.

Antes de entrar no tema do monitoramento, eu gostaria de trazer duas definições importantes, só para ressaltar o que a gente monitora na região. Há dois tipos de distúrbios que são causados por atividades antrópicas na Amazônia: um é o desmatamento, que é bastante entendido, é a remoção completa, é o corte raso da floresta para a implantação de usos da terra. Pode ser pastagem, uma agricultura, expansão para área urbana, mineração.

Mas há um outro tipo de distúrbio que não é tão trazido para o debate da questão da conservação da Amazônia, que é a degradação florestal. Essa degradação florestal é uma perda parcial da floresta, um empobrecimento, causado pela extração de madeira, que tem valor econômico. Então, perde biodiversidade também, perde o valor econômico quando ela não é feita de forma manejada.

Como a Ane Alencar já colocou, as queimadas são também vetores de degradação. É possível que uma floresta nessas condições, a céu aberto, material combustível que é deixado por resíduos da expansão madeireira e que tem também um microclima alterado nesse tipo de condição, uma floresta desse tipo pode queimar.

Por que é importante, então, tratar a questão do monitoramento olhando o desmatamento e a degradação florestal? Porque todos os dois tipos de distúrbios geram perda de biodiversidade, afetam o microclima local, geram emissões de carbono e aceleram o risco desse ponto de não retorno da floresta. Tem sido bastante debatido pela comunidade científica.

É importante ressaltar que é possível detectar e monitorar esses dois tipos de distúrbios. O meu trabalho como pesquisador do Imazon iniciou em 1993. Até queria ressaltar que foi num simpósio de sensoriamento remoto do Inpe em 1993, em Curitiba, que eu decidi seguir a minha carreira na área de sensoriamento remoto.



O Gilberto Câmara está aqui, ele não deve lembrar. Naquela época, eu visitei os estandes em que ele estava presente, assisti a várias palestras do Inpe. Isso foi inspirador para mim. Mas eu foquei nessa questão da degradação porque era um tema que não estava sendo trabalhado em relação ao monitoramento da Amazônia.

Então, observem que, com esse tipo de tratamento da imagem, é possível detectar o desmatamento, já aparece com essa coloração branca e magenta nessa imagem já processada. E esses tons amarelos e laranjas na imagem indicam essa condição de floresta degradada.

O problema, o desafio para monitorar a degradação é que esse dossel fecha rápido, e a vegetação rasteira também cresce. Então, esse sinal desaparece entre um e dois anos. A gente precisa de um monitoramento muito frequente.

No trabalho que a gente desenvolve no Amazon, no programa de monitoramento, nós temos esse protocolo de atuação. A gente mede, eu vou explicar várias coisas que a gente consegue medir por satélite, analisa os dados e gera diferentes tipos de formatos de publicações para informar à audiência acadêmica e à sociedade como um todo.

Mas o mais importante é esse componente de ação e de avaliação de impacto, principalmente de políticas públicas. Eu vou dar exemplos, na minha apresentação, de como é que a gente integra essas informações de satélite nesse ciclo aí do protocolo que a gente aplica no programa.

Essa animação mostra a evolução da cobertura e do uso do solo, das principais classes de cobertura e uso do solo do bioma Amazônia. Esses são dados do MapBiomas. Gostaria de frisar que esses dados estão disponíveis para todo o Brasil. Há uma publicação que a gente lançou recentemente, mostrando resultados para todo o Brasil. Todos os biomas possuem esse tipo de série histórica de dados que permite acompanhar as transições de uso da terra.

No período de 1985 a 2019, houve uma perda de 43 milhões de floresta. Houve um ganho, um aumento de 36 milhões em pastagem. E subiu 6 milhões em áreas de agricultura.

Agora, é importante frisar que, nessa informação, o gráfico mais abaixo, aqui é a vegetação secundária. A gente sabe que há muitas dessas áreas que são usadas principalmente para pastagem que são abandonadas. O Alfredo Roma que falou da questão do uso do pasto por dez, doze anos. Essas áreas são abandonadas, e muitas dessas áreas entram em estágio de regeneração, de vegetação secundária. Há 13 milhões de hectares em processo de regeneração.

Então, o que a gente fez com essa informação de regeneração? A gente primeiro tem que tentar entender o que são essas áreas que têm sinal de floresta. Há sistemas agroflorestais sendo plantados, há áreas de preservação permanente, ao longo de rios, que estão em regeneração, porque não é uma área boa para produção agrícola, então o produtor não vai investir em adubação, em manejo dessas áreas, porque elas não têm aptidão agrícola. Muitas áreas desse tipo são abandonadas e a gente consegue ver a vegetação secundária retornando nessas áreas.

É importante ressaltar que a gente já está usando esse tipo de dado com pequenos produtores rurais do Pará, da região de Paragominas, para regularização ambiental. Muitos desses produtores nem sabem que já possuem vegetação secundária em estágio avançado, com mais de cinco, dez anos e que podem compor a regularização ambiental para cumprimento do Código Florestal.

Agora, há um ponto que chama a atenção. É que há o desmatamento oculto, que não vem sendo monitorado, que é o próprio desmatamento dessa vegetação secundária.

Então, nessa publicação que nós tivemos no início do ano, mostramos: a curva em laranja é o desmatamento desse tipo de vegetação secundária; em vermelho é o dado do Prodes, do Inpe, que já foi apresentado várias vezes; mas, a partir de 2010, a gente tem a área desmatada em vegetação secundária se igualando à área de perda de floresta primária. E, a partir desse ano, aumenta. Então, há muito



desmatamento nessas áreas. A gente sabe que é questionável, talvez, pensar que esse desmatamento pode ser até manejo de pastagem, porque muitas dessas áreas estão em estágio inicial de vegetação secundária, mas há vegetação secundária.

Esse gráfico aqui mostra o desmatamento por idade: acima de 6 anos, de 10 anos, até com mais de vinte anos, também, de vegetação secundária que está sendo desmatada. Então, esses 13 milhões de hectares precisam ser incluídos na agenda de conservação da Amazônia.

No que tange à questão do distúrbio causado por degradação florestal, eu colaborei com pesquisadores da Universidade de Boston e nós processamos toda série de dados do Landsat, todos os que estão disponíveis – não somente uma imagem por ano –, para reconstruir a história do desmatamento e da degradação florestal.

O primeiro ponto que eu queria ressaltar é que isso não é um problema exclusivo do Brasil. Aqui é um mapa do limite da Bacia Amazônica, então esse processo acontece em outros países. Mas, como já foi colocado por debatedores que me antecederam, o Brasil domina, lidera o *ranking* do desmatamento e da degradação nessa região. Então, ele desmata... Aqui nesse gráfico, os dados estão bem analisados, só para o efeito de poder comprimir a história e ter uma visualização melhor. Em vermelho é o nosso dado de desmatamento. Observe aqui o dado do Prodes, está nessa linha tracejada. Então, tem uma correlação muito boa, ou seja, o dado do Prodes é um dado muito robusto. A gente pegou um pico aqui, um pouco mais de desmatamento em 2014, que principalmente porque deve estar associado com esse pico de degradação, que é essa cor azul. A gente tem uma hora em que se cria uma zona de transição entre o que é desmatamento ou degradação, que é difícil separar. Dependendo do critério de separação, isso pode puxar mais para desmatamento ou ficar na classe de degradação. Mas observe que, a partir de 2004, quando o Brasil começou a controlar o desmatamento, a curva de degradação aumentou. Então, esse é um ponto importante que eu gostaria de frisar. A gente precisa combater também esse processo de degradação florestal. Nós temos mais ou menos 20% da floresta original já convertida pelo desmatamento e temos mais 20% em processo de degradação. Isso pode acelerar essa questão do ponto de não retorno, gera perda de biodiversidade, emissão de carbono, como eu já falei.

Outro ponto que é importante para o monitoramento é acompanhar a expansão de estradas não oficiais. O que são essas estradas não oficiais? São estradas que não estão, primeiro, nos mapas oficiais do Dnit. No mapa do Dnit são essas estradas que estão com a linha preta e contínua. Você consegue ver que esses mapas definem o processo de ocupação, os grandes eixos de ocupação da Amazônia. Mas o que faz com que avance a fronteira do desmatamento são essas estradas não oficiais. São abertas por madeireiros, para acesso a recurso florestal, por garimpeiros e também para processo de apropriação de terras públicas, que é a famosa grilagem.

Se a gente olhar esse gráfico aqui ao lado – vou tentar explicar rapidamente –, numa distância de 5,5 quilômetros de todas essas estradas, da rede oficial e não oficial, concentram-se 95% de todo o desmatamento acumulado, ou seja, o desmatamento está confinado nessa região. Então, é um fenômeno de mudança que está confinado nessa região.

É a mesma coisa para as queimadas. Se a gente fizer essa pergunta: "Qual a distância dos focos de calor para essas estradas?", 80% dos focos de calor, na série histórica, aqui cada cor dessa representa um ano, ficam em torno de 2km. Então, a gente sabe que esse processo de desmatamento, queimadas, extração madeireira estão confinados nesses corredores, que eu chamo de artérias, que levam à destruição do patrimônio público do Brasil por desmatamento e degradação.

Então, o que a gente pode fazer, pensando já na questão da prevenção? Nós estamos com um esforço muito grande agora de gerar modelos preditivos de desmatamento no curto prazo. O que é isso? Se a gente conseguir ter informações que indiquem qual a probabilidade de se desmatar nos próximos seis meses, nós



podemos ter políticas públicas no Brasil para evitar esse desmatamento.

Acho que é sonho, acho que o Brasil... Quando a gente monitora, é um instrumento superimportante para dar apoio ao controle, mas, quando a gente monitora, a gente já detectou o problema, ou o desmatamento, ou a degradação, e, se a gente conseguir prevenir, acho que o Brasil vai dar um salto muito grande.

Existe uma parceria com a Microsoft, o Fundo Vale e o Imazon agora para criar essa ferramenta. Nós estivemos, por duas semanas, discutindo com potenciais usuários dessa ferramenta para criar uma ferramenta para os usuários potenciais dessa informação e, principalmente, guiar políticas de prevenção e controle do desmatamento na região. A gente espera colocar isso em prática já no próximo ano e trabalhar com vários atores que fazem o trabalho de controle do desmatamento.

E é possível fazer isso. Quando a gente trabalhou com Municípios – eu vou falar rapidamente sobre esse caso aqui –, no período em que o Programa Municípios Verdes, no Pará, foi implantado, os Municípios que se engajaram nesse projeto, um programa de prevenção e controle do desmatamento, conseguiram reduzir drasticamente as taxas de desmatamento – esse gráfico está mostrando aqui – e sair daquela lista crítica de desmatamento. E os indicadores sociais e econômicos melhoraram. Eu não vou ter tempo para falar disso.

Então, isso é avaliação de política pública, um eixo muito importante que o Brasil pode seguir.

Estou terminando aqui a minha apresentação com esse eslaide, falando dos desafios, então.

Nós temos muitos dados de desmatamento, de degradação de estradas, de queimadas. A gente precisa ter um uso mais efetivo dessa informação, o monitoramento, principalmente para a aplicação de leis de crimes ambientais, para aplicar punições, sanções para o desmatamento ilegal. Como o Prof. Raoni já falou, ele concentra esse desmatamento ilegal numa fração muito pequena desses produtores rurais.

O outro ponto, o dois, é implementar estratégias de prevenção, essa ideia que eu trouxe aqui para vocês, para compartilhar com vocês, de haver ferramentas preditivas das áreas que vão ter maior probabilidade de desmatar e ações preventivas para evitar desmatamento.

E o terceiro, essa questão de restaurar áreas degradadas, as pastagens comprometidas, aumentar essa produtividade, dar escala econômica, também, para produtos da área florestal.

Então, existe uma vocação para manejo florestal madeireiro na Amazônia. Eu concordo com o colega Alfredo Homma, da Embrapa, que realmente na questão da economia da Amazônia a biotecnologia precisa avançar muito. Sistemas agroflorestais têm potencial muito grande também para dinamizar essa economia.

Mas eu queria fechar a minha fala apontando aqui para um dado do Inpe. Essa situação em que a gente se encontra hoje. A partir de 2012, houve essa reversão na tendência do desmatamento. Eu chamo a atenção aqui que, se eu usasse toda a série histórica dessa estatística de desmatamento para ver a tendência, a tendência seria de queda.

Então, a gente tem que ter muito cuidado na hora de usar dados históricos para apontar queda ou subida da tendência. Então, a gente usa muito a média móvel, que já é uma estatística comum que as pessoas estão entendendo, o cidadão comum, por causa da Covid. Então, usando essas médias móveis e períodos em que políticas públicas estão sendo implementadas, a gente consegue ver o comportamento melhor. Nós estamos, sim, numa tendência de aumento do desmatamento e precisamos também mostrar os intervalos de incerteza. Pode ser que, em 2021, a gente reduza porque há, na modelagem estatística aqui, uma possibilidade de reduzir, mas, se a gente continuar nessa tendência – os alertas do Deter e do SAD do Imazon estão apontando para alta –, a gente não vai conseguir reverter. Este ano, a gente acertou, infelizmente, que iria subir com base nesse tipo de análise, mas a gente consegue reverter com políticas de prevenção.

Obrigado pela atenção de todos.



O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Carlos Souza.

Na sequência, o Prof. Paulo Artaxo, professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP). Dez minutos, Prof. Paulo.

O SR. PAULO ARTAXO (Para exposição de convidado.) – Obrigado.

Eu também gostaria de compartilhar a minha tela. Por gentileza, favor me dar a autorização para isto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está autorizado.

O SR. PAULO ARTAXO – Bem, todos estão vendo a minha tela, não é?

Bom, basicamente, eu vou explorar um último tópico, que não foi explorado ainda até o momento, que é o papel da Amazônia nas mudanças climáticas globais.

Eu gosto muito desse eslaide do MapBiomas, que mostra a evolução do desmatamento da Amazônia de 1975 até 2018. Quando eu comecei a fazer meus estudos na Amazônia na iniciação científica, só 0,5% da área da Amazônia havia sido desmatada; em 1988, isso já tinha aumentado para 5%; em 2018, estamos indo a 19%; e, atualmente, cerca de 20%. Ou seja, o desmatamento da Amazônia é um fenômeno muito, muito recente, e é importante que a gente tenha uma ideia da evolução temporal deste fenômeno, e é importante também nós observarmos que – deixe-me passar o próximo eslaide – a ciência das mudanças climáticas é muito sólida.

Aqui estão alguns dos relatórios sobre mudanças climáticas do IPCC, do Painel de Biodiversidade, da UneP e assim por diante. É importante chamar a atenção que vários desses relatórios colocam a questão da produção sustentável de comida e as mudanças climáticas, que é um dos tópicos em que eu vou focar na minha apresentação. É importante também entendermos que o papel da Amazônia nas mudanças climáticas globais é um processo de duas vias. O que eu quero dizer com isso? O desmatamento da Amazônia impacta o aquecimento global: o desmatamento de florestas tropicais é responsável por 13% das emissões totais de gases de efeito estufa, que é uma fração muito alta; e, por outro lado, o aquecimento global impacta fortemente na Floresta Amazônica e na sua capacidade de absorver carbono, de processar vapor d'água e assim por diante.

Então, na verdade, a gente tem que atuar nos dois campos: primeiro, reduzir o desmatamento para impactar menos nas mudanças climáticas globais; segundo, os países desenvolvidos têm que reduzir as emissões de gases de efeito de estufa para minorar os impactos que a mudança climática vai ter no balanço de carbono da Amazônia. Bom, recentemente, nós observamos que a participação das atividades econômicas nas emissões brasileiras aponta para a agropecuária ser responsável por cerca de 72% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil em 2019. Isso, se considerarmos o desmatamento da floresta, cujo uso final, em geral, é o agropecuário, está associado com as emissões diretas do setor agropecuário.

Bom, o fato de 72% das nossas emissões estarem associados com uma única atividade econômica nos coloca numa vulnerabilidade enorme, e eu acho que o Senado Federal poderia ter consciência dessa problemática e do quanto isso nos traz de vulnerabilidade econômica perante o restante do mundo.

A Amazônia é crítica no transporte do vapor d'água que é gerado no Oceano Atlântico tropical. E vocês veem que a região onde o agronegócio brasileiro é forte, isto é, basicamente Mato Grosso, Goiás, Rondônia e parte do Sul do Brasil, é irrigada pelo vapor d'água que é processado na Floresta Amazônica e é transportado aqui para fora, fazendo a chuva e irrigando o agronegócio brasileiro.

E o Brasil, assim como o restante do Planeta, está em franco processo de aquecimento global de uma maneira muito forte. O mapa da esquerda mostra a anomalia de temperatura, indicando que algumas regiões como, por exemplo, o Vale do Rio São Francisco e o Nordeste brasileiro, as temperaturas já subiram



em cerca de 2,2 graus a 2,5 graus, e a parte leste da Amazônia a mesma coisa. E o mapa da direita mostra a queda na chuva em grande parte do Nordeste, na parte leste da Amazônia, e um aumento da precipitação na Região Sul do Brasil. Portanto, nós estamos observando enormes mudanças no clima, que impactam a sociedade e impactam a economia do nosso País.

E a Amazônia está sofrendo uma série de processos muito claros de alteração no seu ciclo hidrológico e no seu balanço de carbono. Esse gráfico mostra a descarga de água no Rio Amazonas, em Óbidos, no Pará, onde nós estamos observando um aumento de cerca de 25% a 30% da saída de água pela foz do Rio Amazonas. Isso mostra uma alteração no processamento do vapor d'água dentro da bacia, também pode mostrar um maior influxo de vapor d'água, como o gráfico de baixo indica, com aumento da temperatura do Oceano Atlântico tropical. E, obviamente, isso é causado pelas mudanças climáticas, que, em conjunto com a redução do desmatamento da Amazônia, têm que ser igualmente combatidas.

Outro fenômeno que nós estamos observando fortemente na Amazônia é o aumento dos eventos climáticos extremos, com aumento da frequência das grandes cheias e das grandes secas. Tivemos secas fortes em 2005, em 2010 e também outra seca em 2015. E a amplitude entre as cheias e as secas está em franco aumento na Amazônia desde meados da década de 80. E a floresta não gosta muito de fazer fotossíntese em clima de tempos extremos. Portanto, essa é uma preocupação dos cientistas sobre o aumento da frequência dos eventos climáticos extremos na Amazônia.

Outro fenômeno muito bem documentado e que está ocorrendo na Amazônia é o aumento da duração da estação seca, com o atraso progressivo – seis dias a cada década – da entrada da estação chuvosa em Rondônia. E a chuva, na estação seca, está diminuindo sistematicamente – vários indicadores também apontam para essa direção.

Isso tem uma série de impactos na Floresta Amazônica, e um dos impactos é sobre o papel da floresta na absorção de CO₂ atmosférico através da fotossíntese. Há 20, 30 anos a Amazônia absorvia carbono da atmosfera através da fotossíntese a uma taxa da ordem de 0,5 toneladas de carbono por hectare por ano, só que medidas mais recentes mostram que o fluxo líquido de carbono hoje na Amazônia está se aproximando de zero, principalmente devido ao aumento da mortalidade das árvores, e isso possivelmente é causado pelo aumento da frequência dos eventos climáticos extremos.

Outra observação importante sobre o clima em mudança na Amazônia é o aumento do déficit da pressão de vapor, que indica uma redução na taxa de evapotranspiração da Amazônia. São medidas de satélite, feitas pela Nasa JPL, da Califórnia, mostrando uma forte tendência no déficit de pressão de vapor sobre a Amazônia, e isso indica que nós podemos ter uma floresta que já tenha entrado em uma época mais seca.

Isso são artigos científicos publicados recentemente na literatura, mas, se a gente olhar para dados da própria Embrapa, a Embrapa Informática Agropecuária – esse gráfico eu tirei do relatório deles – mostra que o déficit hídrico no Brasil central está aumentando significativamente.

Se nós pegarmos o déficit hídrico de 1986 a 2005, comparado com, por exemplo, o desta década, vocês veem que a região que tem um alto déficit de água está aumentando significativamente: antigamente era só na Região Nordeste, mas está avançando em Mato Grosso e Rondônia. E a previsão para os próximos 20 anos é um aprofundamento desse déficit de água, que impacta diretamente na produtividade agropecuária. E isso, obviamente, é uma vulnerabilidade e um risco muito grande para as exportações brasileiras associadas com o agronegócio.

No futuro. O clima do futuro vai ser determinado muito por se a gente consegue ou não reduzir as emissões de gás de efeito estufa. A COP de Glasgow, no final do próximo ano, vai ser fundamental para estruturar novos compromissos de redução de gases de efeito estufa de todos os países – possivelmente, também do Brasil. E as projeções futuras mostram que a temperatura no Brasil, se continuarmos a emitir



gases de efeito estufa como emitimos hoje, pode ser da ordem de 5 graus a 5,5 graus, de acordo com as previsões do IPCC.

Os modelos do Inpe mostram resultados muito similares a esse. Esse é o aumento projetado da temperatura esperado para o Brasil, em que a gente observa que Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás podem ter um aumento de temperatura da ordem de 6 a 7 graus. Acho que não precisa ser cientista para perceber que isso pode impactar, e muito, o agronegócio brasileiro. Portanto, é bom o agronegócio começar a se preocupar com a questão das mudanças climáticas globais e com o desmatamento da Amazônia, porque isso já está afetando essas atividades.

À direita, simulações do Inpe mostram mudança na precipitação esperada para o Brasil, uma extensão da seca no Nordeste brasileiro de mais de 30% e um avanço sobre Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul de redução forte de precipitação.

O grupo do Prof. Marcos Heil Costa fez simulações sobre os cenários futuros da duração da estação chuvosa e da produtividade da produção de soja no Brasil Central, nas quais mostrou que nós podemos ter um sério prejuízo com as mudanças climáticas por a duração da estação chuvosa ser cada vez menor – então, o aumento da estação seca –, o que vai afetar a produtividade da soja, inclusive o plantio da soja tardia, que foi simulada nesses artigos.

Essa preocupação com a produção de alimentos, num Planeta três graus mais quente, não é só brasileira. Isso é um gráfico do The World Economic Forum dos riscos globais. Vejam a projeção da perda de produtividade agrícola, para a maior parte do Brasil, em torno de menos 30%, menos 40% num Planeta três graus mais quente. Vejam que todas as regiões tropicais vão sofrer impactos muito significativos das mudanças climáticas. Esse é evidentemente um cenário que nós temos que evitar ao máximo possível, porque não vai ser fácil nesse cenário alimentar 10 bilhões de pessoas em 2050. E, obviamente, isso afeta diretamente um dos maiores negócios brasileiros e vai afetar a sociedade do Brasil como um todo.

Além do aumento gradual e sistemático da temperatura, também nós nos preocupamos com a variabilidade da temperatura. E esses resultados mostram a mudança do desvio padrão de anomalias de temperatura até o final do século XXI, o que mostra que as regiões tropicais vão sofrer de 40% a 45% mais variabilidade na temperatura de dia e noite, de verão e inverno. E isso, para uma floresta tropical como a Amazônia, que se desenvolveu e evoluiu num clima extremamente constante, é uma má notícia. Portanto, a floresta pode começar a perder carbono, pode entrar num *tipping point* importante, e obviamente isso é um péssimo negócio para o Brasil como Nação.

Isso vai trazer impactos socieconômicos muito grandes ao nosso País e, portanto, é uma preocupação que o Senado brasileiro tem que olhar não só para os próximos 4 anos, mas, na verdade, para os próximos 40 e 50 anos, e redirecionar o modelo de desenvolvimento que nós temos hoje na Amazônia. Como as pessoas que me antecederam deixaram muito claro, tolerar atividade ilegal que afrontam a Constituição brasileira não é uma coisa que qualquer nação democrática e moderna deve realmente fomentar. Portanto, vamos fazer a Constituição brasileira valer também na Região Amazônica, reduzindo o desmatamento, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa do Brasil e ajudando no esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa e redução do aquecimento global.

Então, nesta minha breve apresentação, quero deixar uma mensagem final de que a Amazônia preservada é chave para o agronegócio brasileiro e também para a sustentabilidade do clima global.

Obrigado pela atenção, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Prof. Paulo Artaxo.

Na sequência, vamos ouvir também agora Olímpio Magalhães, Diretor de Fiscalização do Ibama.

V. Sa. tem dez minutos. Se tiver alguma apresentação para ser compartilhada, Olímpio... (Pausa.)



Olímpio, por favor. (*Pausa.*)

Está ouvindo, Olímpio?

O SR. OLÍMPIO MAGALHÃES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. OLÍMPIO MAGALHÃES – Estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É o Bim que vai falar ou é o Olímpio?

O SR. OLÍMPIO MAGALHÃES – É o Olímpio.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pareceu a foto do Bim ali.

Com a palavra Olímpio Magalhães, Diretor de Fiscalização do Ibama.

O SR. OLÍMPIO MAGALHÃES (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

A oportunidade de a Fiscalização do Ibama poder estar se manifestando é porque, neste ano, nós tivemos uma situação atípica. Tivemos a situação da pandemia, que impactou diretamente nas nossas atividades de fiscalização. Esse impacto foi no sentido de reduzir os nossos efetivos que poderíamos colocar operacionalmente em campo. Temos uma deficiência de efetivo na fiscalização, já que o último concurso que houve no órgão data de 2015. Daí nós tivemos uma redução; conforme o pessoal foi se aposentando, foi saindo do órgão, nós tivemos essa redução.

Do que nós temos hoje em disponibilidade para fazer a fiscalização, nós também tivemos que considerar algumas características. Nós não poderíamos colocar na parte operacional pessoas que se enquadrasssem no grupo de risco, diminuindo muito mais ainda a nossa capacidade de operacionalizar as ações.

Diante disso, como já foi colocado por vários palestrantes, as opções que nós temos e que nós usamos, e muito, dentro do Ibama são os recursos de tecnologia para que possamos estabelecer a nossa linha de ação. Essa linha de ação partiu do pressuposto do quê? Das condições operacionais de efetivos que tínhamos. Diante dessa quantidade pequena de efetivos disponíveis, fizemos a eleição de alvos compensatórios onde estavam acontecendo os maiores pontos de alerta.

Destaco o que também já foi falado por outros palestrantes: a situação das características das dimensões amazônicas e as condições de locomoção para acesso, a acessibilidade dessas localidades. Isso também é um fator que se deve levar em consideração quando nas ações de comando e controle.

Assim como nós tivemos essas dificuldades com a fiscalização, nas atividades também relativas ao Prevfogo, às ações contra incêndios florestais, também tivemos um impacto, tendo em vista que, no início das contratações das brigadas para a realização dos combates aos incêndios florestais, em algumas localidades nós não pudemos executar as ações em tempo hábil para fazer o recrutamento, porque algumas localidades encontravam-se em *lockdown* devido à pandemia, mas ao final conseguimos fazer a contratação do efetivo que estava previsto, 1.480 brigadistas. Hoje, ainda em atuação, mais especificamente para a região de Roraima, nós estamos lá já com os nossos trabalhos iniciados para justamente conter essas situações de queimadas.

Pois bem, quanto à situação de desmatamento, podemos dar uma perspectiva de que, em muitas das localidades, há quem se aproveite da situação de estado de vulnerabilidade em que a população se encontra, tornando-se um vasto terreno para que pessoas com objetivos escusos de exploração ilegal façam suas atividades de grilagem.

Outro aspecto é que alguns planos de manejo florestal também não estão regularizados e também são de origem irregular.



O investimento que nós deveríamos... que teria que ser feito é atuar em duas frentes. Uma, de prevenção primária, que seria partir para a educação ambiental; partir para uma forma de prevenir através da educação ambiental, desde a educação ambiental até o controle da movimentação desses materiais que são produtos de ilícito ambiental, tornando isso aí não tão atrativo e dando condições à população que se encontra em situação de vulnerabilidade de ter uma opção para que não entre e não contribua para o desenvolvimento dessas atividades.

E, em segundo lugar, a prevenção secundária, que seria o comando e controle, as ações de comando e controle, que já são as ações de fiscalização propriamente ditas.

Hoje nós trabalhamos com informações e com ações conjuntas com várias agências que nos apoiam e com quem fazemos os trabalhos conjuntos para que possamos atender as demandas de fiscalização.

Infelizmente, este ano tivemos esse evento do fator Covid-19, que nos dificultou, e muito, na fiscalização, fazendo com que nós tivéssemos que optar por alvos compensatórios e significativos. E não tínhamos as condições para atender a todos, porque não somente tivemos que deslocar fiscais de outros Estados, que não os da Amazônia Legal, para a região, para poder manter a fiscalização necessária, mas o que nós tínhamos disponível para poder fazer as ações na localidade.

Senador, é o que eu tenho a expor para também não ocupar muito o tempo e não ser prolixo nas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Olímpio, tinha um colega seu que eu tinha pedido para falar uma coisa sobre pagamento por serviços ambientais das florestas em pé. Você, ou um colega seu, não teria alguma coisa para falar sobre esse tema? Se houver, na sequência, se ele puder apresentar alguma coisa, eu gostaria de ouvir.

Nós já conversamos por telefone. Se houver alguma coisa depois, na sequência, eu vou passar para o próximo orador agora e, se houver alguma coisa, que possa entrar alguns minutinhos só para me explicar alguma coisa sobre pagamento por serviços ambientais, o.k.?

Obrigado por enquanto a você.

Na sequência, João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas, no período de 2003 a 2008, e Coordenador do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente.

Com a palavra João Paulo Capobianco. Dez minutos, por favor. (*Pausa.*)

Capobianco, o pessoal aqui está dizendo que o vídeo está desligado.

Caiu a conexão.

Não está ouvindo?

O.k. Capobianco. É o sinal da internet, por favor. Tens alguma apresentação, ou só fala, Capobianco?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Eu tenho, sim. Se puder compartilhar a tela, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está permitido.

Pode usar.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Um minuto.

Eu passei aí para o Senado a minha apresentação.

Será que vocês podem projetar?

Ah, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para exposição de convidado.) – Perfeito.



Bom, primeiro, eu queria agradecer muito essa oportunidade, Senador Luis Carlos Heinze e Senador Randolfe Rodrigues, que foram responsáveis por esses requerimentos. Agradeço muito a oportunidade de estar participando desta sessão e pelo fato de que realmente estou aqui cercado de pessoas muito competentes. Tivemos aí apresentações excelentes, fiquei muito impressionado com o que foi aqui apresentado, com todos os participantes, agradeço muito essa oportunidade de colaborar.

Portanto, muito já foi dito aqui sobre a importância dos dados que o Brasil tem produzido a respeito do desmatamento: tivemos aí o Gilberto Câmara, mostrando isso com muita propriedade; vários dados do Prof. Raoni Rajão, com todas as informações sobre o contexto internacional; os dados sobre queimadas, com Ane Alencar; os dados sobre a questão da degradação que o Carlos Souza trouxe, que são muito preocupantes, muito relevantes, e toda a avaliação feita, inclusive, por vários participantes, como o nosso colega Homma, lá da Embrapa, que apresenta uma visão bem interessante sobre as prioridades para a Amazônia.

Mas eu queria aproveitar, então, para falar um pouco para vocês aqui, e agradecer essa oportunidade, sobre a questão do esforço que o Brasil fez para controlar o desmatamento no passado recente. Então, essa questão dos dados do desmatamento e queimadas é absolutamente inquestionável. O Brasil tem uma capacidade de produção de dados, de geração de informação, que causa inveja em vários países desenvolvidos pelo mundo. Nós temos aí dados muito consistentes, e acredito que a melhor forma de lidar com esses dados é utilizando-os para reverter e para controlar o desmatamento em crescimento no Brasil.

Então, rapidamente, eu gostaria de... Pode passar o próximo, por favor, o primeiro eslaide? Poderia passar, por favor? Pode seguir, por favor.

Nós temos aí... Rapidamente, essa coisa que já foi defendida pelo Raoni Rajão, sobre a questão do papel do Brasil no desmatamento mundial.

Próximo. Os dados da FAO – mais um, por favor – mostram que o Brasil tem sido o campeão mundial no desmatamento pelas últimas três décadas. Esse é um levantamento internacional conduzido pela FAO, agência da ONU, que mostra, na década de 1990 a 2000, o Brasil aí na frente, com 36,4% de desmatamento em todo o mundo, somando todos os países: tropicais, temperados, florestas boreais, etc.

No próximo eslaide, vem a próxima década, 2000 a 2010, e o Brasil mantém a liderança. Observem que ele salta para 43,7% da contribuição para o desmatamento total do mundo; portanto quase 50%, quase metade de tudo que o mundo perdeu de florestas de todos os tipos entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu no Brasil.

E o próximo trata da última informação, recém-publicada pela FAO, em 2010 e 2020, e o Brasil continua liderando o desmatamento, com uma participação um pouco menor, 26,4%, mas, por três décadas consecutivas, é o campeão de desmatamento.

Próximo.

No nosso caso aqui... Próximo, por favor.

Lemos aí o que nós assistimos no Brasil no período do início dos anos 2000, de um crescimento extremamente acelerado do desmatamento. Observem aí: de 2000 a 2001, patamar de 18 mil km², que veio crescendo de forma sustentada e repetitiva, até chegar aos 27.800km² em 2004. Isso significou um crescimento, entre 2001 e 2004, na faixa de 50% de aumento num período de três anos. Muito bem, aí, nesse momento – o próximo –, foi criado, por decisão do Governo Federal – próximo, por favor –, houve a decisão de fazer uma ação forte, que foi a criação de um GT interministerial para estudar o problema e propor uma ação organizada para buscar a reversão dessa tendência que poderia elevar o desmatamento a bem acima dos 30 mil quilômetros quadrados, como se projetava na época.

Próximo.

Então, em 2004, foi lançado o PPCDAm, que é o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento



da Amazônia.

Próximo.

E, a partir do lançamento do PPCDAm, nós começamos a assistir...

Esse PPCDAm, o que ele previa, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento? Ele foi lançado, como eu falei, em 2004, reunia 13 ministérios e vários órgãos de governo, agências públicas envolvidas, e ele trabalhava em três frentes, três eixos temáticos: ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle ambiental e fomento a atividades produtivas sustentáveis. Ou seja, um plano que buscava enfrentar as três grandes questões que foram, aqui nesta reunião do Senado, lembradas por todos que falaram antes de mim, uma ação integrada em várias frentes, combatendo de um lado, organizando o território do outro, e fomentando a produção sustentável também, ao mesmo tempo, de forma integrada.

O próximo.

O que foi feito nesse período? Na área de ordenamento territorial fundiário foram criados 25 milhões de hectares de unidades de conservação federais e 37 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais. Houve uma sinergia de esforços entre o Governo Federal e governos estaduais para se criar aí um volume de 62 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia. Tínhamos dez milhões de hectares em terras indígenas homologadas. Foram cancelados mais de 60 mil certificados de cadastros de imóveis rurais que não tinham origem comprovada, eram objeto de grilagem de terras. E foram modificados os procedimentos para inscrição no cadastro dos imóveis rurais junto ao Incra, reduzindo muito a possibilidade da fraude na apropriação de terra pública.

O próximo.

Na área de monitoramento e controle ambiental, o Gilberto Câmara aqui citou o caso do Deter, um sistema que foi criado pelo Incra, em 2004, e passou a ser operacional em 2005. Modificamos completamente o sistema de monitoramento para deixar de tomar conhecimento sobre o desmatamento só depois de um ano que ele ocorreu. Com o Deter implementado pelo Inpe, nós começamos a ter informações praticamente quinzenais sobre o desmatamento e isso permitiu organizar as equipes de fiscalização, com o Ibama atuando de forma extremamente intensa, ampliando muito os embargos, inclusive; participação do Exército e da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal com ações extremamente importantes. Foi muito forte a ação de monitoramento e controle nesse período de 2004 – 2008.

O próximo.

Na área de fomento a atividades produtivas houve um esforço enorme. Nós aprovamos a lei de gestão de terras públicas, uma lei aprovada em tempo recorde, em 11 meses de negociação no Congresso, uma coisa realmente inédita. Tivemos a implantação do Serviço Florestal Brasileiro, a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, a primeira licitação pública de concessão florestal na Flona de Jamari, em Rondônia; e o lançamento da Operação Arco Verde, que permitia o atendimento às demandas de um conjunto muito grande de pequenos produtores, inclusive a inclusão de produtos da Amazônia na cesta básica e nas merendas das escolas públicas na região.

Próximo.

Muito bem. Qual foi o resultado disso?

Próximo.

Nós tivemos, olha só, voltando àquele gráfico, nós tivemos no primeiro ano de ação do PPCDAm – pode passar o próximo, por favor – 31,6% de redução, entre 2004 e 2005.

Próximo,

Entre 2005 e 2006, mais 24,7% de redução. E, no ano seguinte, mais 18,1% de redução, três anos consecutivos de reduções extremamente significativas. No ano seguinte – próximo –, nós fomos surpreendidos por uma retomada do desmatamento. Observem que, por uma série de mudanças, inclusive



de estratégias inovadoras adotadas pelo pessoal da grilagem de terra e do desmatamento, houve um aumento inesperado de desmatamento, que levou a uma reação – próximo – muito forte do Governo com a edição do Decreto nº 6.321, de dezembro de 2007, decreto duro, que criou – próximo – a figura dos chamados Municípios prioritários para a fiscalização e controle. Por que isso? Porque a Amazônia tem centenas de Municípios e ocorre que, em apenas trinta e poucos, 38 Municípios, ocorriam mais de 50% dos desmatamentos. Então, esse decreto, editado pelo Presidente da República, permitiu uma concentração de esforços. Foi editada uma lista de Municípios prioritários, o que obrigou o recadastramento fundiário nesses Municípios, limitou as autorizações para novos desmatamentos acima de mil hectares, tornou o embargo do Ibama... Quando o Ibama chegava à área, identificava um desmatamento e multava, ele tinha que embargar também, obrigava o embargo. Esses embargos foram inseridos no sistema público de monitoramento e acompanhamento pela sociedade.

Foi criada a figura da responsabilidade compartilhada, que envolveu toda a cadeia produtiva do agronegócio, desde o produtor até o consumidor, ou seja, uma carne, um boi adquirido por um frigorífico de uma área ilegalmente desmatada e que estava embargada, o frigorífico era responsável também por esse crime ambiental. E o supermercado que comprou do frigorífico também se tornou responsável, criando, portanto, uma cadeia de custódia, de autorregulação. E o próprio setor produtivo passou a buscar controlar essa questão do desmatamento, evitando a aquisição de produtos, fosse carne, fosse soja ou fossem outros de áreas embargadas por desmatamento ilegal.

E também aqui a definição dos critérios ambientais para a concessão de crédito agropecuário – próximo –, muito bem definido numa resolução do Conselho Monetário Nacional, uma publicação do Bacen (Banco Central), que definiu a obrigatoriedade da comprovação da regularidade ambiental para se obter crédito rural. Isso foi muito importante porque, por ser uma resolução do Conselho Monetário Nacional, não atingiu apenas bancos públicos, envolveu todo o sistema financeiro público e privado, responsável por créditos na Região Amazônica.

Próximo.

Qual foi o resultado disso? Foi – próximo – uma nova queda sustentada, desde 2008 até 2012, uma nova queda de 64,3 acumulada. Observem que foi um processo extremamente importante, que foi implementado pelos quatro anos seguintes. E isso permitiu que o Brasil chegassem a 2012 com o menor desmatamento já registrado desde que o Inpe iniciou o sistema de monitoramento, em 1988.

Portanto, o Brasil mostrou uma enorme capacidade de fazer frente ao desmatamento na Amazônia e demonstrou ao mundo que era capaz de estabelecer um sistema de governança à altura da importância de ele ter a maior floresta tropical do Planeta.

Próximo.

É muito importante destacar – isto já foi dito aqui, mas eu repito – que essa redução do desmatamento não comprometeu a atividade econômica na região. Pelo contrário. Observem: até 2004, nesse gráfico... Em vermelho, nós temos o desmatamento; em azul, a área plantada de soja; e na linha nós temos o valor da saca de soja. Alguns autores, alguns analistas diziam que todo o processo na Amazônia e a variação da área de plantio, ou seja, o desmatamento para o plantio, decorria da variação de preços, mas nós mostramos aí que essa correlação deixou de existir na Amazônia. Ela, de fato, ocorreu até 2004, quando nós temos aumento de preço, crescimento da área plantada e crescimento do desmatamento. A partir de 2004, gradativamente, verifica-se um desacoplamento entre essas variáveis, e o desmatamento cai de forma consistente e permanente, a área plantada de soja cresce de forma consistente e permanente e o preço acompanha inclusive o preço da *commodity*, conforme mostra esse gráfico. Portanto, a correlação entre produção agropecuária, no caso a soja, e desmatamento deixou de existir.

Próximo eslaide.



Nós vamos ver aí a questão do rebanho bovino. Observem que é a mesma coisa. Até 2004, uma nítida e forte correlação entre desmatamento e a expansão do rebanho bovino na Amazônia. A partir de então, queda do desmatamento, continuidade no aumento do preço da arroba do boi, como se vê nessa linha, e crescimento do rebanho bovino na região, repito, com queda permanente do desmatamento.

Portanto, esse é um mito que nós temos que pôr por terra. O desmatamento não é necessário para aumentar a produção, não é necessário para garantir a economia. O desmatamento, como foi bem dito aqui por todos que me antecederam –, pela Ane Alencar, pelo Carlos Souza, pelo Gilberto Câmara, por todos que falaram anteriormente – é resultado da grilagem, da especulação, da ocupação predatória da floresta com outros fins que não a produção.

Próximo.

Agora, nós estamos colocando tudo isso a perder. Esse é o nosso problema. Observem que, se nós pegarmos 2014... Porque em 2012 houve o menor dado, tivemos um pequeno aumento em 2013 e uma queda novamente em 2014. Portanto, 2014 foi o último ano, como a gente poderia dizer, da era de ouro de controle do desmatamento, quando o Governo, de fato, conseguiu, numa ação integrada, junto com governos estaduais e o Governo Federal, a sociedade e produtores, que passaram a agir de outra forma, passaram a incorporar práticas conservacionistas... Nós temos muitos exemplos de como isso ocorreu, do esforço enorme, um mutirão de iniciativas... A Embrapa oferecendo novas tecnologias, como a integração entre lavoura, pecuária e florestas; e foi um negócio incrível que a Embrapa ofereceu para a região, implantando um centro de treinamento lá em Sinop. Houve todo o esforço do Inpa de oferecer alternativas, de propor novas soluções, todo o esforço de monitoramento, as ações de recuperação de áreas degradadas, ou seja, houve um mutirão. O Brasil fez um mutirão em defesa da sua floresta. E, a partir de 2015, infelizmente, nós fomos perdendo esse esforço. Observem, de 2015 para cá, os sucessivos índices de desmatamento. Significa que nós chegamos em 2020 com um crescimento de 121,23% de desmatamento em relação a 2014. Nós lançamos, o Brasil lançou o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento quando se computou um aumento de 50% do desmatamento entre 2001 e 2004. E nós estamos deixando de agir da mesma forma, implementando os mecanismos e as políticas públicas que estão aí. Elas existem, já foram testadas. Estamos deixando de utilizá-las enquanto o desmatamento cresce mais de 121%.

Eu acho que é o momento de nós colocarmos um freio nisso e juntos, com o apoio de todos, e com o papel fundamental do Legislativo, com a Liderança inclusiva do Senado, nós convencermos o Poder Público, o Governo Federal a reativar o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, a recolocar em prática as políticas que deram certo para que a gente possa seguir no caminho virtuoso de aumentar a produção, ser o grande alimentador do Planeta, com o controle do desmatamento da maior floresta tropical do Planeta.

Muito obrigado pela oportunidade. Espero ter contribuído. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, João Paulo.

Bom, na sequência acho que todos os debatedores que estavam inscritos já se manifestaram. Nós temos aqui o Senador Esperidião Amin, acho que está ainda presente.

Nesse instante vou colocar para vocês que está ocorrendo uma sessão do Congresso Nacional. Seguiu-se primeiro a Câmara e, agora, os Senadores estão nessa sessão do Congresso Nacional. Então, nós temos poucos Senadores em função dessa situação.

Eu só queria fazer uma colocação. Agradecer a todas as apresentações. Foram importantes, temas que a gente ouviu de todos os professores, debatedores, enfim, do que nos apresentaram.

Uma das questões que eu vou deixar no alinhamento final que eu quero fazer... Depois, se algum Senador ainda quiser fazer uma manifestação... Estava o Zequinha Marinho, eu acho que saiu. O Esperidião



eu acho que está presente ainda, não sei se está. Mas só para fazer uma colocação e pedir depois a ajuda de vocês.

Do Brasil hoje, eu vi aqui com relação à redução. O Prof. Raoni falava ali. De 1980 a 1981, o Brasil plantava 40 milhões de hectares, está em 66 milhões de hectares na última safra. Tinha 52 milhões de toneladas naquele momento, está com 265 milhões. Cresceu 65% a área plantada e cresceu 409% a produção. Grãos. Assim são carnes, fibras, lácteos, frutas. Tudo cresceu nessa proporção no Brasil. Então, é importante essa parte.

E também uma outra colocação. Nós temos hoje esse setor responsável por 40% dos empregos no País. Mais de 20% do PIB vem desse setor. E também a própria balança comercial, se pegamos comércio, indústria, serviços, tudo é negativo. Quando entra a agricultura que exportou, aí aparece o positivo. Se eu diminuir isso, tirar, bom, não sei o que vai acontecer com o nosso País. Se eu sou o primeiro exportador de açúcar, café, suco de laranja, soja em grãos, carne de frango, carne bovina, fumo; terceiro em milho; da carne suína é o quarto. O Brasil é um grande *player* hoje. Exporta para mais de duzentos países. Então esse também é um ponto importante. É o setor que está carregando a economia brasileira nas costas. Há que se ver essa posição.

Não somos favoráveis a desmatamento de forma desenfreada. Eu ouvi o que o Alfredo Roma falou. Aquela linha, Alfredo, se nós trabalharmos bem os 78 milhões de hectares que já foram desmatados, se nós conseguirmos trabalhar nessa linha, bom, aí nós temos uma solução e frearemos, sim, Capobianco e os outros que colocaram aqui, o desmatamento.

Para a forma que se possa fazer, o Gen. Mourão reuniu Governadores, reuniu Prefeitos, reuniu o Governo Federal, enfim, o que pode o Exército, não só o Ibama. Eu entendo que as carências do Ibama foram apresentadas aqui pelo debatedor. Mas nessa linha, eu acho que nós podemos fazer um trabalho no sentido de segurar esse desmatamento. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de colocar para vocês.

E um outro ponto para que eu gostaria de chamar a atenção dos professores, que eu vejo aqui da academia, de várias universidades presentes: no Brasil, dos 851 milhões de hectares que nós temos, nós usamos apenas 257 milhões com agricultura, pecuária e produção, do Brasil inteiro. A área da Amazônia é bem menor do que os 30% que nós usamos. E se nós pegarmos os Estados Unidos, com 983 milhões de hectares, eles já usam mais de 70% do território americano. Eu não quero usar 70% do território brasileiro.

Os dados que eu tenho aqui, que me passaram, da Embrapa, as fontes que eu tenho, Prof. Raoni, são da Embrapa. Eu copiei deles uma lâmina, uma bolacha que eles me apresentaram, uma pizza, digamos assim. A Profa. Valícia e a turma da Embrapa fizeram. E aí aparecem esses dados deles, ok? Assim, a Europa também usa 60% a 70% da sua área, com florestas, com agricultura, com pecuária, com produção. Usam, não é? E o Brasil, apenas 30%. O Alfredo fala ali dos 78 milhões de hectares. No bioma Amazônia, Alfredo Roma, nós ainda temos 341 milhões de hectares.

O que eu gostaria, e ontem nós aprovamos um projeto aqui no Senado Federal, talvez seja aprovado hoje na Câmara, não sei se ainda vai ser votado, é de pagamentos por serviços ambientais. Aqui eu vejo um grande lance, para que a gente possa fazer com que a floresta em pé, a vegetação nativa, não só da Amazônia, do Brasil inteiro, possa ser remunerada.

Então esse é um dado importante, porque vejam vocês o seguinte: o Prof. Raoni falava assim, "ah, no Brasil, são mil e poucos dólares por hectare, na média." Nos Estados Unidos, US\$2 mil, R\$11 mil, 5,4 mil. Na Região Amazônia, 600 a 700 mil propriedades rurais faturam apenas, o que nós temos ali é um salário mínimo-mês, renda bruta, R\$12 mil, renda bruta. Se eu pegar renda líquida, talvez R\$4 mil, R\$5 mil, numa propriedade média de 66ha. Vivem, Alfredo, você que está na Amazônia, miseravelmente. São miseráveis, com o perdão da palavra.

O que nós podemos fazer? Nós temos que fazer alguma coisa por essa gente.



O Prof. Artaxo colocava, e quero chamar a atenção para esse ponto. Falam do Brasil, falam das queimadas da Amazônia. Um ponto importante: o aquecimento global, que eu gostaria, professor, quando a gente pega a China, aqui dados do *Global Carbon Atlas*, 2019, a China é responsável por 27,9% da emissão de gases do efeito estufa. Se eu pegar Estados Unidos e Europa, mais de 30%. Só China, Estados Unidos e Europa com mais de 60% da emissão de gases. Ninguém fala disso. O Brasil aparece com 1,3% a 1,4% da emissão de gases do efeito estufa. São dados que esse atlas nos apresenta.

Por que é que não falam do aquecimento global causado pela China, pela Europa, pelos Estados Unidos? Eu vejo o Presidente americano...

O Presidente americano Joe Biden, eleito agora, falava, num debate com o Trump: "Ah, eu vou pegar um fundo de US\$ 20 bilhões". O que são US\$20 bilhões para o tamanho da Amazônia, pelo que ela representa? Representa para nós, brasileiros? Claro que representa, mas representa para o mundo. Então, que o mundo desenvolvido nos ajude a pagar. Nós não temos dinheiro suficiente para fazer aquilo que o Alfredo Homma preconizou. Como é que nós vamos arrumar dinheiro para arrumar 600, 700, 800 mil produtores na Amazônia? Alguns terão condição de fazer, Alfredo? Nós não temos dinheiro público das Prefeituras, dos Governos estaduais ou mesmo do Governo Federal. Vão fazer um esforço enorme. Agora, o mundo desenvolvido...

Eu gostaria que os professores que estão aqui nos dessem ideias para que a gente possa cobrar também. Que não fique o cara garganteando, como ele disse num debate: "Não, o que o mundo sujar, a Amazônia vai limpar". O.K. Agora nos paguem; nós somos brasileiros. Os meus antepassados vieram da Alemanha, em 1853. Não interessa, eu sou brasileiro, hoje, da quarta, da quinta geração. Sou brasileiro e defendo o meu País. Então, nesse sentido nos ajudem a buscar soluções para que o mundo desenvolvido, que critica o Brasil, possa nos ajudar nesse processo.

Portanto, é extremamente importante que nós possamos levar esse debate para essa posição e fazer com que a gente tenha uma solução. Não apenas criticar o Brasil, como está sendo criticado um setor que ainda está carregando o País nas costas? Não sou favorável, repito, à devastação. E a proposta do Alfredo... Chegamos aos 78 milhões? O.K. Vamos trabalhar essa área. O que nós podemos fazer em cima da agricultura, da pecuária, das plantas nativas? Veja, tem um peixe, o tambaqui, por exemplo. Os chineses vieram aqui e tomaram o tambaqui de Roraima. Hoje estão exportando tambaqui. E nós ficamos com o quê? Ainda com o mesmo tambaqui de anos atrás.

O Alfredo fala para mim sobre a questão das borrachas. São Paulo, hoje, produz mais do que os seringais que havia na Amazônia.

Bom, essa evolução nós precisamos trazer. Essa tecnologia existe. Nós temos que fazer com que a Amazônia possa aproveitar essa tecnologia. É nesse sentido que eu peço a colaboração dos professores renomados que estão aqui, dos autores, não apenas do Governo, mas das universidades que estão conosco aqui hoje, de São Paulo, de Minas Gerais, enfim, do Amazonas. Ouvi a professora, também a Sra. Eyde falando ali o que eles tão fazendo. Aquilo deve existir por Prefeituras, por Governos Estaduais e pelo próprio Governo Federal, ações daquela natureza, que o próprio Capobianco falava que fizeram lá atrás. O.k., que se faça isso, que se ajude esses pequenos produtores a terem um programa de incentivo para eles poderem fazer.

Principalmente, uma das questões – e o rapaz do Incra fez a colocação – é que nós temos feito um esforço muito grande em cima dessas 600, 700 mil propriedades irregulares, totalmente no sentido da legalização. Existe essa possibilidade. Estamos fazendo com recurso federal o que pode. Vejo muitos Deputados da Região Amazônica e Senadores também colocarem recursos para a regularização fundiária. E aí esse produtor vai se tornar independente, seus 60, 70, 80, 100, 200 hectares. Ele será o dono da propriedade e vai ao Banco do Brasil, vai à Caixa Federal, vai ao Banco da Amazônia e pode tirar um



crédito rural orientado, orientado por Emater, por pesquisa, Alfredo, da Embrapa e de outros mecanismos, coisas que nós temos hoje disponíveis no Brasil. Mas só que essa tecnologia não chega para essas pessoas.

E nesse sentido... Eu venho lá do Rio Grande do Sul para dizer ao Brasil e ao mundo que não adianta nos criticar. Se nós temos soluções, as que nós possamos ter, principalmente nos ajudem, para que o mundo desenvolvido... Ninguém fala nada, por exemplo, do petróleo, das fontes de gás de efeito estufa, do que eles têm de carvão, do que eles têm de energia dos combustíveis fósseis. O Brasil tem o etanol, o Brasil tem hoje o biodiesel, o Brasil tem usinas eólicas, hídricas, solares, sei lá, tantas fontes de energia! E 80% da energia do mundo são combustíveis fósseis, carvão. Ninguém fala desse aquecimento por isso aí, Prof. Paulo Artaxo, e só a Amazônia é responsável por isso, só as queimadas do Pantanal são responsáveis por isso.

Então, esse 1,4, se eu pegar esse 1,4 que aparece nesse atlas aqui, o que eu digo? Está São Paulo, está Belo Horizonte, está Rio de Janeiro, está Porto Alegre, estão as grandes capitais, as grandes regiões industriais do Brasil são responsáveis por essa poluição. O.k. E nesse sentido, peço que nos ajudem a buscar saídas, soluções; que esse time, a Senadora Eliziane Gama e também o Senador Randolfe Rodrigues, que eu trouxe aqui para debater entre nós, nos deem saídas, soluções. O Senado brasileiro ficaria muito honrado em receber sugestões das senhoras e dos senhores para que a gente possa fazer um grande programa de, digamos assim, valorizar a nossa agricultura, evitar esse desmatamento e fazermos o combate.

O Senador Esperidião Amin, no início da fala, não sei se vocês o ouviram, tem algumas ideias de alguns indicadores – enfim, depois, ele vai falar – que seriam muito importantes.

Então, é a minha colocação. Agradeço a todos que se manifestaram e peço que nos enviem sugestões – vocês têm o nosso contato – diretamente para mim, para a Senadora Eliziane, para o Senador Randolfe, que foram os autores das sugestões dos nomes de vocês que estão conosco hoje aqui, para que a gente possa interagir e buscar soluções que, seguramente, vão ajudar o nosso País e vão ajudar o Planeta.

Por enquanto, muito obrigado.

Senador Esperidião Amin, com a palavra, por favor.

Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu!

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor. O senhor está desde o início da sessão, chegou antes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Não, Presidente. Eu estou assistindo à CNN, está passando uma matéria sobre a situação do Vale do Itajaí, em matéria de chuvas. A gente que reclamava tanto de falta de chuva... Tivemos mortos e feridos e pessoas que restaram desabrigadas nos Municípios de Ibirama, de Apiúna, Ascurra, Rio do Sul e aqui mesmo, na Grande Florianópolis, em Palhoça, Garopaba, tivemos uma incrível e concentrada precipitação de chuvas. Era isso que eu estava acompanhando ali na CNN. Só numa cidade, sete mortes e mais de 20 desaparecidos. Então, é uma situação complicada.

Mas eu gostaria de deixar aqui consignado, Senador Heinze, deixar aqui registrada a minha manifestação de aplauso pela sua iniciativa. O senhor conduziu aí – eu estou em Santa Catarina –, conduziu com destemor, com disciplina germânica, com persistência germânica uma grande reunião.

Eu assisti à boa parte das apresentações. Esse conjunto me ilustrou muito, além do que eu já conhecia. Quero que o senhor coloque como bibliografia desta reunião a CPI da Amazônia, concluída em 1989, cujo Relator foi o nosso querido e saudoso amigo Senador Jarbas Passarinho – não foi pouca coisa –, com dados e informações a respeito do que os nossos irmãos do Norte, de várias latitudes, pregam para nos ajudar ou nos acusam.

Em 1991, como Senador, eu participei de uma reunião na Assembleia Legislativa de Roraima, quando



da decretação da Reserva Ianomâmi, em que vi esses grupos perfilados para nos ajudar.

Então, eu acho que esta sessão representou uma convergência de tecnologia, de respeito à verdade, mas, acima de tudo, de busca inteligente de soluções, com foco na renda do povo da Amazônia, na sustentabilidade da sua vida. E me congratulo que o senhor, lá do nosso querido Rio Grande do Sul, tenha prestado esse serviço ao País e à Amazônia, ouvindo e regendo esta orquestra de inteligências, de experiências, como nós pudemos aqui constatar.

Objetivamente, para que esta sessão seja um degrau a mais no nosso caminho, mas um degrau sólido, eu entendo que o relatório desta sessão deve ser conciso e objetivo com foco naquilo que o senhor resumiu há pouco: como é que nós vamos tirar da miséria – a expressão é pesada, mas é verdade –, com essa renda muito baixa, essas pessoas que trabalham, mas cuja rentabilidade do trabalho é desigual quando comparada à rentabilidade, em termos de benefícios para a própria família, de outras atividades em outros lugares do mundo.

Então, eu acho que essa objetividade deverá usar a técnica, a tecnologia, a ciência, os indicadores – eu me dedico muito a essa questão –, indicadores de sustentabilidade, que são, talvez, os mais recentes e de difícil elaboração – nós não temos séries históricas expressivas nisso –, e, com base nesse conjunto de proposições, começar a ter uma política de, em vez de receber acusações, apresentar reivindicações, e apresentar reivindicações para o mundo, para o mesmo mundo que quer nos indicar rumos, para o mesmo mundo que interfere, que nos sanciona, nos penaliza, nos culpa, que tenta nos encher de contrições e remorsos.

Eu acho que a sua iniciativa, conduzida com muita pertinácia, tem que ter um resultado, não imediato, porque essas coisas têm de amadurecer e há de haver persistência. Mas nós temos de fazer essa luta em nome do Brasil, e eu me congratulo com o meu querido amigo Luis Carlos Heinze, por este serviço que ele presta não apenas ao Rio Grande do Sul, não apenas à agricultura, à agropecuária, ao setor primário do Brasil, mas à Amazônia e a todos nós que queremos um futuro mais justo e mais sustentável.

Cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Senador.

O Raoni havia pedido a palavra? (*Pausa.*)

Professor Raoni...

O SR. RAONI RAJÃO (Para exposição de convidado.) – Pois não, Senador. Obrigado pela oportunidade.

Concordo inteiramente com o senhor, eu acho que o importante é buscar soluções e avançar no debate.

Inclusive, com relação a essa questão da contribuição para as mudanças climáticas, todo relatório que versa sobre o assunto em nível global coloca de maneira clara que mais de 80% das emissões são de origem fóssil, sendo a China, seguida dos Estados Unidos, os dois blocos mais importantes.

Então, isso é algo que é muito... Inclusive, com relação a essa afirmação específica do Sr. Joe Biden, que falou que a Amazônia absorve todas as emissões dos Estados Unidos em um ano é uma *fake news* de proporções inacreditáveis. Inclusive, eu me manifestei publicamente no meu Twitter, assim como me manifestei em relação a esses números, porque sempre a gente tem que trabalhar com a verdade.

Agora, o que é muito importante, além da contribuição global que o Brasil pode ter, diminuindo em cerca de 3%, 4% das emissões globais, quando a gente fala desse assunto, estamos falando principalmente de proteger o nosso futuro, ou seja, em relação às mudanças climáticas regionais que já estão ocorrendo por causa do desmatamento, é uma política do Brasil para o Brasil, nós estamos preservando a nossa capacidade de continuar produzindo no futuro. Então, é importante lembrar que há um debate global e



lembra que há um debate nacional também.

Sobre um último ponto, que o senhor citou um dado do Sr. Evaristo de Miranda, eu conheço muito bem, é uma bolinha e, nessa bolinha, ele fala que 27% da área dos Estados Unidos são de florestas plantadas e exploradas – 27,9%. Eu li toda a documentação sobre o assunto disponível no site e grande parte do serviço norte-americano de agricultura e florestas e, sinceramente, eu desafio o Sr. Evaristo a mostrar um documento que prove que 28% das florestas americanas são plantadas. Ou melhor, que 28% da área dos Estados Unidos são de florestas plantadas, como se fosse um eucalipto, alguma coisa assim.

De fato, são áreas de espécies nativas, manejadas há séculos – parte delas nunca foram manejadas, essas são informações que estão publicamente no site. E, é claro, quando você soma esses 30% junto com todas as áreas de pastagens nativas que cobrem boa parte do território americano, você chega nesses 70% de área agrícola, ou seja, ele pega a área florestal nativa e chama de área agrícola – isso, inclusive está na legenda da figura.

Eu acho que, quando a gente fala da importância de tratar as coisas de maneira clara, pelo que elas são, é sempre importante seguir essa linha.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., eu vou, Raoni... Essa parte foi que pedi ao Ibama, ao técnico com quem eu havia conversado nessa linha – viu, Alfredo Roma? Tu que estás no Pará; a Professora Eyde, que está também em Manaus –, para que achasse soluções para que esse pagamento por serviços ambientais exista. Inclusive o João Paulo fala no manejo. É possível, João Paulo, você passou conosco, estava no Ministério quando nós discutimos o Código Florestal.

Então, esse manejo é importante saber como poder utilizar. Se eu tenho mil hectares de floresta nativa, em 10 anos eu posso fazer, digamos, 10% em cada ano e refazer. Isso, Alfredo, vocês da pesquisa, quem tiver essas soluções, nós vamos buscar isso aí, de que forma nós possamos manejá-las nossas florestas do Brasil inteiro, não apenas na Amazônia, que possam ser manejadas, não devastadas, e que isso possa render para quem é dono da propriedade ou para terras indígenas ou para parques nacionais também, de forma que se possa fazer isso.

Então, existem saídas para fazer agregar valor. E, principalmente, Alfredo, eu gostaria depois de conversar melhor contigo na linha que você falou, das várias soluções, e nós vamos apresentar alguma coisa. Das propostas várias, especificamente sobre os 78 milhões que você fala, para as soluções para a Amazônia. Como nós podemos fazer na fruticultura, no extrativismo das culturas nativas da Amazônia ou na pecuária muito forte que existe lá hoje. Enfim, saídas que seguramente vão ser saídas importantes. Essas saídas existem e este é o motivo deste debate que estamos fazendo aqui hoje: é para discutir o aquecimento, sim, discutir as queimadas, sim, mas achar saídas e soluções.

Então, quero agradecer às senhoras e aos senhores, que nos apresentaram sugestões. E nós estamos aqui para receber essas sugestões, nos nossos e-mails, sejam no do meu gabinete, no gabinete do Senador Randolfe e no da Senadora Eliziane Gama, que também foi a autora e nos ajudou nesse requerimento. Quero agradecer às senhoras e aos senhores.

Quero encerrar esta sessão, agradecendo, então, a presença de todas e de todos e daqueles que estão nos acompanhando pela TV Senado e pelas redes sociais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Cumprindo a finalidade da sessão remota do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 85, DE 2020

Sugere, ao Ministério da Economia, que adote imediatas providências sobre o anúncio da Mercedes-Benz, do encerramento da produção de automóveis em sua fábrica de Iracemápolis, no Estado de São Paulo.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, **a presente Indicação**, a ser encaminhada ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, para dar-lhe ciência e cobrar imediata providências do Ministério da Economia sobre o anúncio da Mercedes-Benz, no dia 17 de dezembro de 2020, do **encerramento da produção de automóveis em sua fábrica de Iracemápolis no estado de São Paulo.**

A informação aqui noticiada nos traz muita preocupação. A decisão de encerramento das atividades de uma Montadora como a Mercedes-Benz é reveladora do absoluto desamparo que se encontra o setor industrial de nosso País.

O caso suscita muita apreensão, a primeira indagação que se faz é a de que; se uma grande multinacional afirma textualmente que a decisão *"foi tomada pela crise econômica enfrentada pelo Brasil, agravada pela pandemia da Covid-19"*, como estarão as pequenas e médias empresas, inclusive aquelas que desempenham atividade diretamente ligada às linhas de produção de indústrias automotivas?

Tomada de decisões como a aqui delimitada, produzem um reflexo bastante gravoso à economia local e nacional, provocando de imediato, e diretamente, a dispensa de 370 trabalhadores, bem como outras centenas ou milhares que indiretamente atendiam à demanda promovida por aquela empresa.

JUSTIFICAÇÃO

Assim sendo, é de salutar importância que o Ministério da Economia, imediatamente, instaure uma mesa de debates com representantes da Indústria Automobilística e dos Sindicatos dos trabalhadores desse setor, no sentido de apresentar soluções concretas para a manutenção da indústria automobilística nacional e principalmente, a manutenção dos empregos e postos de trabalho de milhares e milhares de Brasileiros.

SF/20328:33030-74





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

Insta salientar que essa não é a primeira montadora a tomar a decisão de abandonar linhas de produção no País e direcioná-las a outros países, tais decisões, como se mostram, podem, e já estão, desencadear um movimento frequente de fechamento de fábricas no País, o que, deve ser analisado e evitado por quem tem poder e obrigação para isso!

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2020.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)

SF/20328:33030-74
|||||



Mensagem do Presidente da República



MENSAGEM Nº 742

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera as Leis nºs 12.715, de 17 de setembro de 2012, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre os valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, da Taxa de Fiscalização de Funcionamento, da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) das estações de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina, e sobre a dispensa de licenciamento de funcionamento prévio dessas estações”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 14.108, de 16 de dezembro de 2020.

Brasília, 16 de dezembro de 2020.



Mensagem da Presidência da República nº 742, de 2020, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 6.549, de 2019, sancionado e convertido na Lei nº 14.108, de 16 de dezembro de 2020.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 565, DE 2020

Prorroga a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020

SF/2070847621-83

Prorroga a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam prorrogados por 06 (seis) meses, a partir de 01 de janeiro de 2021, os efeitos do estado de calamidade pública fixados pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Foi editado em 20 de março do corrente ano o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.

A previsão de déficit fiscal do governo federal para 2021 que era de 124,1 bilhões, antes da pandemia, pulou para 247,1 neste final de dezembro de 2020 (segundo informações divulgadas na imprensa pelo Ministério da Economia). A queda da economia em 2020 não foi maior justamente por conta das medidas tomadas a partir do decreto de calamidade pública.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Em que pese as recentes notícias que dão conta da autorização de uso de vacinas contra a Covid-19 em países como Reino Unido e Estados Unidos, ainda levará algum tempo para que o imunizante cumpra sua missão nesses locais e especialmente noutros onde a vacinação não tem prazo para começar, como no Brasil.

Enquanto isso, a segunda onda de contágio segue aumentando o número de infectados e de mortes diárias.

Imaginar todo o planeta imunizado e a economia mundial retornando à normalidade não é para agora. Desafios burocráticos, financeiros e de logística são alguns dos entraves que certamente levarão incertezas até pelo menos meados de 2021.

Nesse contexto e sem alternativas eficazes, governos estaduais e municipais votaram a estabelecer medidas de isolamento como fechamento de bares, restaurantes, comércios em geral. Ou seja, por muito pouco não estamos de volta à mesma situação do início da pandemia. Contudo, como se pode notar com facilidade, não há indicativo de que os efeitos econômicos e sociais ocasionados pela pandemia venham a desaparecer em curto espaço de tempo.

Por essa razão, faz-se necessária a prorrogação do estado de calamidade pública para o primeiro semestre do próximo ano.

Certos de que o Congresso Nacional se posicionará ao lado da população vulnerável e atentos ao real cenário de crise que vivemos, pedimos o apoio dos parlamentares para aprovação e efetivação da presente proposta.

SF/2070847621-83

Sala das Sessões, em

**Senador ROGÉRIO CARVALHO
PT – SE**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- artigo 9º

- artigo 65

- Lei nº 13.898, de 11 de Novembro de 2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (2020); LDO - 13898/19

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2019;13898>

- artigo 2º



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5575, DE 2020

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999, para permitir o uso desse programa, de forma permanente, como política oficial de crédito, dando o devido tratamento diferenciado e favorecido as micro e pequenas empresas, visando consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, transformação e desenvolvimento da economia nacional.

AUTORIA: Senador Jorginho Mello (PL/SC)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

PROJETO DE LEI N° , DE 2020

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999, para permitir o uso desse programa, de forma permanente, como política oficial de crédito, dando o devido tratamento diferenciado e favorecido as micro e pequenas empresas, visando consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, transformação e desenvolvimento da economia nacional.

SF/20421-27004-87
SF/20421-27004-87

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esse projeto de lei tem como objetivo, com base no art. 13 da lei 13.999, de 18 de maio de 2020, criar novas regras e permitir o uso do PRONAMPE, de forma permanente, como política oficial de crédito, dando o devido tratamento diferenciado e favorecido as micro e pequenas empresas, visando consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, transformação e desenvolvimento da economia nacional.

Art. 2º Fica a União autorizada a aumentar sua participação no Fundo Garantidor de Operações (FGO), adicionalmente aos recursos



previstos no art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e no art. 20 Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020, para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), no valor equivalente ao montante dos recursos devolvidos à União em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020.

Art. 3º A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

.....”

“§ 1º A linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe corresponderá a até 30% (trinta por cento) da receita bruta anual calculada com base no exercício anterior ao da contratação, salvo no caso das empresas que tenham menos de 1 (um) ano de funcionamento, hipótese em que o limite do empréstimo corresponderá a até 50% (cinquenta por cento) do seu capital social ou a até 30% (trinta por cento) de 12 (doze) vezes a média da sua receita bruta mensal apurada no período, desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.”

.....

“§ 8º O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) receberá bimestralmente do agente responsável pelo FGO os dados cadastrais relativos às operações concedidas no âmbito do PRONAMPE, para ofertar a provisão de assistência e o crédito orientado às microempresas e empresas de pequeno porte destinatárias da linha de crédito.”

“§ 8º-A O disposto no § 8º não configura violação aos preceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo defeso ao Sebrae a utilização dos dados para fins diversos aos estabelecidos nesta Lei e o fornecimento das informações a terceiros.” (NR)

..... (NR)

“**Art. 3º** As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Pronampe nos períodos estabelecidos estabelecido pela Sepec, observados os seguintes parâmetros:”

“I - taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de:

a) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor concedido, para as operações concedidas até 31 de dezembro de 2020;



SF/20421.27004-87



b) seis por cento sobre o valor concedido, para as operações concedidas a partir de 1º de janeiro de 2021.”

“§1º Para efeito de controle dos limites a que se refere o § 1º do art. 2º desta Lei, o Banco do Brasil S.A. disponibilizará consulta das pessoas inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que se beneficiaram do Pronampe, com a discriminação dos montantes já contratados.”

“§2º As Instituições Participantes do Pronampe operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO Pronampe, até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida, com cobertura pelo fundo da inadimplência limitada ao valor máximo segregado pelo Administrador do FGO para a garantia da carteira da instituição participante do Pronampe, não podendo ultrapassar 85% (oitenta e cinco por cento) da respectiva carteira à qual esteja vinculada.”

“§3º O FGO Pronampe terá margem de alavancagem definida pela Instituição Participante do Pronampe.”

“§4º A alavancagem máxima poderá ultrapassar 1,176470588 vezes o valor da garantia contratada no âmbito do Programa de Garantia do FGO Pronampe, desde que limitada ao limite de segurança estabelecido pela Instituição Participante.”

“§5º Independentemente da alavancagem definida pela Instituição Participante do Pronampe, o valor máximo da garantia limitar-se-á ao valor máximo segregado pelo Administrador do FGO para a cobertura da carteira vinculada à respectiva carteira da Instituição Participante do Pronampe, na forma do § 2º.”(NR)”

"Art. 3º-A"

“§1º Ficam excluídos das operações de crédito garantidas pelo Pronampe os profissionais liberais que tenham participação societária em pessoa jurídica ou que possuam vínculo empregatício de qualquer natureza.”

“§2º Para efeito de controle do limite a que se refere o inciso III do caput deste artigo, o Banco do Brasil S.A. disponibilizará consulta das pessoas inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) que se beneficiaram do Pronampe, com a discriminação dos montantes já contratados.” (NR)

"Art. 6º"

“§ 4º-A. A garantia de que trata o § 4º deste artigo será limitada a até 85% (oitenta e cinco por cento) da carteira de cada agente financeiro nos termos do estatuto do Fundo, observado o disposto nos §§ 2º a 5º do art. 3º.”

SF/20421.27004-87




Art. 4º Fica incluído o seguinte art. 3º-B à Lei nº 13.999, de 2020:

“Art. 3º-B. As operações de que tratam o art. 3º-A deverão ser formalizadas nos mesmos prazos, inclusive prorrogações, estabelecidos no art. 3º.” (NR)

Art. 5º Fica revogado o § 5º do art. 6º da Lei nº 13.999, de 2020.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SF/20421.27004-87

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem como objetivo regulamentar o dispositivo presente no artigo 13 da lei 13.999/2020 que instituiu o PRONAMPE, qual seja, reforçar o caráter permanente do programa.

Deseja-se permitir o uso do PRONAMPE, de forma permanente, como política oficial de crédito, dando o devido tratamento diferenciado e favorecido as micro e pequenas empresas, visando consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, transformação e desenvolvimento da economia nacional.

O PRONAMPE foi um dos melhores programas de crédito já feito com viés de estimular o crédito para as micro e pequenas empresas. Foram mais de 32 bilhões de créditos ofertados a mais de 470 mil empresas no Brasil todo, um enorme sucesso.

Claro que entendemos que poderiam ter sido ofertado mais recursos, contudo, compreendemos que a pandemia forçou o Governo Federal a envidar recursos financeiros nos mais diversos setores da economia. O PRONAMPE sem sombra de dúvida salvou milhares de empresas e, automaticamente, milhares de empregos.

Agora, queremos postergar um programa de crédito que foi fantástico. O artigo 13 da lei 13.999/2020 já definia que o PRONAMPE poderia ser utilizado de forma permanente como mecanismo de concessão de crédito para as micro e pequenas empresas, porém não definimos como isso ocorreria.



Este projeto tem esse objetivo, regulamentar as formas de como serão feitas essa continuidade do PRONAMPE no ano de 2021 e nos próximos anos.

Nestes termos, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição ora apresentada.

Sala das Sessões,

JORGINHO MELLO

Senador – PL/SC

Presidente da Frente Parlamentar Mista

Em defesa das Micro e pequenas empresas

SF/20421-27004-87
|||||



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.790, de 23 de Março de 1999 - Lei da OSCIP; Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - 9790/99
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9790>
- Lei nº 10.735, de 11 de Setembro de 2003 - LEI-10735-2003-09-11 - 10735/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10735>
- Lei nº 13.636, de 20 de Março de 2018 - LEI-13636-2018-03-20 - 13636/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13636>
- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - 13709/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13709>
- Lei nº 13.999, de 18 de Maio de 2020 - LEI-13999-2020-05-18 - 13999/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13999>
 - artigo 6º
 - parágrafo 5º do artigo 6º
 - artigo 13
- Lei nº 14.043, de 19 de Agosto de 2020 - LEI-14043-2020-08-19 - 14043/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;14043>
 - parágrafo 4º do artigo 10
 - parágrafo 5º do artigo 10
 - artigo 20





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5584, DE 2020

Dispõe sobre o pagamento de auxílio emergencial e a tributação de lucros e dividendos.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

PROJETO DE LEI N° DE 2020

Dispõe sobre o pagamento de auxílio emergencial e a tributação de lucros e dividendos.

SF/20294-33441-55

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Em 2021, durante o período de 3 (três) meses, a contar de 1 de janeiro de 2021, será concedido auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, observado o disposto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, salvo no que esta lei dispuser em contrário.

Art. 2º O período de 3 (três) meses de que trata o art. 1º poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo em virtude da pandemia do coronavírus e da evolução, em âmbito nacional, da cobertura vacinal relativa à emergência de saúde pública de importância internacional em virtude do surto da COVID-19.

Art. 3º O art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2021, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado estarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), calculado à alíquota de 15% (quinze por cento).

§ 1º No caso de o beneficiário ser pessoa jurídica, o imposto será considerado:

I - antecipação do devido pela pessoa jurídica beneficiária tributada como base no lucro real, admitida a compensação com o imposto retido por ocasião do pagamento ou crédito de lucros ou dividendos a seu titular, sócios ou acionistas;





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/20294-33441-55

II - tributação definitiva, nos demais casos.

§ 2º No caso de o beneficiário ser pessoa física, o imposto será considerado, a critério do beneficiário:

I – tributação definitiva, ou

II – integrará a base de cálculo do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual.

§ 3º Os lucros ou dividendos a que se refere o caput, no caso de o beneficiário ser residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou ser beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, estarão sujeitos à incidência do IRRF calculado à alíquota prevista no art. 8º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.

§ 4º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

§ 5º Não são dedutíveis na apuração do lucro real nem da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.” (NR)

Art. 4º Ficam revogados o inciso V do caput e o § 2º-B, ambos do art. 2º e da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/20294-33441-55

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei prevê pagamento do auxílio emergencial por mais três meses em 2021. O desemprego atingiu mais de 14 milhões de pessoas no terceiro trimestre de 2020, segundo a Pnad. Ademais, a população fora da força de trabalho é recorde. Com a extinção do auxílio, aumentará a procura por trabalho, sem a geração de vagas correspondente, ampliando o desemprego. Isto é, o fim do auxílio sem recuperação do mercado de trabalho agravará o desemprego, a pobreza e a desigualdade.

Neste contexto, é fundamental ampliar o auxílio emergencial por três meses, conforme proposto pelo presente projeto, prorrogáveis de acordo com a evolução da pandemia e da vacinação. O projeto também revoga dispositivos da Lei nº 13.982, que retiram renda disponível das famílias que receberam auxílio em 2020 (para os casos em que houver declaração de IRPF em 2021), piorando a capacidade de retomada da economia via consumo, ou criam trava para o recebimento do auxílio, relativa à declaração de renda no IRPF referente ao ano de 2018, não levando em conta a piora do cenário econômico e a redução da renda das famílias.

Além disso, o projeto prevê a tributação de lucros e dividendos a partir de 2021, considerando uma alíquota de 15%, que pode ampliar a arrecadação em mais de R\$ 50 bilhões por ano. A medida não seria aplicável a optantes pelo SIMPLES.

A isenção de imposto de renda a dividendos distribuídos a pessoas físicas praticamente não tem paralelo no resto do mundo, contribuindo para que o Brasil tenha um sistema tributário altamente regressivo, que não tributa renda e patrimônio dos mais ricos. Neste sentido, o projeto contribui para a maior progressividade tributária, além de canalizar receitas oriundas da renda dos mais ricos para financiar programas sociais voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Isto é, o projeto tem elevado potencial de desconcentração de renda (tanto pelo lado tributário como pelo financiamento ao gasto social) e redução da pobreza.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/20294-33441-55

A própria diretora do FMI, Kristalina Georgieva, chamou atenção para o impacto do fim das transferências de renda sobre a pobreza e a recuperação da economia: “O que estava se formando eram 30 milhões de pessoas a mais na pobreza. Isso foi contido devido a esse tipo de política de suporte de emergência. Portanto, a preocupação número um é que a pobreza aumente —vimos o desemprego no Brasil aumentar. Retirar o apoio poderia significar um obstáculo para a recuperação [...] Cortar essa corda de salvamento prematuramente é um perigo para a pobreza e a desigualdade e também para o sucesso na recuperação mais rápida e robusta¹”.

Cabe ao Congresso Nacional discutir regras de gasto adequadas à recuperação da economia, viabilizando, no curto prazo, o financiamento por meio de dívida (no caso brasileiro, sustentável, diante do endividamento em moeda local e dos baixos juros) de programas como o auxílio emergencial em 2021. Com isso, evitariam uma redução de estímulos fiscais da ordem de 8% do PIB com a retomada do teto de gasto, afastando qualquer possibilidade de recuperação econômica e determinando uma elevação da pobreza.

Estruturalmente, é necessário construir regras fiscais (pelo lado da despesa e da receita) capazes de combinar o financiamento a gastos com elevado efeito multiplicador e redistributivo e a sustentabilidade fiscal. Para tanto, a tributação de lucros e dividendos, proposta no projeto, já é um componente relevante, aproximando o Brasil do resto do mundo, além de contribuir com o financiamento do auxílio emergencial em 2021.

Diante do exposto, pede-se apoio ao presente projeto.

Sala das Sessões,

Senador JAQUES WAGNER
(PT/BA)

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/fim-prematuro-do-auxilio-emergencial-pode-prejudicar-recuperacao-do-brasil-diz-diretora-do-fmi.shtml>.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas; Lei das S.A.; Lei das S/A; Lei das Sociedades por Ações; Lei das Companhias por Ações - 6404/76
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1976;6404>
- Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9249/95
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9249>
 - artigo 10
- Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - Lei do Ajuste Tributário - 9430/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9430>
 - artigo 24
 - artigo 24-
- Lei nº 9.779, de 19 de Janeiro de 1999 - LEI-9779-1999-01-19 - 9779/99
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9779>
 - artigo 8º
- Lei nº 13.982, de 2 de Abril de 2020 - LEI-13982-2020-04-02 , LEI DO "CORONAVOUCHER" - 13982/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13982>
 - artigo 2º
 - inciso V do artigo 2º
 - parágrafo 2º-A do artigo 2º



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Carlos Portinho** (S)
Bloco-REPUBLICANOS - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Diego Tavares** (S)
Bloco-REPUBLICANOS - Ney Suassuna** (S)

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
PODEMOS - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 23

MDB-13 / PP-7 / REPUBLICANOS-3

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Dário Berger.	MDB / SC
Diego Tavares.	PP / PB
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Flávio Bolsonaro.	REPUBLICANOS / RJ
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Ney Suassuna.	REPUBLICANOS / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS

PSD - 12

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Portinho.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

PODEMOS - 10

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Flávio Arns.	PR
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Senado Independente - 9

CIDADANIA-3 / PDT-3 / REDE-2 / PSB-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 9

PSDB-7 / PSL-2

Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Vanguarda - 8

DEM-5 / PL-2 / PSC-1

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	23
PSD.	12
PODEMOS.	10
Bloco Parlamentar Senado Independente.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	9
Bloco Parlamentar Vanguarda.	8
Vago.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Portinho** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Diego Tavares** (PP-PB)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Humberto Costa** (PT-PE)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)
Irajá** (PSD-TO)	Ney Suassuna** (REPUBLICANOS-PB)	

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSD-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

VAGO

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 23 Líder Esperidião Amin - PP (25) Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (1,26,36) Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44) Líder do PP - 7 Ciro Nogueira (2,58) Vice-Líder do PP Diego Tavares (62) Líder do REPUBLICANOS - 3 Mecias de Jesus (12)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 9 Líder Rodrigo Cunha - PSDB (34,45,59) Líder do PSDB - 21 Roberto Rocha (16) Izalci Lucas (33,41,64,68) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,41,64,68) Rodrigo Cunha (34,45,59) Líder do PSL - 2 Major Olímpio (7) Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)	Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA/PDT/REDE/PSB) - 9 Líder em exercício Leila Barros - PSB (52,63) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (4) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do PDT - 3 Weverton (6) Líder do REDE - 2 Randolfe Rodrigues (15) Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55) Líder do PSB - 1
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (23,30) Líder do PT - 6 Rogério Carvalho (35,56) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (14) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (23,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 8 Líder Wellington Fagundes - PL (21) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (9,20) Jorginho Mello (5,22) Zequinha Marinho (19,31) Líder do DEM - 5 Rodrigo Pacheco (9,20) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (5,22) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (19,31)	PSD - 12 Líder Otto Alencar - PSD (3) Vice-Líderes Nelsinho Trad (65) Angelo Coronel
PODEMOS - 10 Líder Alvaro Dias - PODEMOS (11) Vice-Líderes Oriovisto Guimarães (28,47) Eduardo Girão (24,48) Rose de Freitas (29,46,61) Maioria Líder Eduardo Braga - MDB (1,26,36)		Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (32) Vice-Líderes Eduardo Gomes (38,53) Elmano Férrer (40) Carlos Viana (67) Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (15)

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
2. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
3. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
4. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
5. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
6. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
7. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLDPSL).
8. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
9. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).



10. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
11. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
14. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
15. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
16. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
17. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
18. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
20. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
21. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
22. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
23. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Oriovento Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
35. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
36. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL / (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Oriovento Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019/GLREDE).
56. Em 04.02.2020, o Senador Rogério Carvalho foi indicado líder do PT (Of. 8/2020-GLDPT).
57. Em 03.03.2020, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 17/2020-GLDPP).
58. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Partido Progressista (Of. 17/2020-GLDPP).
59. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
60. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
61. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE)
62. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
63. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
64. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
65. Em 13.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado o 1º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, em substituição ao Senador Irajá (Of. 64/2020-GLPSD).
66. Em 15.10.2020, o Senador Chico Rodrigues deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 009/2020-GLDGOV).
67. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFEROE).
68. Em 08.12.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado líder em exercício do PSDB durante o período de 08/12/20 a 31/12/20 (Of. nº 41/2020-GLPSDB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (1)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)

Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (1)

Senador Diego Tavares (PP-PB) (2,4,5)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº 959/2019-CTEOLÉO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLÉO).
4. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
5. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA**

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.**

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (2)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (7)	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (7)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4)	1.
PODEMOS	
Senador Eduardo Girão (CE) (5)	1. Senador Marcos do Val (ES) (5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	1.
PSD	
Senador Otto Alencar (BA) (1)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) (1)

Notas:

- *. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.
- 1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).
- 2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).
- 3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).
- 4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).
- 5. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).
- 6. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).



7. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

Secretário(a): Leandro Bueno
Telefone(s): 3303-4854



2) CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3) CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

* De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,47,49)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10,46,50)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senador Diego Tavares (PP-PB) (6,43,44)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (11)

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. VAGO (8,33,39)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (8,45)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8,32)	4. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (14,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (15,34,37)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)

Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)

Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,42)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,35,40,41)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)

PSD

Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Otto Alencar (2,26)
Senador Carlos Viana (2,25)	2. Senador Lucas Barreto (2,36,38)
Senador Irajá (2)	3. Senador Angelo Coronel (2,27)

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16,48)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. nº 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
32. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
33. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
34. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
35. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 155/2019-GLBSI).
36. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
37. Em 06.02.2020, o Senador Major Olímpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).



38. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
39. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
40. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
41. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 031/2020-BLSENIND).
42. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
43. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
44. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
45. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
46. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB).
47. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB).
48. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
49. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB).
50. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. Senador Diego Tavares (PP-PB) (8,20,25,31,36)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. VAGO (7,23,29)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (6,34)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (24)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2,28)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,26,32,33)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2,28)	4. VAGO (2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13,27,30)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16,35)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSL).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSL).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
26. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
27. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSL).
28. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular em permuta com a Senadora Eliziane Gama, que passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 003/2020-BLSENIND).
29. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
30. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSL).
31. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
32. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
33. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND).
34. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
35. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
36. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentin (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentin, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

(Requerimento 2, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. VAGO (2,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)
3. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9,51,62)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21,75,78)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Diego Tavares (PP-PB) (10,70,71)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,57,59)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,32,60)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32,39,43,55,56)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30,76,79)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8,76,79)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (8,48,49,50,64,72,76,79)	5. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (14,46,61,63,65,73,76,79)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13,46)	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,47)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,69,77)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,54,66,68)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26,52,53)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. VAGO (3,17,77)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,18,45)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,58)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Fávaro (2,67)
Senador Carlos Portinho (2,74,80)	3. Senador Otto Alencar (2,58)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
50. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
51. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
52. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
53. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
54. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
55. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
56. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
57. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
58. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
59. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
60. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
61. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
62. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
63. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
64. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
65. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
66. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
67. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
68. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
69. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
70. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
71. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
72. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
73. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
74. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
75. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).



76. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permudaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS(Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
77. Em 21.10.2020, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Ofício nº 140/2020-GSLB).
78. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pela Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
79. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permudaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS(Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).
80. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senador Diego Tavares (PP-PB) (14,34,35)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (24)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11,26,30)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,36)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6. VAGO (22,29)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21,28)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,27,31,32)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TG) (3)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,21,33)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Irajá (1,23)	2. Senador Sérgio Petecão (1,25,38)
Senador Carlos Portinho (1,38)	3. Senador Carlos Viana (1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20,37)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolph Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permudam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
27. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
28. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
29. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
30. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
31. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
32. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND).
33. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
36. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
37. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
38. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF)⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17,31,37)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10,24,29,32,38)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15,33,36)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (20,23,34)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. VAGO (19,21,25,30)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2,22,26,27)	1. Senador Carlos Viana (2,22)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Carlos Fávaro (2,18,28)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12,35)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
24. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
25. Em 04.02.2020, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 002/2019-GLBSI).
26. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
27. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
31. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB).
32. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB).
33. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS).
34. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB).
35. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
36. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS).
37. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB).
38. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

(Requerimento 53, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valente e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valente como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,34)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senador Diego Tavares (PP-PB) (10,13,14,16,20,38,39)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (25,34)	5. VAGO (30,37)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. VAGO (6,27,35)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (8,40)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,29,31)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. VAGO (21,33)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Carlos Portinho (1,42,43)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22,41)	2.

Notas:

- * A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3^a suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2^a suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
30. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
31. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
32. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
33. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
34. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
35. Vago, em virtude do Ato n.º 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
36. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
37. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
41. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
42. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
43. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
VAGO (1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (10)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	4. Senador Diego Tavares (PP-PB) (5,22,36,37)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8,31,32)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,27,29,34)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Flávio Bolsonaro (REPÚBLICANOS-RJ) (14)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,35)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,17,21)	1. VAGO (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (23)	
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Carlos Fávaro (2,33)
Senador Antonio Anastasia (2,30)	2. Senador Angelo Coronel (2,30)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4,39)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
PODEMOS (19)	
Senador Marcos do Val (20,26)	1. Senador Alvaro Dias (20,26,28,38)

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- 9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLD).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
28. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
29. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
30. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
31. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
32. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
33. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
34. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
35. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- *. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-T0) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(10,20,24,30)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. VAGO ^(11,25)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ^(3,23,27,28)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,27)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22,26)	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
VAGO ^(19,21)	1. Senador Oriorvisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Alvaro Dias ^(19,29)	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
20. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
21. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
24. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
27. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
28. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
29. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
30. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5,13,26)	3. Senador Diego Tavares (PP-PB) (16,30,31)
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (22)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,8)	3. VAGO (21,27)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,29)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2,24,28)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Omar Aziz (2)	2. Senador Otto Alencar (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4,32)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (20,25)	1. Senador Styvenson Valentim (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
26. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
27. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
28. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

(Requerimento 12, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

Prazo final: 22/12/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,5)
Senador Paulo Albuquerque (PSD-AP) ^(1,4)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).
4. Em 12.02.2020, o senador Paulo Albuquerque foi indicado membro titular, em substituição ao senador Lucas Barreto na subcomissão (Of. nº 21/2020-CDR).
5. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

*. Em 10.02.2020, fica prorrogado o prazo final do Colegiado, até o final da presente sessão legislativa (Of. 13/2020-CDR/PRES)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,30)
VAGO (14,25)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) (16,22,24)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2,29)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1,23,26)	1. Senador Sérgio Petecão (1,20,21,28)
Senador Carlos Fávaro (1,27)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,31)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(1,26,30)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7,29)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11,25)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
VAGO (20,28)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Carlos Portinho (2,32,33)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Vanderlan Cardoso (2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5,31)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (24)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães (19)	1. Senador Styvenson Valentim (19)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
12. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).	



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
25. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
26. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
27. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
33. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho ^(1,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).
- 14. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- 15. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD).

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (6)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (6)	3. VAGO (6,12,26,30)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5,14)
VAGO (21,29)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
VAGO (2,27)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1)	1. Senador Irajá (1,23,28)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (8)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe (19,24)	1. Senador Styvenson Valentim (19,20,25)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
7. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
8. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
9. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
10. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
11. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
27. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
28. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
29. Vago, em virtude do Ato n.º 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
30. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO (1)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	1.
Senador Major Olímpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, PDT, REDE, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO (5)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODR, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

